ISSN 1413-9243

TEXTOS NEPO

63

CAMPINAS, JUNHO DE 2012

DINÂMICA DEMOGRÁFICA, ECONOMIA E AMBIENTE NA ZONA COSTEIRA DE SÃO PAULO

ROBERTO LUIZ DO CARMO
CÉSAR MARQUES
ZORAIDE A. ITAPURA DE MIRANDA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitoria
Prof. Dr. Fernando Ferreira Costa – Reitor

Pró-Reitorias
Prof. Dr. Marcelo Knobel - Pró-Reitor de Graduação
Prof. Dr. Euclides de Mesquita Neto - Pró-Reitor de Pós-Graduação
Prof. Dr. Ronaldo Aloise Pilli - Pró-Reitor de Pesquisa
Prof. Dr. Paulo Eduardo Moreira Rodrigues da Silva - Pró-Reitor de Desenvolvimento Universitário
Prof. Dr. Prof. Dr. João Frederico da Costa Azevedo Meyer - Pró-Reitor de Extensão e Assuntos Comunitários

Centros e Núcleos Interdisciplinares de Pesquisa
Profª Drª Itala Maria Loffredo D'Ottaviano

Núcleo de Estudos de População
Drª Estela Maria Garcia Pinto da Cunha - Coordenadora
Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob - Coordenador Associado

Produção Editorial: NEPO-PUBLICAÇÕES
Editora dos Textos NEPO
Prof.ª Dr.ª Joice Melo Vieira

Edição de Texto: Preparação/Diagramação
Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

Revisão Bibliográfica:
Adriana Cristina Fernandes – cendoc@nepo.unicamp.br

FICHA CATALOGRÁFICA: Adriana Fernandes

Carmo, Roberto Luiz.

Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo / Roberto Luiz do Carmo; César Marques e Zoraide Amarante Itapura de Miranda - Campinas: Núcleo de Estudos de População / Unicamp, 2012.

110p.

(Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo, TEXTOS NEPO 63).

1. Demografia. 2. Dinâmica econômica e rede urbana. 3. Zona Costeira de São Paulo. I. Marques, César. II. Miranda, Zoraide Amarante Itapura. III. Título. IV. Série.

As afirmações e conclusões expressas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de seu(s) autor(es) e não refletem necessariamente a visão da instituicão.

SÉRIE TEXTOS NEPO

TEXTOS NEPO - publicação seriada do Núcleo de Estudos de População da UNICAMP - foi criado em 1985 com a finalidade de divulgar pesquisas no âmbito deste Núcleo de Estudos e Teses defendidas dentro do Programa de Pós-Graduação em Demografia do IFCH/UNICAMP. Apresentando uma vocação de cadernos de pesquisa, até o presente momento foram publicados **sessenta e três números**, contando com este, relatando trabalhos situados nas áreas temáticas correspondentes às linhas de pesquisa do NEPO.

Os exemplares que compõem a série vêm sendo distribuídos para instituições especializadas na área de Demografia, ou mesmo dedicadas a áreas afins, no País e no exterior, além de ser objeto de constante consulta no próprio Centro de Documentação do NEPO. Essa distribuição é ampla, abrangendo organismos governamentais ou não governamentais – acadêmicos, técnicos e/ou prestadores de serviços.

A Coleção **Textos NEPO** também está acessível na homepage do NEPO, em publicações, cujo acesso se dá através do endereço eletrônico: http://www.nepo.unicamp.br.

Drª Estela Maria Garcia Pinto da Cunha
Coordenadora

Dr. Alberto Augusto Eichman Jakob
Coordenador Associado

SUMÁRIO

1. Introdução.....8
2. A transição demográfica no Brasil.....10
3. Dinâmica demográfica da zona costeira paulista.....18

   A dinâmica migratória.....25

   Panorama da dinâmica demográfica na zona costeira paulista: fecundidade, mortalidade, mobilidade e estruturas etárias.....31
4. Dinâmica econômica e rede urbana da zona costeira paulista.....48

   Interfaces entre a economia e a urbanização.....49

   História econômica da ocupação da zona costeira paulista.....51

   Economia, Rede Urbana e Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas da Zona Costeira Paulista.....62

   Capacidade de financiamento de políticas públicas municipais na zona costeira paulista.....70
5. Considerações finais.....76

Referências.....77

Anexo.....83

RESUMO

Globalmente, a discussão sobre a crise de energia, principalmente devido à dependência de energias fósseis, é acompanha pela ampliação do debate das mudanças climáticas e dos impactos ambientais dessa forma de exploração dos recursos naturais. Nas diversas escalas, as causas e as consequências de tais dinâmicas serão diferentes e dependerão profundamente dos contextos locais. No Brasil, os investimentos feitos para a descoberta de reservas de petróleo e gás na profundidade do oceano, na chamada camada pré-sal, representam um dos principais vetores para o desenvolvimento energético no país. Na costa do Estado de São Paulo, onde os investimentos ocorrem em uma área de singular significado ambiental, coberto por um dos biomas mais importantes tanto em tamanho como em biodiversidade, a Mata Atlântica (Atlantic Forest), as instalações construídas e previstas para transporte e refino de petróleo e gás já trazem impactos sociais e ambientais profundos. Neste cenário, os 2 milhões de habitantes das zonas costeiras paulistas estão em constante contato com a Área Metropolitana de São Paulo, que tem mais de 20 milhões de habitantes e distam em apenas 50 km de distância. Nessa publicação analisamos essa dinâmica ressaltando os principais aspectos demográficos e econômicos dos dezesseis municípios da zona costeiras. Contextualizamos a discussão ao fenômeno da transição demográfica, das mudanças climáticas e do histórico da região, discutindo quais serão os principais elementos afetados pelo desenvolvimento econômico recente. Para isso utilizamos dados dos censos demográficos de 1970 a 2010 e da dinâmica econômica municipal, identificando os principais processos em curso, do ponto de vista social, econômico, demográfico e urbano. Consideramos que as mudanças em curso são especialmente complexas devido, inclusive, às mudanças climáticas e as alterações na distribuição e quantidade dos eventos extremos (como inundações e deslizamentos).

ABSTRACT

The world is experiencing an energy crisis, mainly due to fossil energy dependence, specifically oil, which is accompanied by discussion broadening of climate change and environmental impacts of this natural resources exploitation form. At various scales, the causes and consequences of these dynamics will be differentiated and depend on local circumstances. In Brazil, investments made by Petrobras, government oil company, made possible the discovery of important oil and gas deposits at high ocean depth, in the called the pre-salt layer of São Paulo state coast zone, Brazil. The investments made in this area affects one of the most important biomes in both size and biodiversity, the Mata Atlântica (Atlantic Forest). Within this, the facilities built and planned to transport and refining petroleum and gas already have deep social and environmental impacts. In this scenario, the 2 million residents of São Paulo coastal areas are in constant contact with the Metropolitan Area of São Paulo, which has more than 20 million inhabitants and are just 50 km away. In this publication we analyze this dynamic highlighting the main demographic and economic aspects of the sixteen municipalities of São Paulo coastal zone. We contextualize the discussion on the topics of demographic transition, climate change and the occupation history of the region, discussing the main elements which will be affected by recent economic developments. For this we used data from the 1970 to 2010 and local economic dynamics, identifying the main processes in progress, in terms of social, economic, demographic and urban development. We believe that the changes underway are particularly complex also due to climate change and distribution and quantity modification of extreme events (such as floods and landslides).

Dinâmica Demográfica, Economia e Ambiente na zona costeira paulista [1]

Roberto Luiz do Carmo[2]

Cesar Augusto Marques da Silva[3]

Zoraide Amarante I. de Miranda[4]

Introdução

As últimas décadas do século XX foram de intensas transformações para a zona costeira do Estado de São Paulo. Sua ocupação urbana foi ampliada e os setores da economia se diversificaram. Não pode se afirmar que o turismo, a indústria ou a agricultura possuem, isoladamente, um peso determinante para a dinâmica econômica em todas as suas regiões. De igual modo, em termos demográficos os processos são intensamente variados em função das características de cada uma das regiões que compõem o Litoral: o Litoral Sul, a Baixada Santista e o Litoral Norte, que juntas contém 16 municípios. A região possui uma planta industrial crescente, não mais limitada ao Polo Industrial de Cubatão, mas de um lado, o turismo de veraneio em busca das praias ainda predomina, e de outro, a agricultura é incipiente e restrita a localidades no Litoral Sul. Ao longo da primeira década do século XXI, a economia regional se dinamizou mais fortemente em torno da questão energética, com a instalação de infraestruturas para a exploração de petróleo e gás nas reservas litorâneas do pré-sal. Algumas consequências dessa dinâmica já são verificadas, como reaquecimento do mercado imobiliário em Santos, na retomada de construções verticais com oferta de maior número de unidades, e em Caraguatatuba, com a construção da Unidade de Tratamento de Caraguatatuba (UTGCA) e ascensão da porcentagem da participação industrial na economia municipal. Tais

[1] O presente trabalho se insere no âmbito do projeto *"Urban Growth, Vulnerability and Adaptation: social and ecological dimensions of climate change on the Coast of São Paulo" (FAPESP Program on Global Climate Change, Processo 2008/58159-7).*

[2] Doutor em Demografia, Professor do Departamento de Demografia – IFCH/Unicamp, e pesquisador do Nepo/Unicamp. Este trabalho beneficiou-se da Bolsa Pesquisa no Exterior (Fapesp, processo 2010/08178-5).

[3] Mestre em Demografia, Doutorando em Demografia (IFCH/Unicamp).

[4] Doutora em Economia Urbana e Regional. Pós-doutorado em Economia do Meio Ambiente. Bolsista de Pós-doutorado do Projeto "*Ecological Economics contributions to the studies of Urban Growth, Vulnerability and Adaptation: social and ecological dimensions of climate change on the Coast of São Paulo" (FAPESP Program on Global Climate Change, Processo 2009/15700-2)*.

processos possuem rebatimentos na questão ambiental, em uma área de especial interesse no que concerne aos seus ecossistemas.

Nesse contexto, traça-se no presente documento uma perspectiva geral das dinâmicas demográfica e econômica da região, relacionando-as com algumas das principais questões ambientais enfrentadas, e tendo principalmente como plano de fundo as mudanças climáticas. Coloca-se em debate o fato da região estar passando pela transição demográfica, com significados claros para a dinâmica populacional. Para isso é feito uma seção introdutória discutindo essa dinâmica no âmbito do Brasil e do Estado de São Paulo, mais especificamente. Para a análise regional, analisamos um conjunto de dados referente ao crescimento populacional, urbanização e migração, organizados na escala municipal. Também são observadas as alterações das estruturas etárias no período 1970-2010.

A dinâmica econômica é contemplada com análise da dinâmica urbana e imobiliária (evolução dos números de domicílios, com o desempenho econômico municipal total e setorial, e com a análise das finanças públicas municipais).

Desse modo tornamos disponíveis os principais dados referentes a dinâmica demográfica e econômica regional em um período que vai de 1970 a 2010, assim como se faz uma análise regional dos principais processos socioeconômicos que afetam a zona costeira de São Paulo.

A transição demográfica no Brasil

A dinâmica demográfica é resultado de processos históricos socialmente construídos, característicos de um determinado tempo e espaço, o que explica as grandes diferenciações existentes entre países, entre regiões dentro de um mesmo país e entre grupos sociais em uma mesma região.

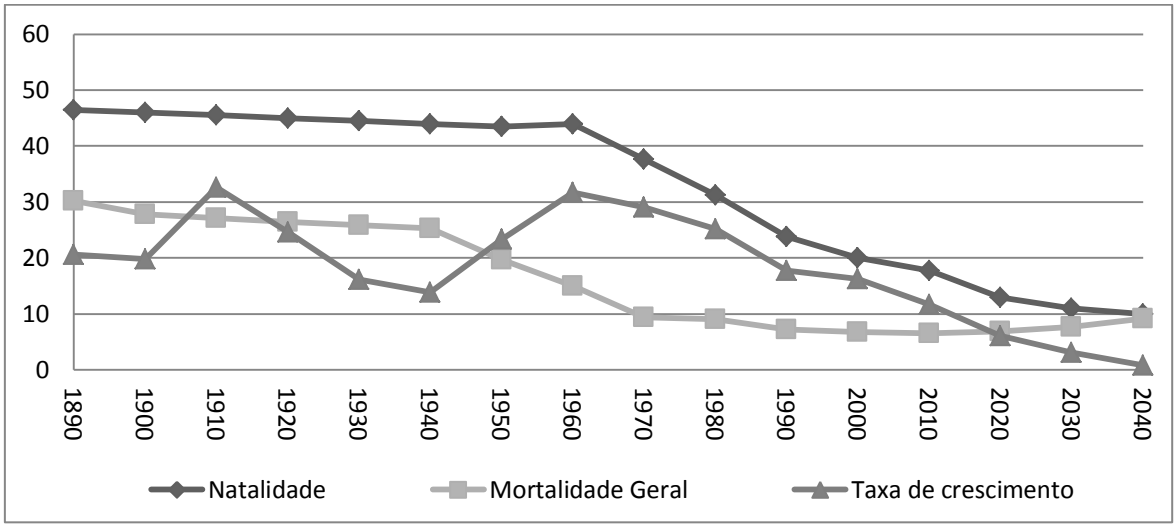
Para a compreensão das mudanças demográficas em curso é necessário, basicamente, o entendimento dos componentes da dinâmica demográfica e da relação que se estabelece entre esses componentes. De maneira simplificada, pode-se dizer que a variação bruta do número de indivíduos de um determinado grupo populacional, considerando um período temporal e um determinado espaço geográfico, decorre do balanço entre os nascimentos, os óbitos e os movimentos migratórios.

No contexto histórico recente, caracterizado pela urbanização, um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica é a Transição Demográfica (DYSON, 2011). Como se pode ver no Gráfico 1, a transição Demográfica é um processo que decorre da diminuição das taxas de mortalidade e natalidade, que ao longo do tempo declinam e tendem a se equilibrar em patamares mais baixos, conforme discutem autores como Kirk (1996); Lee (2003); Lesthaeghe (2010); Galor (2011) e Reher (2011). Considerando uma situação em que a migração não seja significativa em termos de volume, essas mudanças na natalidade e mortalidade levam a uma transformação importante na estrutura etária da população, provocando o "envelhecimento demográfico", que é o aumento do peso relativo dos idosos no conjunto da população, conforme apontam Carvalho e Garcia (2003); Rodríguez-Wong e Carvalho (2006) e Carvalho e Rodríguez-Wong (2008). Nesse ponto, é de grande importância a conexão existente entre a transição urbana e a demográfica. A primeira, com a passagem de uma população majoritariamente rural para majoritariamente urbana, refere-se a um processo amplo de mudança social, com a disseminação de um estilo de vida citadino. Tal processo altera radicalmente a dinâmica populacional e das famílias. O fluxo intergeracional de renda é revertido (estabelece-se um fluxo direcionado às crianças e filhos) e famílias com pequena quantidade de filhos preponderam (DE SHERBININ; MARTINE, 2007; CALDWELL, 2005).

No caso brasileiro, os níveis de mortalidade e natalidade caíram de maneira muito significativa durante o século XX, conforme pode ser observado no Gráfico 1, que reúne os dados históricos de mortalidade e natalidade do IBGE com as projeções dessas informações realizadas pela Divisão de População da ONU, correspondentes à revisão das projeções de população com dados demográficos de 2010. Destaca-se que essas projeções em muitos casos foram revisadas para baixo, ou seja, para valores de crescimento populacional que deverão ser menores que os projetados

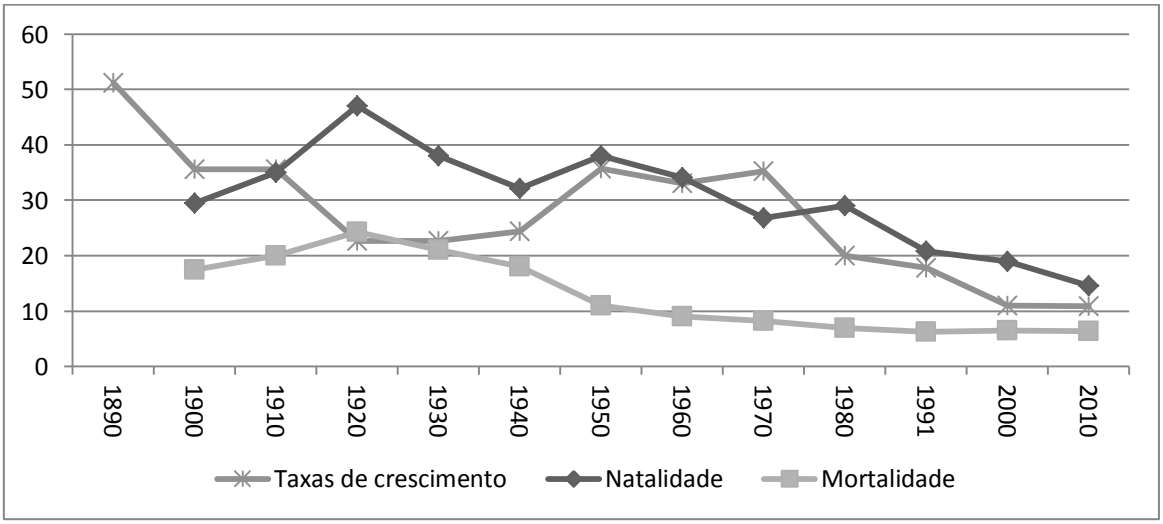
anteriormente, principalmente devido ao processo de queda da fecundidade, que tem sido mais acentuado do que o previsto em países como o Brasil, por exemplo.

GRÁFICO 1 - Transição demográfica no Brasil, 1890 a 2050 (Taxas por mil)



Fontes: IBGE. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/seculoxx/>. Para os dados de 1890 a 2000; para os períodos de 1910 e 1930, quando não foram realizados censos, os autores realizaram extrapolações; projeções de 2010 a 2050. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, "World Population Prospects, 2010 Revision".

GRÁFICO 2 - Transição demográfica no Estado de São Paulo, 1890 a 2010 (Taxas por mil)



Fonte: Fundação SEADE. Memória das estatísticas demográficas.
Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/500anos/>.

O Gráfico 1 evidencia as quedas nas taxas de natalidade e mortalidade ocorridas desde o final do Século XIX até o início do Século XXI, com as projeções para esses processos se estendendo até o

ano de 2040. O formato do gráfico corresponde de maneira praticamente exata ao padrão teórico da transição demográfica.

O acentuado crescimento populacional verificado no início do século XX deveu-se principalmente à chegada de imigrantes internacionais. A taxa bruta de mortalidade era da ordem de 46 óbitos por mil habitantes, em 1900, e chegou a 18 por mil na década de 2000. Nesse mesmo período, a taxa bruta de natalidade passou de 30 nascimentos por mil habitantes para 6 por mil. O declínio da mortalidade foi mais acentuado durante as décadas de 1940 e 1970, quando se verificaram as maiores taxas de crescimento populacional em decorrência do crescimento vegetativo.

Um dos elementos mais importantes desse processo é a evolução das taxas de fecundidade total (TFT), que dizem respeito ao número de filhos por mulher em idade reprodutiva (entre 15 e 49 anos). Segundo Berquó (2001), no Brasil a TFT era de 7,7 filhos por mulher no ano de 1903. Esse número declinou lentamente até atingir 5,8 em 1970, sendo que daí em diante a queda foi brusca, chegando a 2,5 em 1991 e ficando abaixo do nível de reposição (2,1 filhos por mulher) a partir do ano de 2003, segundo os dados da RIPSA (2009). Apesar dos diferenciais existentes entre regiões, grupos de renda e de idade, a TFT apresentou tendência de declínio generalizada ao longo das décadas mais recentes, conforme descrevem Berquó e Cavenaghi (2006).

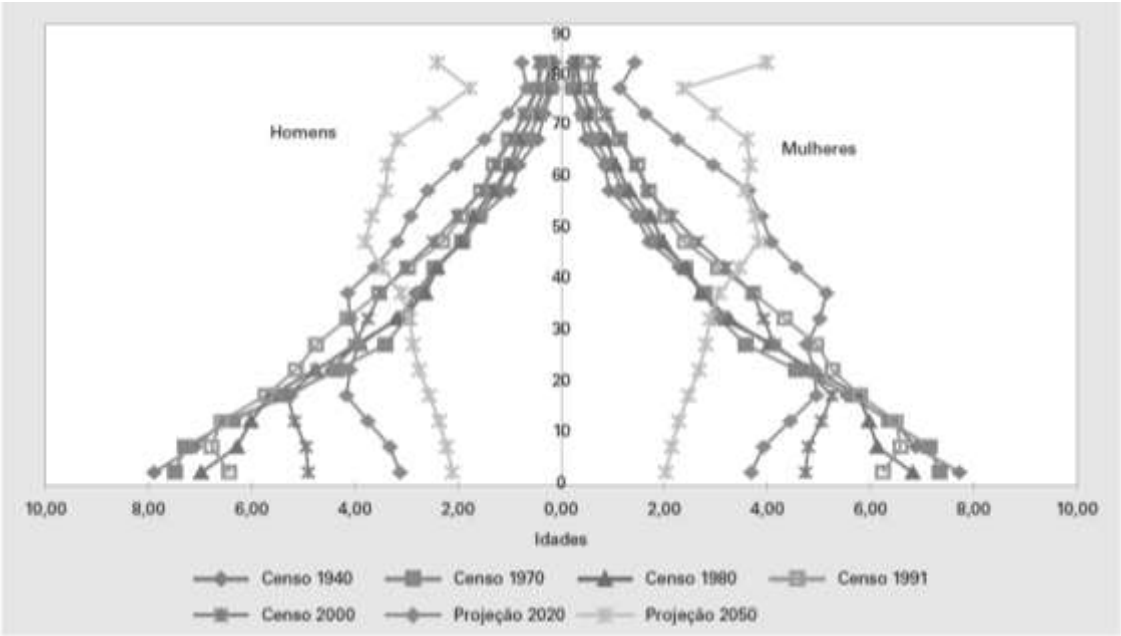
A acentuada diminuição das taxas de crescimento populacional durante a segunda metade do Século XX deve-se principalmente à redução da fecundidade, que por sua vez está associada a uma série de transformações sociais e econômicas, tais como industrialização, urbanização, mudanças no papel social da mulher, disponibilidade e difusão do uso de métodos anticoncepcionais, dentre outros (GOLDANI, 2001; BRYANT, 2007). Conforme salientam Potter *et al*. (2010), a queda da fecundidade ocorreu de maneira diferenciada entre as diversas regiões brasileiras, tendo ocorrido primeiramente e de maneira mais intensa nas regiões onde os indicadores de nível de escolaridade das mulheres eram maiores.

No Estado de São Paulo a transição demográfica ocorreu de maneira menos uniforme, dado o peso da migração do crescimento populacional. A taxa bruta de mortalidade passou de 17 óbitos por mil habitantes no início do século XX para 6 por mil habitantes em 2010. No mesmo período a taxa de natalidade foi de 29,5 para 14,6 nascimentos por mil habitantes. Embora a tendência da taxa de crescimento populacional no período tenha sido de queda, as variações foram intensas. Isso se deve ao peso da imigração, inclusive da internacional. Em 1920 os estrangeiros representavam 18,6% da população total do Estado. No período posterior, quando há uma queda nesse percentual, esses ainda eram 11,1% da população (BAENINGER; BASSANEZI, 2006).

As TFTs do Estado de São Paulo apresentaram valores ainda menores do que os observados no Brasil. Em 1960 essa era de 4,69 filhos por mulher, em 1980 de 3,4 filhos, em 1991 de 2,33 filhos e em 2000 de 2,16 filhos. Logo no período seguinte a fecundidade chegou para níveis menores que os de reposição. Em 2002 a taxa foi de 1,88 filhos por mulher (YAZAKI, 2003). Para o período mais recente a Fundação SEADE estima uma fecundidade de 1,7 filhos por mulher, relativa ao nível do ano de 2009. Além disso, é verificada a tendência ao aumento da homogeneização da fecundidade nas diversas regiões do Estado, ou seja, uma queda mais intensa nas localidades com maiores níveis (como na região de Registro de do município de São Paulo e com menor fôlego onde a fecundidade já era mais baixa (como em Campinas e São José dos Campos) (FUNDAÇÃO SEADE, 2011a).

Nesse cenário ressaltamos que a transição demográfica é um processo único, por atingir toda a sociedade brasileira, mas é também múltiplo, tendo em vista que se manifesta conforme as diversidades regionais e sociais (BRITO, 2008). As decorrências também serão diversas. Por exemplo, se por um lado o crescimento da população em idade ativa (15 a 59 anos) representa um potencial importante em termos econômicos, chamado de “bônus demográfico”, por outro lado, caso não seja adequadamente aproveitado, pode significar uma fonte de pressão sobre o mercado de trabalho. O envelhecimento relativo da população, principalmente considerando as taxas significativas de crescimento da população idosa, vai exigir adaptações importantes em termos de políticas sociais, especialmente nas áreas de saúde e de previdência social. Essa mudança na estrutura etária pode ser visualizada nos GRÁFICO 3 e GRÁFICO 4.

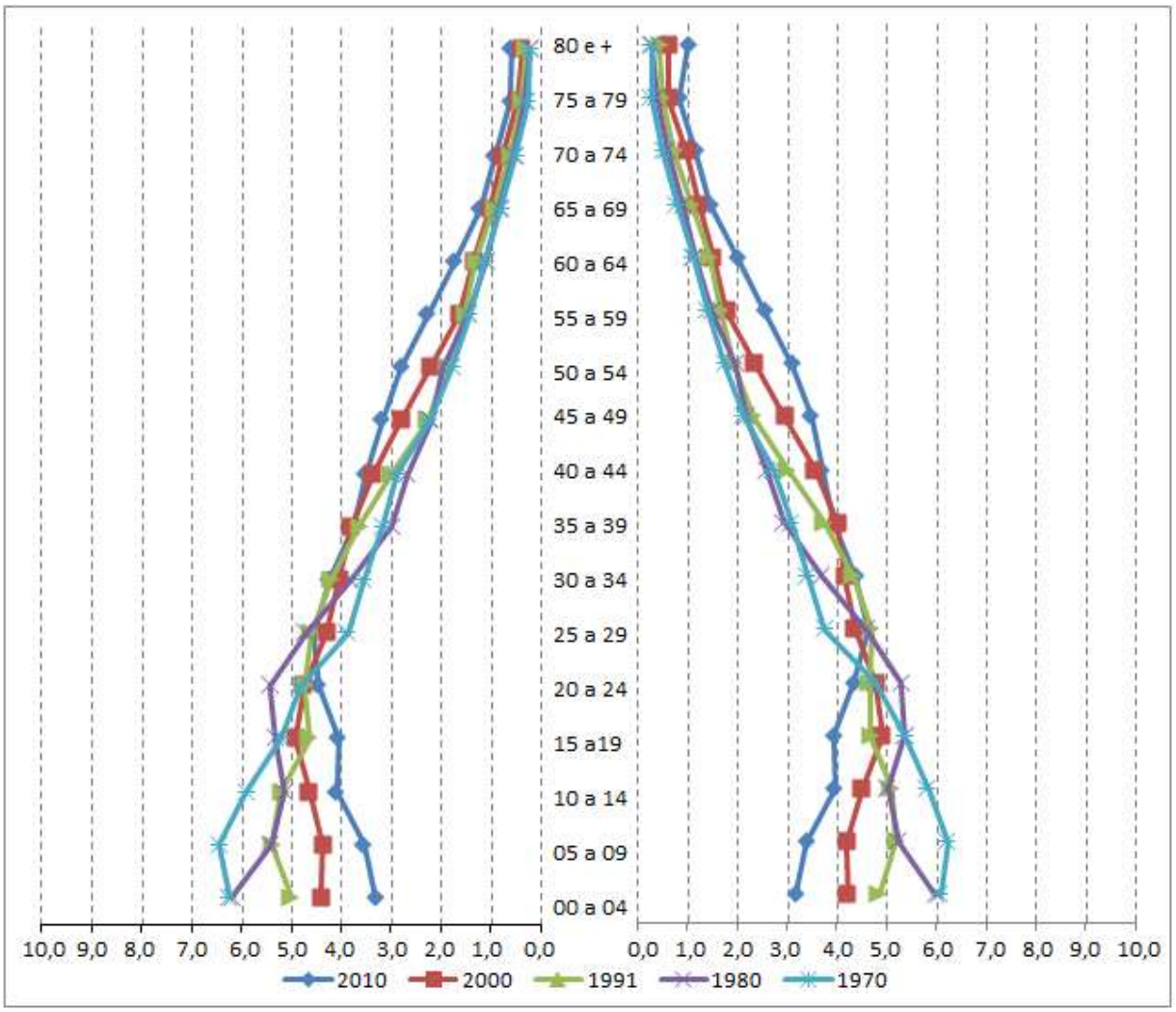
GRÁFICO 3 - Estrutura etária Relativa, por sexo e idade, Brasil, 1940/2050



Fonte: IBGE (2009).

O Gráfico 3 apresenta as pirâmides etárias da população brasileira. Entre 1940 e 1980 observa-se um padrão de alta fecundidade e alta mortalidade, com um peso relativo acentuado da população de crianças, destacando-se o peso relativo do grupo de 0-4 anos. Em 1991 evidencia-se pela primeira vez o impacto da queda da fecundidade, com a diminuição do peso relativo da faixa de 0-4 anos. Essa tendência se acentua no tempo, com a diminuição acentuada da base da pirâmide. A queda da fecundidade faz com que o peso relativo das crianças (0 a 14 anos) no conjunto da população seja cada vez menor ao longo dos anos. Por outro lado, o aumento da expectativa de vida, decorrente da diminuição da mortalidade infantil e do aumento da longevidade, também contribui para que a população idosa, acima de 60 anos, ganhe um peso cada vez maior no conjunto da população brasileira.

GRÁFICO 4 - Estrutura etária relativa, por sexo e idade, São Paulo, 1970-2010**.**



Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

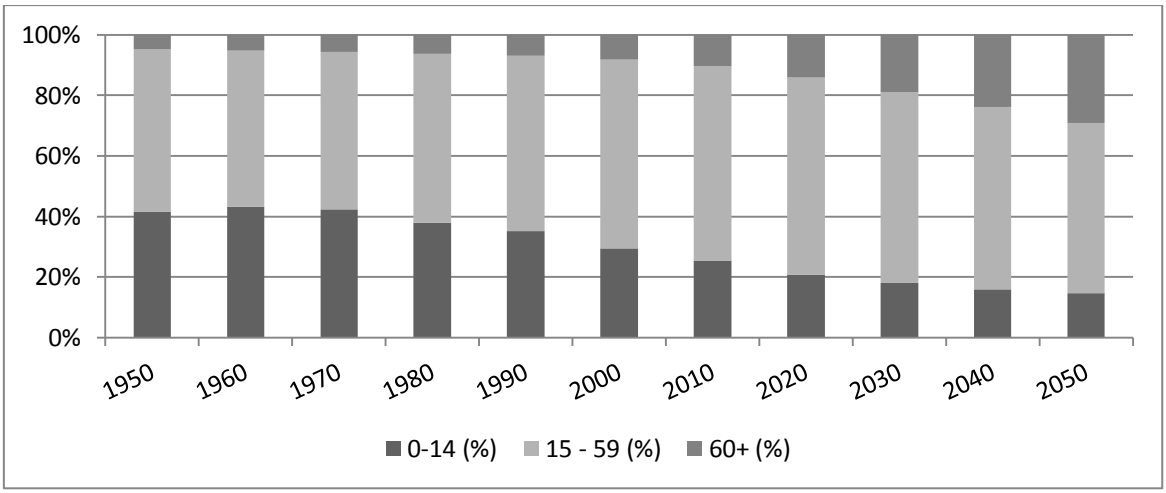
Assim como no Brasil, no Estado de São Paulo os efeitos mais claros da queda da fecundidade na estrutura etária são sentidos após 1991. No entanto, o envelhecimento relativo já é bastante intenso em 2000 e acentua-se em 2010, com o crescimento da população em idade ativa e decréscimo dos pesos relativos dos mais jovens. Também se percebe o aumento da proporção de grupos etários em idade ativa no ano de 2010 em relação a 2000 (populações entre 25 e 34 anos). Nesse caso, o "bônus demográfico" também é um dos traços fundamentais da dinâmica do Estado de São Paulo, com um peso importante de grupos etários que formam a porção mais jovem da população em idade ativa, e ainda têm por vir a maior parte de seu tempo profissional.

Como resultado da dinâmica demográfica apresentada, a população do Brasil e de São Paulo cresceu de maneira significativa durante o século XX. O primeiro Censo Demográfico do país registrou

um total de 9,9 milhões de pessoas no país e 840 mil no Estado de São Paulo, no ano de 1872. Em 1900 a população brasileira chegou a 17,4 milhões, alcançando 51,9 milhões no ano de 1950, e totalizando 190,7 milhões de habitantes segundo o Censo Demográfico 2010, tendo aumentado 21 milhões de habitantes durante a primeira década do século XXI. Em São Paulo a população já passava os 2,3 milhões 1900, 9,13 milhões em 1950 e 41,2 milhões em 2010. Em números absolutos o maior crescimento ocorreu entre a década de 1970 e 1980, quando a população passou de 17,9 para 25,38 milhões (um acréscimo de 7,42 milhões de pessoas). Nessa primeira década do século XXI o crescimento foi menor, em torno de 4,3 milhões.

Embora o crescimento tenha sido expressivo em valores absolutos, verificou-se a diminuição das taxas geométricas anuais de crescimento de ambas as populações, que atingiram seu ápice na década de 1950 (3,17% ao ano no Brasil e 3,57% em São Paulo). No Brasil, desde então houve declínio constante, tendo registrado um crescimento da população total do país da ordem de 1,17% ao ano na década de 2000. Já no Estado de São Paulo a década de 1970 também foi de grande crescimento, com uma taxa de 3,52% a.a. Destaca-se que o crescimento populacional é mais acentuado nas áreas definidas como urbanas, enquanto as áreas rurais tendem a perder população em grande parte dos municípios brasileiros. O declínio acentuado das taxas de crescimento e as mudanças na estrutura etária evidenciam que o Brasil e São Paulo já se encontram em uma fase adiantada da Transição Demográfica.

GRÁFICO 5 - Distribuição da população brasileira por grandes grupos de idade, 1950 a 2050



Fonte: Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat, "World Population Prospects, 2010 Revision".

Em síntese, o processo da transição demográfica mostra que a chamada "explosão demográfica", tão em voga nas décadas de 1960/1970, faz parte do passado para o Brasil como um todo, muito embora essa discussão ainda seja retomada no país de tempos em tempos, em função de situações específicas. São Paulo, um Estado que já teve atração migratória mais intensa no passado (inclusive recente) e que, observa um declínio constante na sua capacidade de absorção populacional, também passa por um momento semelhante. Há queda da mortalidade, natalidade e dos saldos migratórios. Entre 1991/2000 o saldo migratório anual do Estado foi de 147.443, sendo que na década seguinte esse foi de 47.265. As taxas dos saldos migratórios anuais (por mil habitantes) para os períodos foram de 4,31 e 1,21, respectivamente (FUNDAÇÃO SEADE, 2011b).

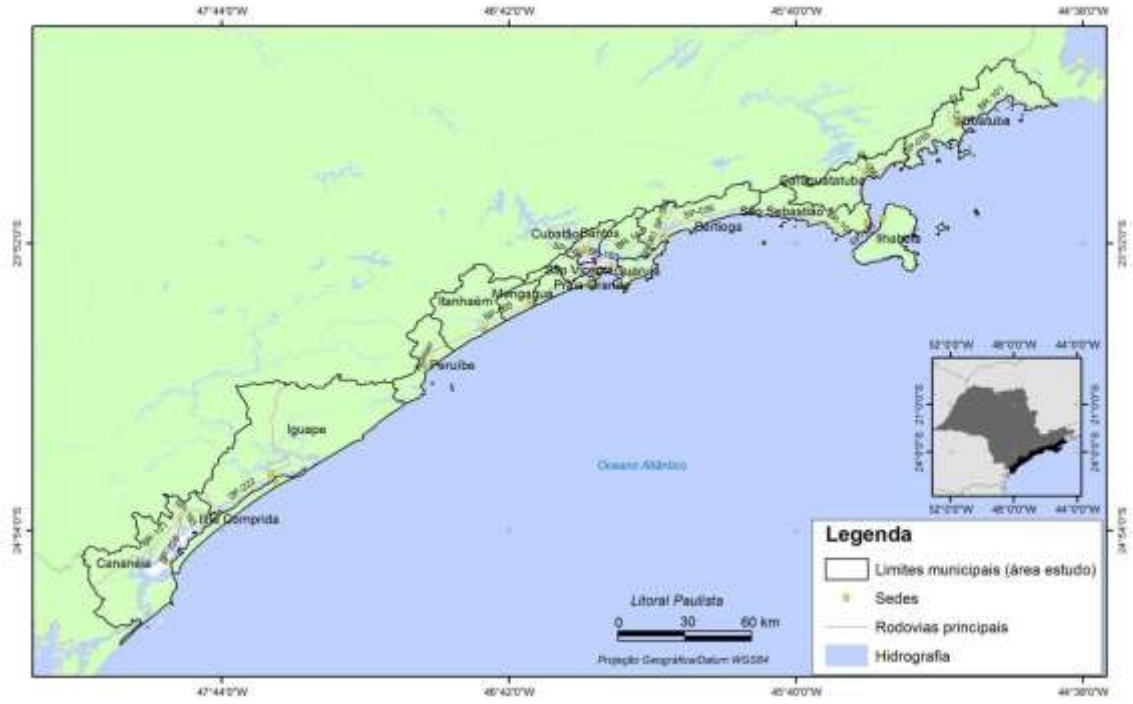
O volume máximo de população a ser atingido pelo país vai ficar bem abaixo até mesmo das projeções realizadas no início da década de 2000, que apontavam para uma população máxima de 246 milhões na década de 2050, começando a diminuir depois desse momento (CARVALHO, 2004). As PNADs da década de 2000 (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizadas pelo IBGE), corroboradas pelas informações obtidas pelo Censo 2010 do IBGE, confirmaram que as taxas de fecundidade continuaram diminuindo durante a década de 2000, o que indica que, nas próximas décadas, a população brasileira deverá atingir um volume populacional máximo de cerca de 206 milhões de habitantes no ano 2030, tendendo a diminuir o volume populacional na década seguinte (CAMARANO; KANSO, 2009). Em outras palavras, em termos absolutos (21 milhões de pessoas), o crescimento populacional verificado no período 2000-2010 não vai mais ocorrer, tendo em vista que população deve aumentar no máximo 16 milhões de pessoas nas próximas décadas, até atingir o volume máximo previsto.

Já no Estado de São Paulo o peso da migração será maior, já que a facilidade de transpassar uma fronteira intranacional ainda é maior que a de transpor fronteiras internacionais. Nesse sentido, a dinâmica populacional do Estado dependerá ainda mais da redistribuição populacional regional e nacional, mas sua intensidade já é e será ainda mais afetada pela queda da fecundidade. Segundo projeções de Fundação SEADE (2011c) as taxas de crescimento da população continuarão com tendência de queda, atingindo o nível de 0,73% no quinquênio 2020-2025, com uma população de 48,74 milhões de habitantes em 2025.

Dinâmica demográfica da zona costeira paulista

A zona costeira paulista possui um longo histórico de ocupação. Antes da chegada dos colonizadores portugueses, populações de diversas etnias indígenas habitaram essa região, deixando os *sambaquis* como testemunhos de sua ocupação. No Mapa 1 segue a localização desses municípios no Estado de São Paulo.

MAPA 1 - Localização dos municípios no Estado de São Paulo



Algumas peculiaridades marcam a zona costeira paulista, dificultando o estabelecimento de contingentes populacionais mais numerosos. Especificamente, a estreita faixa de terra apta a ser ocupada, espremida entre o mar e a declividade acentuada da Serra do Mar.

A abordagem que realizamos aqui se refere ao período entre 1970 e 2010, quando ocorreram significativas mudanças no país e na região. Nesse período aconteceram dois desmembramentos municipais na região: de Bertioga, desmembrado de Santos em 1991, e Ilha Comprida, desmembrada de Iguape e Cananéia, em 1992.

A dinâmica social e econômica desses municípios foi marcada no período pós 1950 por importantes mudanças, dentre as quais se destaca a intensificação da relação entre a costa e a Região Metropolitana de São Paulo, o que dinamizou a Região de Santos, cuja transformação em Região Metropolitana foi institucionalizada em 1996, com a criação da Região Metropolitana da Baixada

Santista, pela Lei Complementar Estadual nº 815. Esse fato, de certa forma ratificou a subdivisão dos municípios litorâneos de São Paulo em três grupos: Litoral Norte (Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela), Região Metropolitana da Baixada Santista (Bertioga, Guarujá, Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande, Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe) e Litoral Sul (Iguape, Ilha Comprida e Cananéia).

Em janeiro de 2012, foi institucionalizada a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, através da Lei 1.166/2012, no bojo de um conjunto de investimentos do Governo do Estado de São Paulo na região. Com isso, cria-se uma nova possibilidade de planejamento e gestão urbana e ambiental regional através da agência e conselhos metropolitanos. Vale ressaltar que a experiência recente nas regiões de Santos e Campinas, guardadas as respectivas e expressivas especificidades, tenha tido pouca efetividade principalmente por conta da falta de recursos para implementar as políticas metropolitanas (DAVANZO; NEGREIROS, 2006).

A TABELA 1 apresenta a evolução da população total desses municípios e de suas sub-regiões, tendo como referência os números do estado de São Paulo e do Brasil. Evidencia-se que o crescimento populacional como um todo foi bastante significativo, passando de 726 mil para quase 2 milhões de habitantes no período de 1970 a 2010. O maior volume populacional encontra-se na Região Metropolitana da Baixada Santista, que possuía 1,66 milhão de habitantes em 2010.

Dentre os municípios, o mais populoso da costa paulista é Santos, com cerca de 420 mil habitantes. Sua dinâmica relativa ao crescimento populacional é de taxas muito próximas à zero, dada à inexistência de áreas disponíveis com características do solo propicias à construção civil. Entretanto, nos últimos anos surgiram grandes empreendimentos imobiliários, com edificações de mais de 30 pavimentos, o que ainda não existia no município. Tais mudanças refletem a perspectiva de crescimento econômico previsto para a região, em função da descoberta das novas áreas petrolíferas. A expectativa local é de que funcionários de mais alta renda residam em Santos, tendo em vista a infraestrutura de comércio e serviços já disponível. O Porto de Santos tem um papel de elemento estruturador que historicamente foi fundamental para a configuração do espaço urbano e para o crescimento do município (SOUZA, 2006). As atividades relacionadas ao transporte de produtos petrolíferos foram responsáveis pela duplicação da tonelagem movimentada pelo porto nas décadas de 1950 e 1960. Entretanto, nas décadas recentes, as transformações tecnológicas e processuais explicam as alterações mais significativas na demanda por mão de obra na atividade portuária.

A dinâmica de Santos, com baixa disponibilidade de terras a serem ocupadas, e decorrentes altos custo da moradia, foi um dos elementos propulsores do crescimento populacional nos municípios vizinhos, gerando uma dinâmica metropolitana no seu entorno (SANTOS, 2008). Essa dinâmica foi marcada por fatores como a expansão econômica e populacional da Região Metropolitana de São Paulo, que aporta um volume significativo de população flutuante em busca das amenidades das praias, além do desenvolvimento do Polo Industrial de Cubatão, que também implicou em crescimento populacional e mobilidade populacional. Assim, entre 1970 e 2010, cidades como São Vicente (332 mil habitantes) e Guarujá (290 mil habitantes) praticamente triplicaram suas populações, enquanto Cubatão dobrou sua população, passando de 50 para 108 mil habitantes no período.

Tais dinâmicas podem ser mais bem ressaltadas e avaliadas ao considerarmos os processos regionais de crescimento. Considerando a divisão regional em três áreas (Sul, Baixada Santista e Norte), no período mais recente o maior crescimento ocorre no Litoral Norte, principalmente nos municípios de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba. No entanto, assim como nas demais regiões, as taxas de crescimento estão em processo de decréscimo. Mesmo assim, considerando os resultados da contagem populacional de 2007 e do censo demográfico de 2010, Caraguatatuba passou de 88 mil para mais de 100 mil habitantes em apenas 3 anos, em um claro indicativo do vigor ainda existente no seu crescimento populacional.

Já na Baixada Santista o crescimento é significativamente menor, mas não homogêneo. Os municípios centrais, Santos, São Vicente e Guarujá, maiores em termos populacionais, crescem já a ritmos menores que 1% ao ano. Entretanto, Praia Grande e Mongaguá, ao sul, e Bertioga ao norte, cresceram a taxas superiores ou próximas a 3% ao ano. Como já dito, parte dessa dinâmica está relacionada ao processo de expansão do crescimento para áreas periféricas, devido à falta de espaço disponível à expansão urbana e o encarecimento do solo urbano nos municípios centrais. Entretanto, em Bertioga o fator turístico exerce um peso maior, especificamente em função da distância aos principais centros da Baixada Santista e à sua similaridade com a dinâmica da porção Sul do município de São Sebastião. Nesse sentido uma das características da dinâmica urbana e demográfica do município está no crescimento da indústria de construção civil, com grande acréscimo do total de residências e com estímulo ao aumento da recepção de migrantes, questão que será explorada no decorrer desse texto.

No Litoral Sul, há a especificidade da existência de um significativo contingente de populações rurais ainda em 2010, destoando dos demais municípios. Tais populações estão concentradas em

Iguape e Cananéia, já que em Ilha Comprida a população é considerada como 100% urbana. De modo geral essa região é pouco dinâmica, e possui as menores taxas de crescimento em nível regional. Mesmo assim o município de Ilha Comprida tem se destacado, com crescimento de 3,02% a.a. entre 2000 e 2010.

TABELA 1 - Crescimento da população na zona costeira paulista - 1970-2010

	População Total nos Anos						Taxa de Crescimento nos Períodos (%a.a.)			
Unidades Territoriais	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**2007**	**2010**	**1970/ 1980**	**1980/ 1991**	**1991/ 2000**	**2000/ 2010**
Ubatuba	15.203	27.139	47.398	66.861	75.008	78.801	5,97	5,20	3,90	1,67
Caraguatatuba	15.073	33.802	52.878	78.921	88.815	100.840	8,41	4,15	4,55	2,49
Ilhabela	5.707	7.800	13.538	20.836	23.886	28.196	3,17	5,14	4,91	3,06
São Sebastião	12.016	18.997	33.890	58.038	67.348	73.942	4,69	5,40	6,16	2,44
Litoral Norte	**47.999**	**87.738**	**147.704**	**224.656**	**255.057**	**281.779**	**6,22**	**4,85**	**4,77**	**2,29**
Bertioga	-	-	-	30.039	39.091	47.645	.	.	.	4,70
Guarujá	94.021	151.120	210.207	264.812	296.150	290.752	4,86	3,05	2,60	0,93
Santos	345.630	416.677	428.923	417.983	418.288	419.400	1,89	0,26	-0,29	0,04
Cubatão	50.906	78.631	91.136	108.309	120.271	118.720	4,44	1,35	1,94	0,93
São Vicente	116.485	193.008	268.618	303.551	323.599	332.445	5,18	3,05	1,37	0,91
Praia Grande	19.694	66.004	123.492	193.582	233.806	262.051	12,86	5,86	5,12	3,02
Itanhaém	14.515	27.464	46.074	71.995	80.778	87.057	6,58	4,82	5,08	1,92
Mongaguá	5.213	9.928	19.026	35.098	40.423	46.293	6,65	6,09	7,04	2,81
Peruíbe	6.966	18.411	32.773	51.451	54.457	59.773	10,21	5,38	5,14	1,51
Baixada Santista	**653.430**	**961.243**	**1.220.249**	**1.476.820**	**1.606.863**	**1.664.136**	**3,94**	**2,19**	**2,14**	**1,19**
Iguape	19.211	23.363	27.937	27.427	28.977	28.841	1,98	1,64	-0,20	0,51
Ilha Comprida	-	-	-	6.704	8.875	9.025	.	.	.	3,02
Cananéia	6.080	7.734	10.144	12.298	12.039	12.226	2,44	2,50	2,16	-0,06
Litoral Sul	**25.291**	**31.097**	**38.081**	**46.429**	**49.891**	**50.092**	**2,09**	**1,86**	**2,23**	**0,76**
Total Litoral de São Paulo	**726.720**	**1.080.078**	**1.406.034**	**1.747.905**	**1.911.811**	**1.996.007**	**4,04**	**2,43**	**2,45**	**1,33**
Estado de São Paulo	**17.770.975**	**25.042.074**	**31.588.925**	**37.032.403**	**39.827.570**	**41.262.199**	**3,49**	**2,13**	**1,78**	**1,08**
Brasil	**93.134.846**	**119.011.052**	**146.825.475**	**169.799.170**	**183.987.291**	**190.755.799**	**2,48**	**1,93**	**1,63**	**1,17**

Fonte: SIDRA IBGE. Tabulações especiais Nepo/Unicamp. Dados coletados em 02/2011.

TABELA 2 - Crescimento da população urbana na zona costeira paulista - 1970-2010

	População Urbana					Taxa de Crescimento nos Períodos (%a.a.)			
Unidades Territoriais	**1970**	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**	**1970/ 1980**	**1980/ 1991**	**1991/ 2000**	**2000/ 2010**
Ubatuba	9.083	24.673	46.333	65.195	76.907	10,51	5,90	3,87	1,67
Caraguatatuba	13.121	33.215	52.729	75.251	96.673	9,73	4,29	4,03	2,62
Ilhabela	5.434	7.571	13.286	20.589	28.002	3,37	5,25	4,99	3,12
São Sebastião	11.259	18.598	33.702	57.452	73.109	5,15	5,55	6,11	2,42
Litoral Norte	**38.897**	**84.057**	**146.050**	**218.487**	**274.691**	**8,01**	**5,15**	**4,58**	**2,34**
Bertioga	-	-	-	29.178	46.867	-	-	-	4,84
Guarujá	90.568	151.120	210.192	264.733	290.696	5,25	3,04	2,60	0,94
Santos	343.476	414.703	427.273	415.747	419.086	1,90	0,27	-0,30	0,09
Cubatão	37.164	78.314	90.659	107.661	118.720	7,74	1,34	1,93	0,99
São Vicente	115.889	192.864	268.353	303.413	331.817	5,23	3,05	1,37	0,90
Praia Grande	19.662	66.004	123.492	193.582	262.051	12,87	5,86	5,12	3,02
Itanhaém	12.175	26.183	44.820	71.148	86.242	7,96	5,01	5,27	1,94
Mongaguá	4.658	9.827	18.904	34.942	46.091	7,75	6,13	7,06	2,81
Peruíbe	6.069	17.060	31.311	50.370	59.105	10,89	5,68	5,42	1,62
Baixada Santista	**629.661**	**956.075**	**1.215.004**	**1.470.774**	**1.660.675**	**4,26**	**2,20**	**2,15**	**1,22**
Iguape	8.884	16.281	21.279	21.934	24.687	6,24	2,46	0,34	1,19
Ilha Comprida	-	-	-	6.704	9.025	-	-	-	3,02
Cananéia	1.963	5.748	8.034	10.204	10.436	11,34	3,09	2,69	0,23
Litoral Sul	**10.847**	**22.029**	**29.313**	**38.842**	**44.161**	**7,34**	**2,63**	**3,18**	**1,29**
Total Litoral de São Paulo	**679.405**	**1.062.161**	**1.390.367**	**1.728.103**	**1.979.527**	**4,57**	**2,48**	**2,45**	**1,37**
Estado de São Paulo	**14.277.802**	**22.196.896**	**29.314.861**	**34.592.851**	**39.585.251**	**4,51**	**2,56**	**1,86**	**1,35**
Brasil	**52.097.260**	**80.437.327**	**110.990.990**	**137.953.959**	**160.925.792**	**4,44**	**2,97**	**2,45**	**1,55**

Fonte: SIDRA IBGE. Tabulações especiais Nepo/Unicamp. Dados atualizados em 02/2011.

TABELA 3 - População rural e respectivas taxas de crescimento populacional - 1970 -2010

Unidade Territorial	População Rural					Taxas de Crescimento da População Rural			
	1970	1980	1991	2000	2010	1970/1980	1980/1991	1991/2000	2000/2010
Ubatuba	6120	2466	1065	1666	1894	-8,69	-7,35	5,10	1,29
Caraguatatuba	1952	587	149	3670	4167	-11,32	-11,72	42,76	1,28
Ilhabela	273	229	252	247	194	-1,74	0,87	-0,22	-2,39
São Sebastião	757	399	188	586	833	-6,20	-6,61	13,46	3,58
Litoral Norte	**9102**	**3681**	**1654**	**6169**	**3791**	**-8,66**	**-7,01**	**15,75**	**-4,75**
Bertioga	0	0	0	861	778	-	-	-	-1,01
Guarujá	3453	0	15	79	56	-100,00	-	20,27	-3,38
Cubatão	13691	317	477	648	0	-31,38	3,78	3,46	-100,00
Santos	2154	1968	1650	2236	314	-0,90	-1,59	3,43	-17,82
São Vicente	589	140	265	138	628	-13,38	5,97	-6,99	16,36
Praia Grande	32	0	0	0	0	-100,00	0,00	0,00	0,00
Itanhaém	2340	1281	1254	847	815	-5,85	-0,19	-4,27	-0,38
Mongaguá	555	98	122	156	202	-15,92	2,01	2,77	2,62
Peruíbe	897	1346	1462	1081	668	4,14	0,75	-3,30	-4,70
Baixada Santista	**23711**	**5150**	**5245**	**6046**	**1873**	**-14,16**	**0,17**	**1,59**	**-11,06**
Iguape	10312	7076	6658	5493	4154	-3,70	-0,55	-2,11	-2,76
Ilha Comprida	0	0	0	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Cananéia	4117	1986	2110	2094	1790	-7,03	0,55	-0,08	-1,56
Litoral Sul	**14429**	**9062**	**8768**	**7587**	**5944**	**-4,54**	**-0,30**	**-1,59**	**-2,41**
Zona Costeira de SP	**47242**	**17893**	**15667**	**19802**	**11608**	**-9,25**	**-1,20**	**2,64**	**-5,20**
Interior de SP	**3440979**	**2825626**	**2258397**	**2429633**	**1665340**	**-1,95**	**-2,02**	**0,82**	**-3,71**
Estado de São Paulo	**3488221**	**2843519**	**2274064**	**2449435**	**1676948**	**-2,02**	**-2,01**	**0,83**	**-3,72**
Brasil	**40985065**	**38538689**	**35834485**	**31947619**	**29830007**	**-0,61**	**-0,66**	**-1,27**	**-0,68**

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

TABELA 4 - Graus de urbanização - 1970-2010

Unidade Territorial	Grau de Urbanização				
	1970	**1980**	**1991**	**2000**	**2010**
Ubatuba	59,74	90,91	97,75	97,51	97,60
Caraguatatuba	87,05	98,26	99,72	95,35	95,87
Ilhabela	95,22	97,06	98,14	98,81	99,31
São Sebastião	93,70	97,90	99,45	98,99	98,87
Litoral Norte	**81,04**	**95,80**	**98,88**	**97,25**	**98,64**
Bertioga	-	-	-	97,13	98,37
Guarujá	96,32	100,00	99,99	99,97	99,98
Cubatão	72,98	99,60	99,48	99,40	100,00
Santos	99,38	99,53	99,62	99,47	99,93
São Vicente	99,49	99,93	99,90	99,95	99,81
Praia Grande	99,84	100,00	100,00	100,00	100,00
Itanhaém	83,86	95,33	97,28	98,82	99,06
Mongaguá	89,35	99,01	99,36	99,56	99,56
Peruíbe	87,11	92,68	95,54	97,90	98,88
Baixada Santista	**96,36**	**99,46**	**99,57**	**99,59**	**99,89**
Iguape	46,23	69,70	76,17	79,97	85,60
Ilha Comprida	-	-	-	100,00	100,00
Cananéia	32,20	74,21	79,20	82,97	85,36
Litoral Sul	**42,85**	**70,82**	**76,98**	**83,66**	**88,13**
Zona Costeira de SP	**93,49**	**98,34**	**98,89**	**98,87**	**99,42**
Interior de SP	**79,77**	**88,20**	**92,52**	**93,11**	**95,76**
Estado de São Paulo	**80,33**	**88,64**	**92,80**	**93,39**	**95,94**
Brasil	**55,92**	**67,59**	**75,59**	**81,19**	**84,36**

Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

A dinâmica migratória

Como colocado anteriormente, o Brasil e o Estado de São Paulo estão em um momento avançado nas suas transições demográficas, com impactos importantes na composição da estrutura etária. Os principais efeitos atuais são sentidos no aumento do peso proporcional da população em idade ativa e da população idosa, com diminuição da proporção de crianças, levando ao envelhecimento demográfico. Entretanto, a transição demográfica ocorre em ritmos diferenciados, com transformações interligadas às dinâmicas regionais mais amplas, envolvendo mudanças econômicas e sociais. Em face às dinâmicas municipais, generalizações devem ser tomadas com ainda mais precaução, já que a migração pode exercer um papel central no que tange a redistribuição espacial da população e à sua composição etária. Nesse sentido esse item

aponta um quadro geral à análise das estruturas etárias e da migração na zona costeira de São Paulo, apoiado em alguns dos dados disponíveis nos Censos Demográficos. Ademais, enfatizamos a inter-relação entre migração, mobilidade e ambiente, questão teoricamente trabalhada, mas que carece de trabalhos empíricos.

A dinâmica migratória é uma das dimensões fundamentais da dinâmica demográfica e da redistribuição espacial da população, e, portanto, essencial na relação população-ambiente. No contexto das ciências do século XIX, Ravenstein (1980) denota que a migração é um fenômeno social, coercitivo aos membros da sociedade, expresso em leis. O autor destaca que a causa primária dessa é a busca pela melhora econômica, permitida pelas diferentes demandas das regiões por mão de obra. Segundo ele: "*se aludirmos um tanto pretensiosamente às "leis da migração", estaremos apenas tratando do modo pelo qual a falta de braços existentes em certas partes do País é suprida por outras partes onde a população é abundante*" (RAVENSTEIN, 1980, p.64). Nesse ponto é interessante que o termo "população flutuante" é utilizado desde então para designar populações vinculadas temporariamente a algumas localidades.

Lee (1980), quase um século após a publicação de Ravenstein, considera o ato migratório como todo o deslocamento que implique em mudança de residência, necessariamente. Sua perspectiva é de que há uma decisão racional ou semirracional do indivíduo em migrar, baseados em fatores associados ao local de origem, ao local de destino, as dificuldades no movimento da migração (obstáculos intervenientes) e os fatores pessoais. Nesse sentido, o cálculo para a migração é fundamental.

No contexto latino-americano, Singer (1980) rompe e refuta essa perspectiva, discutindo as relações entre indivíduo-migração e espaço-mercado. Coloca que a migração é um processo social historicamente condicionado, e a partir desse podem ser observados os reais sentidos dos fluxos migratórios. Para o autor quem migra são os grupos sociais afetados pelas condições específicas da configuração entre estrutura econômica, industrialização e arranjos institucionais, criadores de um contexto histórico particular que leva a redistribuição espacial da população. Busca-se entender como os fluxos entre áreas de mudança e estagnação, e não entre áreas de origem e destino, são relativos aos diferentes estágios de desenvolvimento no espaço. Nessa perspectiva a constituição do espaço e das desigualdades espaciais é vista em uma processualidade, da qual os movimentos migratórios fazem parte. Aponta-se que populações em áreas desfavorecidas, com o empobrecimento relativo, seriam influenciadas a migrar ou pelos

fatores de mudança (com inserção de novas realidades nas relações de produção) ou por fatores de estagnação (que elevam a pressão populacional em áreas pouco produtivas).

Em termos teóricos também é importante ressaltar as conexões população-ambiente no debate migratório. A partir da década de 1990, a inserção definitiva da reestruturação produtiva trouxe novas questões, e as teorias descritas anteriormente, historicamente datadas, já não foram consideradas suficientes para explicar a diversificação e a riqueza da mobilidade no tempo presente (BAENINGER, 2011). Nesse contexto cabe ressaltar que não somente a reestruturação produtiva inseriu novas questões. A sociedade contemporânea como um todo, passando por uma fase de modernidade líquida, nas palavras de Bauman (2001), da sociedade de risco, segundo Beck (1998), é marcada por novas relações sociais, caracterizadas pela fluidez e pela não permanência. Com isso a própria natureza dos movimentos espaciais das pessoas foi alterada, e a mobilidade como um todo ganhou centralidade.

Assim, outros elementos passam a ser essenciais na discussão sobre a mobilidade. Se não são mais as estruturas econômicas as únicas responsáveis, ou as responsáveis diretas pela mobilidade, outras perspectivas se abrem, mas não sob a forma de uma única base teórica geral capaz de elucidar a natureza da totalidade dos deslocamentos populacionais. Vale destacar, portanto, o elemento ambiental, e especificamente das mudanças climáticas, como um dos componentes constituintes da compreensão da dinâmica da mobilidade. Mesmo não sendo o único ou o principal determinante da mobilidade como um todo, em determinadas situações de risco e vulnerabilidade às mudanças ambientais, as formas disponíveis para tornar a mobilidade possível será essencial para o enfrentamento dessas.

Na língua inglesa a relação mudança climática e mobilidade está relativamente consolidada. São muitos os termos e conceitos empregados para inferir características da relação entre mobilidade e ambiente. *Environmentally induced migrants*, *environmental migrants, environmental refugees*, *environmental displacement, forced migration* e *climate migration* são alguns dos principais termos existentes. Entretanto, ainda não há consenso sobre o significado conceitual de cada um desses. Renaud et al. (2007) buscaram avançar nesse debate, indicando que é necessário, em primeiro lugar, distinguir os migrantes ambientais forçados daqueles que migraram motivados por questões ambientais. Os primeiros têm que deixar suas áreas de origem, necessariamente, e os segundos possuem um leque de escolhas sobre seu deslocamento. O debate se complica quando a categoria *refugiado ambiental* é considerada, muito em função do próprio status legal de refugiado. Segundo os critérios internacionais estabelecidos pelo ACNUR

(Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados), o refugiado deve estar em outro país (que não o de habitual residência), deve sofrer perseguição e essa deve ser em razão de sua raça, nacionalidade, religião, pertencimento a um grupo social ou de opinião política particular (UNHCR, 2006). Claramente as razões ambientais que levam grupos à migração não envolvem esses elementos e muitos questionam a existência da categoria de refugiado em relação a questões ambientais. No entanto também se advoga que em muitos casos as condições ambientais configuram um elemento forçante para que pessoas deixem seus lugares de origem, e que essas não possuem proteção legal em termos de direitos humanos.

Em meio a tais diferenças, Renaud et al. (2007) propõem três categorias de movimentos de grupos populacionais relacionados ao ambiente: o migrante motivado por questões ambientais, o migrante forçado dadas alterações ambientais e o refugiado ambiental. O primeiro possui escolha para "evitar o pior", podendo se deslocar permanentemente ou temporariamente. Os segundos são obrigados ao deslocamento, geralmente de modo permanente. Nessas duas categorias a gama de escolha sobre quando migrar é relativamente ampla, dadas ameaças que não são efetivadas instantaneamente. Já na terceira categoria são incluídos aqueles obrigados ao deslocamento de maneira extremamente rápida, e lidam com mudanças ambientais amplas, intensas e/ou velozes.

Com relação a este tópico, De Sherbinin; Castro e Gemenne (2010) também adotam três tipos de deslocamentos forçados e reassentamentos que são relacionados às mudanças climáticas. Nesse caso os deslocamentos são considerados forçados, pois não foram planejados pelas populações que por eles passam, mas ocorreram dadas as mudanças externas ocorridas em suas áreas de residência. Por outro lado, o reassentamento é planejado diretamente por instituições do governo ou pelo setor privado, que escolhe a área de destino dessas populações. Seus três tipos seriam: (a) a migração em função da construção de projetos de mitigação às mudanças climáticas (como o uso de grandes áreas para a plantação e produção de biocombustíveis ou de usinas hidrelétricas); (b) a migração em função da construção de projetos e infraestruturas de adaptação (que podem desapropriar áreas para que sejam construídos e atrair populações em função de oportunidades econômicas); e (c) a migração relacionada diretamente às mudanças climáticas, quando as áreas de origem não apresentam mais condições de moradia ou quando as populações se deslocam a fim de evitar determinado risco, ou seja, tendo na migração um mecanismo de adaptação.

Em termos mais amplos, o projeto *Environmental Change and Forced Migration Scenarios* (EACH-FOR) constitui uma das grandes e mais importantes pesquisas realizadas na área. Finalizado em 2009, foi baseado na ideia de *Environmentally Displaced Persons* (o que poderia ser traduzido por *pessoas deslocadas em função do ambiente*). Nesse conjunto são incluídas também três categorias de pessoas: os migrantes ambientais, que são as pessoas que mudaram voluntariamente de residência em função de questões ambientais; os deslocados ambientais, formado pelos grupos forçados a se moverem dadas as ameaças de perda de vidas, residências e bem-estar, frutos de processos ambientais*;* e (c) os deslocados pelo desenvolvimento, contendo os grupos realocados em função de mudanças planejadas no uso da terra (JAGER et al., 2009). Tal projeto se ancorou na ideia de migração forçada, incluindo três elementos essenciais. São os mesmos fatores definidos em *Forced Migration on-line*[5]*,* site mantido pelo Centro de Estudos sobre Refugiados da Universidade de Oxford. São eles: o conflito, sendo que os aspectos ambientais são vistos apenas como parte de processos muito mais amplos de mudanças sociais; o desenvolvimento de políticas públicas e grandes projetos, ligados a infraestruturas que necessitam realocar pessoas; e os desastres, incluindo os naturais, aqueles que são frutos de mudanças ambientais e também os produzidos pela própria sociedade (como os desastres tecnológicos) (JAGER et al., 2009).

Fica clara a ideia de que a migração é um dos processos sociais que sofrerá influências da mudança climática. Mais clara ainda é a noção de que a migração é um processo amplo e complexo, inter-relacionado a uma série de dimensões. Certamente o fator ambiental não é o único a afetar as migrações, há dificuldade em isolar os fatores e compreender o peso de cada um, quantitativamente. No entanto é necessário considerar que há um sinal ambiental discernível nos padrões de deslocamentos humanos contemporâneos (WARNER, 2011).

Nesse debate, as mudanças climáticas interferirão nas migrações e, mais do que isso, constituirão uma inter-relação com a mobilidade como um todo. A relação população-ambiente será impactada sob diversas formas e a mobilidade poderá surgir em ambos os sentidos da relação, ora como uma resposta adaptativa/fracasso frente ao risco, ora como ação mitigadora/indutora de alterações no clima.

Um dos grandes debates sobre a relação migração e mudanças ambientais está em considerá-la como adaptação ou fracasso frente aos desastres e riscos ambientais. No Brasil,

[5] Disponível em: <http://www.forcedmigration.org/about/whatisfm/what-is-forced-migration>. Acesso em: 19 nov. 2011.

destaca-se a alta recorrência de eventos extremos pluviométricos que geram situações de inundações e deslizamentos. Na maior parte dos eventos, os grupos sociais mais afetados são aqueles que possuem moradias localizadas em áreas muito próximas à fonte de risco: nas planícies alagáveis próximas a cursos d'água ou em encostas íngremes expostas a deslizamentos. Raramente o resultado desses eventos inviabiliza as condições de vida nos locais afetados, eliminando todas as possibilidades de sobrevivência, ou seja, raramente a migração é, no pós-evento, uma necessidade que se impõe. Contudo, em uma série de casos o reassentamento de populações surge como uma medida adaptativa adotada pelos órgãos públicos como "solução" de enfrentamento às situações de risco. Nesse caso, seguramente, a mobilidade é uma dimensão essencial do impacto ambiental. Na região aqui analisada tais desastres já são sentidos de longa data, dada suas características de solo, relevo, pluviometria, que foram associadas a uma urbanização com pouco planejamento e que ocupou áreas de risco.

Em outro sentido, a mobilidade também é altamente dependente do consumo energético, e suas formas podem levar tanto à mitigação como à indução de mudanças no clima. Nesse cenário é de grande importância a construção do espaço em que maior parte da população mundial vive e se desloca o espaço das cidades. As formas assumidas pelas cidades contemporâneas, assim como as relações entre elas, são um dos fatores essenciais no estabelecimento de sistemas de transportes e nos deslocamentos diários das pessoas. Cidades densas, dispersas, que sigam modelos mais voltados ao consumo do espaço para o bem estar individual ou que sigam pressupostos de bem-estar coletivo influenciam diretamente nas formas de mobilidade.

Por fim, é necessário atentar as que características ambientais possuem um grande peso na instalação e atração de grupos sociais, indústrias e atividades econômicas em determinadas regiões. Esse é o caso do litoral de São Paulo. Os grandes projetos que dinamizam a economia nos últimos anos associados à exploração de bases petrolíferas e de gás, a possibilidade logística no uso de bases portuárias e o veraneio nas praias atraem migrantes de diversos grupos sociais e localidades, que estabelecem relações diversas e também temporalmente variadas. O componente ambiental é importante e muitas vezes essencial para a atração dos migrantes e possibilita diversos tipos de uso e ocupação do solo, nos diferentes espaços da região e também com distintos tempos de permanência.

Panorama da dinâmica demográfica na zona costeira paulista: fecundidade, mortalidade, mobilidade e estruturas etárias.

Dadas tais discussões, podemos notar que a análise contemporânea dos processos migratórios em geral, e dos que ocorrem na região aqui estudada, devem avançar e incorporar elementos que se referem a uma série de modalidades de deslocamentos. Além disso, também é importante que esses sejam analisados à luz do processo demográfico geral, considerando também as dinâmicas da fecundidade e mortalidade.

Na zona costeira paulista, migrantes estabeleceram em locais que se dinamizaram economicamente, tanto no passado como atualmente, como em Cubatão e Caraguatatuba. Porém, a migração ao litoral também ocorre em função de suas características balneárias. Embora não vivam efetivamente nesses locais, pessoas estabelecem residências e demandam uma variada gama de serviços, além de criar uma urbanização de espaços densos, mas nem sempre habitados. É importante observar que são diferentes grupos sociais que formam as "populações flutuantes". Bairros de classes mais ricas ocupam as concorridas orlas, desde Ubatuba, Ilhabela, São Sebastião (principalmente no distrito de Maresias), Caraguatatuba (como no condomínio Costa Verde, de casas milionárias ligadas diretamente ao mar), Bertioga, até as já consolidadas orlas do Guarujá e se direcionando também ao litoral sul. Por outro lado, é possível encontrar imóveis destinados ao turismo afastados da orla, mais acessíveis e em locais menos conhecidos, e também uma série de vilas de associações de férias de sindicatos e industriais.

Como os resultados do censo demográfico de 2010 ainda são preliminares, os dados mais recentes acerca da migração são de 2000. A Fundação SEADE também preparou medidas indiretas do saldo migratório e das taxas de migração para 2010, a partir dos dados censitários do mesmo ano. Tais saldos migratórios e suas respectivas taxas foram calculados a partir da combinação dos dados da população recenseada (2000 e 2010), da mortalidade e da natalidade entre tais períodos. Os resultados estão dispostos nos gráficos GRÁFICO 6 e GRÁFICO 7, onde estão dispostas os saldos anuais (diferença entre a entrada e saída de migrantes, que é o próprio saldo migratório, por ano) e as taxas, também anuais (uma estimativa do saldo migratório por mil habitantes). Contudo não é possível observar os fluxos e as áreas envolvidas, mas somente o estoque em cada uma das cidades.

Os dados coletados no Censo Demográfico 2000 estão discutidos nas tabelas 5, 6 e 7. Ressaltamos que foram utilizados os dados da amostra, já que o quesito sobre migração não faz

parte do questionário aplicado ao universo. A seguir há uma descrição mais detalhada sobre cada um desses dados.

Considerando a matriz migratória (TABELA 5), que indica como os municípios litorâneos realizam as trocas migratórias entre si, percebemos que os municípios com maior absorção de pessoas são Mongaguá, Praia Grande, Bertioga, Caraguatatuba, Ilhabela e São Vicente. Os gráficosGRÁFICO 6GRÁFICO 7 mostram essa evolução no período recente. Para todos os municípios, os volumes e as taxas diminuíram entre 2000 e 2010. As taxas de migração indicam em quais municípios a migração teve o maior peso no crescimento populacional. Grande parte dos municípios que tiveram maior absorção de pessoas em 2000 também foram aqueles com as maiores taxas de migração em 2010. Esses foram os municípios de Mongaguá, Praia Grande, Bertioga, Ilha Comprida, e, no Litoral Norte, Caraguatatuba. Uma questão importante para a caracterização desses migrantes se refere à área de origem dos mesmos, mas tal dado só poderá ser obtido com a publicação dos dados da amostra do Censo Demográfico 2010 (para o cálculo dos saldos migratórios a Fundação SEADE utiliza métodos indiretos baseados nos totais populacionais, na natalidade e mortalidade).

Para o período anterior a 2000 (com dados nas tabelas TABELA **5 -** Matriz migratória intermunicipal, TABELA 6 eTABELA 7), notamos que os movimentos de curta distância predominaram, com movimentos mais intensos entre municípios vizinhos. Os imigrantes de Bertioga se deslocaram basicamente de Guarujá e Santos; em Caraguatatuba, a maioria tinha origem em Ubatuba e São Sebastião, dos migrantes em Cubatão e no Guarujá, a maioria saiu de Santos e São Vicente; Praia Grande foi altamente atrativa, principalmente em relação a Santos e São Vicente, mas também com Guarujá e Cubatão, com um saldo migratório de aproximadamente 10.000 pessoas em relação aos outros municípios; Santos foi expulsora, com saldo negativo de aproximadamente 18.000 pessoas, o que contribuiu significativamente para sua perda populacional total entre 1991-2000, de 12.000 pessoas; e, por fim, São Vicente teve trocas intensas, com um saldo migratório positivo de cerca de 5.000 pessoas.

Na TABELA 6 é possível verificar, tendo como referência o ano de 2000, a porcentagem de todas as pessoas que moravam em outro município 5 anos antes, em 1995, observando os migrantes de qualquer outro município. Em Bertioga, mais de 40% da população em 2000 era composta de imigrantes, dos quais 87% se deslocaram de áreas urbanas. Em Ilhabela esse percentual de migrantes não foi tão alto, e seria necessário recorrer aos dados de 2010 para resultados mais apurados, já que o município cresceu mais intensamente na última década. Os

dados indiretos dos saldos migratórios confirmam essa tendência: entre 2000/2010 esses apresentaram uma leve queda, menor que os saldos das demais áreas. O mesmo possivelmente ocorre em Caraguatatuba, que possui taxas de crescimento ainda elevadas no período mais recente (2007/2010) em relação ao período anterior (2000/2007). Na Baixada Santista destaca-se o crescimento de Mongaguá e Praia Grande, municípios ao sul de Santos que possuem uma considerável porcentagem de migrantes em sua população.

Encarando os processos migratórios que podem ser vislumbrados na análise acima, reforçamos a ideia de que a costa é uma região que pode ser encarada em subdivisões. No Norte, Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião, Ilhabela e Bertioga. Esse último, embora pertencente à Baixada Santista, possui conexões tanto com essa como com o Litoral Norte. Possui áreas próximas a dinâmica balneária de São Sebastião (principalmente na região Sul desse, onde está localizado o distrito de Maresias) e tem atraído mais migrantes do que os municípios a que está mais próximo na Baixada Santista, como Guarujá e Santos. Por outro lado ainda possui um contingente mais significativo de pessoas que se deslocam diariamente para a região da Baixada Santista, mais próxima do núcleo central do município. Na região da Baixada Santista, observa-se um centro com menor crescimento, incluindo Guarujá, Santos, Cubatão e São Vicente. No sul da Baixada Santista, Praia Grande, Mongaguá, Itanhaém e Peruíbe com taxas de crescimento maiores e maior atração aos migrantes. Já no sul da costa, os municípios de Iguape, Cananéia e Ilha Comprida não possuem características relativamente homogêneas, e desses, Ilha Comprida tem apresentado um crescimento relativo grande, embora ainda em 2010 não tenha alcançado 10.000 habitantes.

Nessa visão mais ampliada do fenômeno, vislumbrada na Tabela 4, é interessante notar que a porcentagem de migrantes que vivem nas cidades costeiras paulistas é alta, e grande parte desses não se encontrava anteriormente na costa, ao menos na paulista. Assim, se Bertioga, por exemplo, não apresenta resultados expressivos em sua matriz migratória, todos os que migraram no período considerado formam 40% da população.

Em termos da mobilidade cotidiana a trabalho e/ou estudo (TABELA 7), os municípios que mais se destacam são os localizados na região central da Baixada Santista. Santos, Cubatão, São Vicente, Praia Grande e Guarujá atraem o maior número de trabalhadores de outras áreas. No entanto, o processo relativo a tais dados é diverso para esses municípios. Cubatão, como cidade industrial, necessita de funcionários com elevados níveis educacionais, mas não consegue oferecer moradias, infraestruturas e serviços públicos atrativos a este público. Já Santos tem se tornado um

município onde a elevação do preço do solo faz os grupos populacionais mais jovens procurar novos espaços na região metropolitana, com custos de moradia mais acessíveis.

Fora da RMBS, destaca-se a troca entre Caraguatatuba e São Sebastião. Em 2000, eram aproximadamente 2000 pessoas que se deslocavam de Caraguatatuba para São Sebastião a trabalho e/ou estudo. Com a recente dinamização de Caraguatatuba, tal fluxo pode ter se alterado, e os dados presentes no Censo Demográfico de 2010 irão indicar tal efeito. Além disso, o último recenseamento também irá mostrar os fluxos em função de trabalho e estudo separadamente, permitindo conhecer melhor as características dessas mobilidades.

Tais resultados são importantes para o nosso propósito, pois indicam que, em termos de vulnerabilidade, a alta concentração de migrantes é um indício de que grandes grupos populacionais são novos nesse espaço, não só nos desses municípios, mas como em municípios costeiros como um todo. A vivência desses grupos nesses locais é menor do que a dos nativos, e ao lidar com situações ambientais que são novas em termos globais, a existência local e antiga de riscos ambientais que estão em processo de mudança pode ser também um indicativo de dificuldades na capacidade adaptativa em relação aos riscos ambientais, favorecendo situações de vulnerabilidade.

A migração para tais espaços também está grandemente condicionada a características do ambiente (tomando o ambiente como os espaços naturais e os espaços construídos, como das cidades). O aumento da exploração das reservas de petróleo e gás natural está induzindo novas formas de ocupação da região. Grupos de pessoas ligados à gestão dos novos empreendimentos e também à construção das infraestruturas necessárias (principalmente na construção civil) estão buscando o local. Por outro lado, novas áreas de uso turístico estão crescendo consideravelmente nos últimos anos, com a ocupação de praias então pouco utilizadas para o veraneio. Esse é o caso do sul de São Sebastião e Bertioga. Ambos possuíram saldos migratórios expressivos durante a última década.

TABELA 5 - Matriz migratória intermunicipal

Município de residência em 2000	Município de Residência em 1995																Total de imigrantes
	Bertioga	Cananéia	Caraguatatuba	Cubatão	Guarujá	Iguape	Ilha Comprida	Ilhabela	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Sebastião	São Vicente	Ubatuba	
Bertioga	-	0	24	10	649	0	0	0	0	0	0	34	329	52	0	0	1098
Cananéia	13	-	0	0	20	12	0	0	0	0	4	16	42	0	19	22	148
Caraguatatuba	13	0	-	0	51	13	57	0	0	0	0	62	99	598	16	356	1265
Cubatão	14	0	0	-	93	0	0	0	0	0	38	250	1209	24	722	10	2360
Guarujá	59	0	150	162	-	17	0	0	52	14	48	404	3233	106	652	35	4932
Iguape	0	44	0	0	0	-	0	32	13	32	0	0	16	8	104	0	249
Ilha Comprida	0	0	45	0	47	0	-	0	0	0	4	0	121	133	41	5	396
Ilhabela	0	58	0	0	0	249	0	-	0	16	0	0	7	0	0	0	330
Itanhaém	0	0	0	26	290	122	0	23	-	178	267	447	642	5	414	16	2430
Mongaguá	20	0	0	162	115	11	0	0	141	-	159	472	354	0	493	14	1941
Peruíbe	9	0	0	55	191	40	0	0	335	61	-	350	437	0	391	9	1878
Praia Grande	0	0	74	961	808	78	0	0	109	241	80	-	5672	21	5895	42	13981
Santos	114	0	9	1153	1829	59	7	0	77	53	231	751	-	104	4155	0	8542
São Sebastião	31	0	552	0	142	26	207	0	0	43	34	72	367	-	174	23	1671
São Vicente	0	22	17	1212	998	24	0	0	112	82	148	1448	13884	86	-	0	18033
Ubatuba	30	0	205	0	49	0	0	0	9	0	0	7	87	6	28	-	421
Total de Imigrantes	303	124	1076	3741	5282	651	271	55	848	720	1013	4313	26499	1143	13104	532	59675

Fonte: IBGE (2000). Dados da amostra. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

TABELA 6 - Zona ou área de residência no município de residência atual ou em outro município em 31/07/1995

	Não Migrante – Nascidos no Município	Migrantes – Não Nascidos no Município												
		Neste Município, na Zona Urbana		Neste Município, na Zona Rural		Em outro Município, na Zona Urbana		Em outro Município, na Zona Rural		Em outro País		Não era Nascido		Total
	Abs.	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	Abs.	(%)	
Bertioga (SP)	8401	11415	52,75	365	1,69	7863	36,34	1139	5,26	77	0,36	780	3,60	30040
Cananéia (SP)	8126	2603	62,39	435	10,43	889	21,31	83	1,99	19	0,46	143	3,43	12298
Caraguatatuba (SP)	31364	31730	66,72	1154	2,43	12127	25,50	1493	3,14	46	0,10	1007	2,12	78921
Cubatão (SP)	52072	45535	80,97	249	0,44	7427	13,21	2247	4,00	27	0,05	751	1,34	108308
Guarujá (SP)	134062	104102	79,62	199	0,15	19739	15,10	4959	3,79	114	0,09	1637	1,25	264812
Iguape (SP)	18520	4172	46,84	1865	20,94	2342	26,30	240	2,69	9	0,10	278	3,12	27426
Ilhabela (SP)	9684	7235	64,87	54	0,48	2961	26,55	673	6,03	17	0,15	213	1,91	20837
Ilha Comprida (SP)	1606	2751	53,97	21	0,41	2206	43,28	0	0,00	0	0,00	119	2,33	6703
Itanhaém	24297	29486	61,82	592	1,24	14908	31,26	1375	2,88	29	0,06	1307	2,74	71994
Mongágua	9221	13368	51,66	314	1,21	10543	40,74	998	3,86	0	0,00	653	2,52	35097
Peruíbe	17656	20146	59,61	1098	3,25	10445	30,91	1242	3,67	52	0,15	813	2,41	51452
Praia Grande	51196	91744	64,43	126	0,09	46624	32,74	0	0,00	91	0,06	3802	2,67	193583
Santos	236290	147068	80,94	870	0,48	28001	15,41	3410	1,88	547	0,30	1797	0,99	417983
São Sebastião	20966	24046	64,86	279	0,75	9862	26,60	1865	5,03	64	0,17	956	2,58	58038
São Vicente	137559	128173	77,22	323	0,19	31600	19,04	3033	1,83	240	0,14	2623	1,58	303551
Ubatuba	31993	24181	69,35	948	2,72	7471	21,43	1354	3,88	83	0,24	832	2,39	66862
Total	793013	687755	72,02	8892	0,93	215008	22,52	24111	2,52	1415	0,15	17711	1,85	1747905

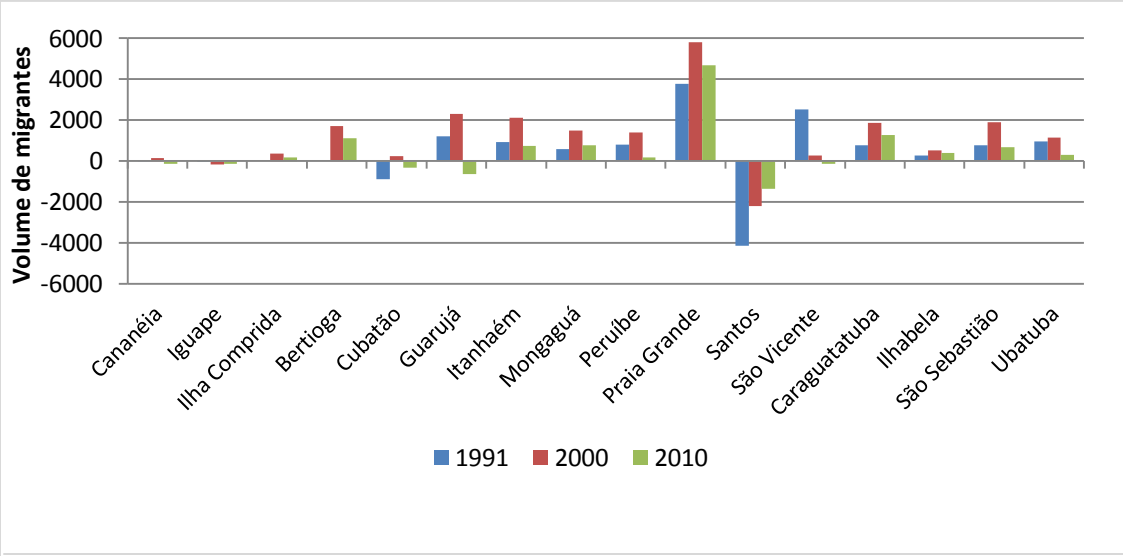
Fonte: IBGE (2000). Dados da amostra. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

TABELA 7 - Mobilidade a trabalho e/ou estudo - Região costeira de São Paulo, 2000

	Município onde Trabalha ou Estuda																			
Município em 2000	**Neste Município**	**Não Trabalha ou Estuda**	**Ubatuba**	**Caraguatatuba**	**Ilhabela**	**São Sebastião**	**Bertioga**	**Guarujá**	**Cubatão**	**Santos**	**São Vicente**	**Praia Grande**	**Itanhaém**	**Mongaguá**	**Peruíbe**	**Iguape**	**Ilha Comprida**	**Cananéia**	**São Paulo**	**Outras**
Bertioga	19489	9750	0	0	0	29	-	137	38	339	8	0	0	0	0	0	0	0	12	155
Cananéia	7455	4723	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	6	0	-	22	86
Caraguatatuba	48348	27261	159	-	114	1978	0	0	0	18	9	0	0	0	0	0	0	0	325	694
Cubatão	59729	40378	0	0	0	0	23	365	-	5691	344	234	0	12	0	0	0	0	408	1105
Guarujá	151742	94198	0	0	11	74	736	-	1544	13342	413	82	8	0	0	9	0	0	1018	1569
Iguape	15196	11460	0	0	0	0	0	0	0	60	0	8	0	0	0	-	233	0	83	356
Ilhabela	13994	6480	0	32	0	203	0	4	0	11	0	0	0	0	0	0	0	-	27	78
Ilha Comprida	3643	2792	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	120	-	0	79	64
Itanhaém	42678	27345	0	0	0	11	0	28	4	324	18	140	-	328	107	0	0	0	682	334
Mongaguá	19655	13909	0	0	0	10	0	22	33	215	108	217	182	-	0	0	0	0	508	240
Peruíbe	29690	20597	7	0	0	0	13	16	17	219	8	67	211	19	-	0	0	0	263	324
Praia Grande	101799	73159	11	18	0	0	15	252	1490	8675	2675	-	115	937	7	0	0	0	2847	1568
Santos	238880	151763	10	9	0	16	306	2867	6322	-	5040	1318	170	65	68	10	0	0	6399	4613
São Sebastião	38841	17474	11	706	250	-	26	9	11	70	0	0	0	0	0	0	0	0	183	433
São Vicente	132168	115641	0	0	0	12	50	955	6673	39430	-	3177	58	116	19	0	9	0	2469	2763
Ubatuba	43009	22786	-	335	0	18	0	8	0	9	0	0	0	0	0	0	0	0	159	497
Total	966316	639716	198	1100	375	2351	1169	4663	16132	68414	8623	5243	744	1477	201	145	242	0	15484	14879

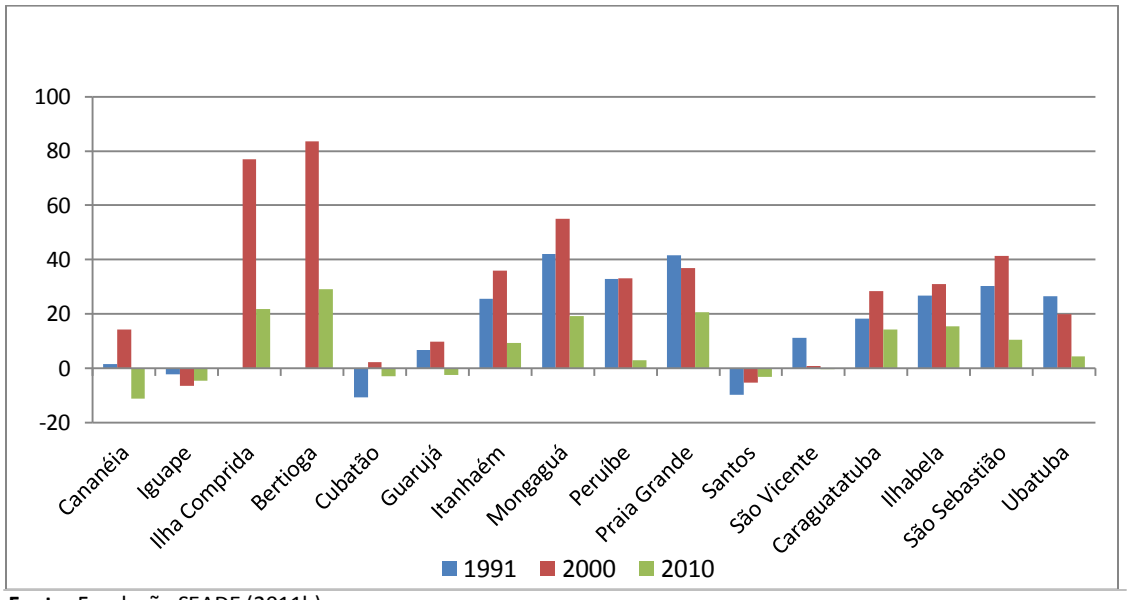
Fonte: IBGE (2000). Dados da amostra. Tabulações especiais Nepo/Unicamp.

GRÁFICO 6 - Saldo migratório anual: 1991 a 2010 - Municípios da zona costeira de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE (2011b).

GRÁFICO 7 - Taxa anual de migração (por mil habitantes): 1991 a 2010, Municípios da zona costeira de São Paulo



Fonte: Fundação SEADE (2011b).

Para ampliar o entendimento desses processos incluímos a seguir uma descrição mais detalhada de cada um dos municípios para o período 1970-2010, analisando um conjunto de dados que inclui: as estruturas etárias de 1970-2010, por grupos quinquenais de idade e grandes grupos etários e as estruturas etárias da migração em função do tempo de residência no município, a partir dos dados do censo demográfico de 2000. Nosso objetivo não é analisar a

fundo a dinâmica de cada município, mas sim destacar de maneira geral as intensidades e formas pelas quais as estruturas etárias têm sido alteradas ao longo das últimas décadas, ponderando do movimento migratório. Com relação às terminações utilizadas, sempre que nos referirmos aos migrantes, incluiremos todos aqueles que residem há menos de cinco anos no município atual. Para falar sobre o conjunto das populações que não residem no município em que nasceram usaremos o termo não naturais. Todos os gráficos utilizados encontram-se nos anexos.

Litoral Norte

Entre a década de 1970 e 2010 o Litoral Norte passou por notáveis transformações demográficas. A população rural, que já era limitada ao município de Ubatuba durante a década de 1970, diminuiu significativamente até o ano de 2000, sendo que em Caraguatatuba ainda existem as maiores porcentagens de populações rurais, principalmente até os 39 anos. Em toda a região as estruturas etárias indicam a presença mais significativa dos grupos em idade ativa, sendo que em São Sebastião e Ilhabela há maior relevância dos grupos entre 15 e 24 anos, para o ano de 2000, e entre 25 e 34 anos, para 2010. Antes de aferir que tais resultados são consequentes da migração, observa-se que esse grupo já era notável no Censo Demográfico de 1991, quando se observa um contingente maior de pessoas entre 5 e 14 anos.

A tendência de grupos mais populosos nas faixas etárias mais avançadas também é uma realidade em toda a região, embora a grande transformação ocorrida seja a diminuição do peso dos grupos de até 14 anos acompanhado do aumento significativo do grupo que compõem a PIA – População em Idade Ativa.

De modo mais específico, em Ubatuba o processo de transição demográfica está em curso, mas segundo os resultados de 2000 ainda era grande o peso das crianças. Já em 2010 esse processo parece ter se acentuado, com uma diminuição percentual significativa dos grupos etários de até 9 anos e aumento dos grupos que compõem a PIA. Outro aspecto interessante está no destaque no tamanho dos grupos etários de homens entre 15 e 29 anos na década de 1980, principalmente, que é maior em relação ao grupo das mulheres, o que indica a forte migração ao longo da década de 1970 para o município.

Quando se analisam os dados sobre a migração, nota-se que aproximadamente metade da população é composta por não nascidos no município (50,91%), e 13,32% por migrantes. Com relação à estrutura etária da migração se destacam os grupos entre 25 e 39 anos, com maiores volumes. Com exceção das primeiras faixas etárias, nas demais a concentração dos tempos de

residência dos não naturais no município está nas faixas superiores a 6 anos, indicando que os movimentos recentes eram a minoria (para os resultados do Censo de 2000).

Embora semelhante à de Ubatuba, a estrutura etária de Caraguatatuba apresentou transformações ao longo do período analisado que resultaram em uma maior intensidade do processo de envelhecimento demográfico. Os grupos etários de até 9 anos sofreram uma redução bastante significativa ao longo da década de 1980, que continuou pelas décadas seguintes. Assim, embora os grupos mais idosos tenham passado por um aumento no seu peso, foi o decréscimo citado que estimulou o grande aumento da PIA durante o período.

Em Caraguatatuba, 58,98% da população foi classificada como não natural, sendo que 17,32% são, segundo nossa classificação, migrantes. Com relação a estrutura etária da migração, assim como em Ubatuba, se destacam os grupos com mais de 6 anos de residência no município atual.

Em Ilhabela o processo de envelhecimento ainda não é tão intenso. Embora o peso das crianças tenha diminuído, o peso dos idosos pouco aumentou no período mais recente. De modo geral essa tendência pode ser verificada em função de uma grande concentração de homens nas idades de 15 a 34 anos nas estruturas etárias de 1991 e 2000. De todos (homens e mulheres em conjunto) os que migraram entre 1995 e 2000, 67,54% estão nessa faixa etária.

Em termos gerais, 58,98% da população da ilha foi classificada como não natural e 17,32% como migrantes. Embora com fluxos de volume baixo, é interessante notar que o volume de imigrantes é seis vezes maior que o volume de emigrantes, indicando que as saídas de pessoas do local em direção a outro município da costa do Estado é bastante baixa.

Em São Sebastião o envelhecimento demográfico está ocorrendo de maneira mais intensa, tendo no período 1980-1991 um grande decréscimo dos grupos etários mais novos e crescimento da PIA. A população idosa permaneceu com praticamente os mesmos pesos, mas as estimativas para 2010 indicam que haverá uma intensificação do crescimento de tal grupo.

Com relação à migração, 62,23% da população recenseada no ano de 2000 era composta por não naturais, e 20,32% tinha menos de cinco anos de residência em São Sebastião. Em termos regionais, São Sebastião possui a maior população composta por não naturais, sendo que os deslocamentos recentes também são intensos. A maior concentração dos não naturais está nos grupos de 20 a 34 anos, sendo que dos 20 aos 29 anos estão 35,82% do total da população aqui considerada como migrante. Nesse sentido é interessante analisar que nas estruturas etárias de 1970 e 1991, ao contrário do que ocorre em 2000, indicam uma clara seletividade da migração

pelo sexo masculino. Tendo como base o grupo de 20 a 24 anos, observa-se que os tamanhos dos grupos masculinos são maiores em relação ao feminino. Já em 2000 essa diferença praticamente inexiste, sendo o grupo feminino ligeiramente maior que o masculino.

Baixada Santista

Em toda a região da Baixada Santista a população rural é uma pequena minoria em termos percentuais. Na década de 1970 essa realidade já se desenhava, sendo que na região Sul da Baixada Santista, em Itanhaém, Mongaguá e Peruíbe, ainda havia uma maior população rural. Nas décadas seguintes a incorporação dessas populações às áreas urbanas se intensificou, resultando em estruturas etárias e populações que na sua grande maioria são urbanas.

Entre as quatro décadas analisadas a estrutura etária da região sofreu uma diminuição do número de crianças, com incremento das populações em idade ativa, entre 15 e 64 anos, e das populações idosas, acima dos 65 anos. Esse processo pode ser explicado principalmente pela queda da fecundidade, e também pelo aumento da longevidade com menores taxas de mortalidade. Contudo, esse contexto geral esconde algumas especificidades municipais.

Em Bertioga, tanto em 2000 como em 2010, alguns grupos etários em idade ativa se sobressaem em relação aos grupos imediatamente adjacentes. É o caso dos grupos entre 20 e 29 anos em 2000, e entre 30 e 39 anos em 2010.

Tais resultados tem uma intima relação com o processo migratório. Em 2000 foi significativa a presença de migrantes na faixa etária dos 20 a 30 anos com tempo de residência menor do que 5 anos, sendo esse um processo expressivamente mais intenso para o município do que às outras cidades do Litoral Norte e da região central da Baixada Santista. Nesse ano 30,22% da população residia em Bertioga a menos de 5 anos, sendo que desses 34,73% tinham entre 20 e 29 anos. Com relação ao local de nascimento, 69,44% de sua população era composta por não naturais. Aliados a tais processos há a manutenção das taxas mais altas de crescimento populacional em toda a região costeira no período mais recente: 4,70% a.a. entre 2000 e 2010.

Ao Sul de Bertioga, no Guarujá, se notou um processo mais homogêneo, onde o estreitamento das bases da pirâmide e aumento do peso proporcional de todo o conjunto da PIA é mais evidente, e ocorreu de maneira relativamente lenta. Não são observados saltos nos pesos de cada grupo etário, mas sim um processo mais continuo de queda constante dos grupos das crianças com aumento dos pesos nas demais idades.

Os dados da migração para o ano de 2000 revelam que a maioria dos não naturais da cidade estão acima dos 30 anos, e residem há um tempo superior a 11 anos na cidade.. Também é grande a presença de pessoas com mais de 21 anos de residência no município. Assim, o impacto relativo da entrada de migrantes na composição etária foi pequeno, embora existente. Ao todo, 48,76% da população é não natural e 9,37% reside a menos de 5 anos no município, sendo que desses, 37,23% estão entre 20 e 29 anos.

Único município que não possui fronteiras diretas com o mar dentre os municípios considerados costeiros em São Paulo, Cubatão apresenta peculiaridades interessantes em sua estrutura etária. Em 1970 haviam populações rurais em praticamente todos os grupos etários, e a pirâmide etária possuía duas características básicas: sua base era larga, com grande número de crianças, e o grupo dos homens entre 20 e 34 anos era maior do que os a ele adjacentes, fruto do fluxo de imigrantes. Em 1980 as populações rurais já são praticamente inexistentes (menos de 0,1% da população municipal), e o grupo de homens entre 20 e 29 anos continua com um grande peso proporcional. Os dados migratórios do Censo de 2000 ainda apresentam resquícios desse processo, com uma grande quantidade de pessoas acima dos 40 anos com tempo de residência superior a 20 anos.

Atualmente, sua capacidade de atrair novos migrantes é significativamente menor em relação ao conjunto da população, com 8,96% de migrantes. No entanto, a concentração destes em torno dos 20 anos de idade (onde a busca por inserção no mercado de trabalho é mais intensa), ainda é clara. Do conjunto dos migrantes, 44,06% possuem entre 20 e 29 anos. Com isso sua estrutura etária é composta de uma base estreita, e os grupos etários tem pesos relativos bastante parecidos entre as idades de 0 e 44 anos, quando se inicia um afunilamento das porcentagens relativas em direção às idades mais avançadas.

Santos é o município mais envelhecido de toda a região, e possui porcentagens bastante baixas de populações rurais ao longo de todo o período. As estruturas etárias de 2000 e 2010 já colocam a reversão da base da pirâmide para o seu topo, quando a proporção de pessoas com 75 anos e mais é praticamente a mesma do que a proporção das populações de até 4 anos de idade. Mas tal processo já é sentido desde 1970. Nesse ano sua estrutura é semelhante ao que se observa somente em 2000 em outros municípios, como Caraguatatuba e Ubatuba, por exemplo. A intensidade do processo é tal que Santos, na região analisada, é o único município onde menos de 20% da população está abaixo dos 14 anos e mais de 10% está acima dos 65 anos, já no ano de 2000.

No município a importância da migração também é sentida, mas não na entrada e sim na saída de migrantes. Considerados os deslocamentos estabelecidos entre a região costeira, o saldo migratório de Santos foi de -17.957 pessoas. Só em São Vicente foram recenseados mais de 13.000 pessoas com origem em Santos. Assim uma pequena parcela da população é composta de migrantes, que representam 7,65% da sua população total. Desses, 33,87% possuem entre 20 e 29 anos. Em relação aos não naturais, esses representam 43,04% da população total.

Em São Vicente, o período 1970-2010 também foi marcado pelo movimento de transição de sua estrutura etária, que de jovem e com base larga passou a ter uma base curta e com uma parcela maior de idosos. O grupo etário crescente em termos relativos na cidade é o formado pela PIA. As maiores porcentagens, em 2000 e 2010, ocorrem nas idades entre 15 a 24 e 25 a 34 anos, respectivamente, não somente em função da migração, mas também pelo maior número de nascimentos (em termos relativos) desde o final da década de 1970 até 1991, como indicam as estruturas etárias de 1980 e 1991, especialmente nos grupos entre 0 e 14 anos.

O movimento migratório, embora seja intenso em termos de fluxos, não gerou saldos significativos para o ano de 2000. Considerando somente os deslocamentos entre os municípios costeiros de São Paulo, há o resultado de entrada no município de 18.033 pessoas entre 1995 e 2000, enquanto outras 13.104 saíram. Ao todo, foram 34.873 imigrantes no município (11,49% da população total), dos quais 32,61% tinham entre 20 e 29 anos. A população não natural do município é de 53,82%.

Passando a análise dos municípios da região Sul da Baixada Santista, notamos que nesses a porcentagem de não naturais é maior e que o processo de envelhecimento demográfico com queda nas razões de dependência em função da diminuição do peso das crianças também ocorre de maneira mais lenta. Tais características podem ser associadas inclusive a um histórico mais recente de ocupação, que reflete em taxas de crescimento demográfico mais intensas do que na região central da Baixada Santista ao longo das últimas décadas.

Praia Grande, embora tenha uma estrutura etária já envelhecida, apresenta crescimento populacional anual ainda notável e com peso grande para o componente migratório. Entre 1991 e 2000 a taxa geométrica de crescimento da população foi de 5,12%, caindo para 3,02% entre 2000 e 2010, nível alto em comparação ao crescimento de toda a região. Embora sua estrutura etária em 1970 fosse bastante jovem, com aproximadamente 15% de pessoas entre 0 e 4 anos, as transformações que passou até 2010 se assemelham bastante com as ocorridas em São Vicente.

No entanto, a migração tem um papel mais significativo no crescimento de Praia Grande. Ao todo foram contabilizados 46.715 imigrantes, 24,13% do total da população municipal, dos quais 25,97% tem entre 20 e 29 anos. Com relação ao fluxo intra-litorâneo, migraram para Praia Grande 13.981 pessoas, enquanto deixaram-na um contingente total de 4.313 pessoas. Analisando a estrutura etária do volume de não naturais da cidade (que representam 71,59% da população municipal), nota-se que, no período até 2000, a maior parte dos não naturais já possuía mais de 6 anos de residência no município. Isso em todos os grupos etários com idades superiores a 15 anos. Assim a maior concentração de não naturais ocorre entre as idades de 20 e 44 anos, com concentração de tempos de residências de até 5 anos no grupo de 20 a 24 anos.

Itanhaém, por sua vez, apresentava populações rurais em suas estruturas etárias de 1970 e 1980, com decréscimos constantes até 2000, embora ainda não tenha atingido um valor nulo. Sua estrutura passou por um estreitamento na base, mas o envelhecimento ainda não é tão intenso. Em 2000, os maiores contingentes estavam concentrados nas idades de até 19 anos, e em 2010, até 29 anos. Nesse sentido o processo de envelhecimento é similar ao que ocorre nos municípios mais centrais da Baixada Santista, embora o tempo deles seja diferente, já que em municípios como Santos e São Vicente a transição da estrutura etária, de jovem a envelhecida, já está em estágio mais adiantado.

Com relação à migração, o município possui 64,44% da população de não naturais, e desses, 35,16% possuem tempo de residência inferior a 5 anos em Itanhaém. Dos que residem a menos de 5 anos, 22,38% é composto por populações entre 20 e 29 anos. Nesse município os não naturais não estão concentrados nesse grupo etário, mas em sua maioria dispersos entre as idades de 10 a 49 anos, conforme apontado pela estrutura etária dos não naturais em Itanhaém. Em termos percentuais a maioria desses possui tempos de residências superiores a 6 anos. Considerando somente os deslocamentos intra-litorâneos, os fluxos foram pouco intensos, com saldo migratório positivo. Entraram em Itanhaém 2.430 pessoas, enquanto emigraram 848 pessoas.

Em Mongaguá as transformações da estrutura etária foram bastante semelhantes ao ocorrido em Itanhaém, indicando o mesmo processo de envelhecimento, em intensidades e velocidades similares. Destaque para o grupo de 10 a 24 anos em 2000, que concentram as maiores porcentagens relativas da população.

Os não naturais são a maioria de sua população, representando 71,87% do total. Novamente se destacam os grupos entre 10 e 49 anos, onde estão os maiores contingentes. Com

relação ao tempo de residência desses grupos etários, se nota uma maior porcentagem de pessoas com tempos inferiores a 5 anos nas idades de até 39 anos, e superiores a 6 anos nas idades entre 40 e 49 anos.

Nesse município a porcentagem de migrantes intra-litorâneos é pequena: são apenas 5,53% da população do município e 16,18% dentre todos os migrantes. Embora tenha um saldo positivo, as trocas no município foram pouco intensas: são 1941 imigrantes e 720 emigrantes.

Município do extremo Sul da Baixada Santista, a dinâmica demográfica de Peruíbe também acompanha o que foi verificado nas análises dos municípios localizadas no sul dessa região, com uma estrutura etária em transição, de jovem a envelhecida. Como Mongaguá, os grupos etários com as maiores porcentagens possuem entre 0 e 19 anos.

Como um todo, uma tendência que se destaca em Peruíbe é a baixa atratividade migratória em relação a seu passado, já que é pequena a porcentagem de pessoas com tempos de residência inferiores a 5 anos. De modo geral, a maior presença está nas populações que vivem em Peruíbe a pelo menos 6 anos. Um dos indicativos desse fenômeno está na baixa concentração de pessoas entre 20 e 29 anos no grupo dos migrantes (esses são apenas 23,48%). De modo geral os municípios do Sul da Baixada Santista possuem uma pequena porcentagem de migrantes nessa faixa etária, quando comparados aos demais municípios.

A porcentagem de migrantes intra-litorâneos novamente é pequena: são apenas 3,65% da população do município e 15,60% dentre todos os migrantes. Seu saldo migratório é positivo, mas com trocas pouco significativas em termos percentuais: são 1878 imigrantes e 1013 emigrantes. Já os não naturais compõem 64,10% da população.

Litoral Sul

Dos três municípios que compõem o Litoral Sul paulista, em apenas dois deles possuímos os dados para todo o período analisado: Cananéia e Iguape. Em Ilha Comprida só estão disponíveis os dados dos Censos Demográfico de 2000 e 2010, já que a emancipação do município ocorreu em 1992.

De toda a região costeira paulista, no litoral sul estão as maiores porcentagens de populações rurais (apesar de Ilha Comprida possuir a totalidade da sua população como urbana). Essa realidade é notável desde 1970, quando a população rural ainda era superior a urbana. Nos censos posteriores essa realidade foi alterada, mas a permanência de populações rurais é

evidente: em 2010, 11,85% de sua população era rural, porcentagem significativamente maior do que em todas as outras regiões da costa paulista.

Em termos mais específicos, Iguape apresenta um processo de envelhecimento da estrutura etária ainda em estágio anterior ao verificado nos demais municípios da costa. O grupo etário mais numeroso, em 2000, é o de 15 a 19 anos (que também é um dos mais numerosos em quantidade de não naturais). Nesse caso é grande a importância da migração de filhos acompanhando seus pais, já que em sua maioria esses se deslocaram há mais de 6 anos. Para 2010 a estrutura já é estimada como bastante envelhecida, sendo que a faixa etária de 0 a 9 anos, onde estava aproximadamente 30% da população em 1970, passou a ter aproximadamente 18% da população.

Acerca dos processos migratórios, nota-se uma pequena porção da população como não naturais do município (31,46%). Os migrantes também são poucos, com 9,45% da população total. Destes, 22,58% possuem entre 20 e 29 anos e 25,03% entre 30 e 39 anos. O saldo migratório intra-litorâneo de Iguape foi negativo, com saída de 651 e entrada de 249 pessoas. Dos imigrantes, a maioria teve origem em São Vicente, e dos emigrantes, a maioria se deslocou para Ilhabela.

A estrutura etária de Ilha Comprida também segue a regra dos demais municípios aqui analisados: base proporcionalmente pequena, maior peso da PIA e tendência de envelhecimento. Porém, é interessante observar que nos grupos etários de 25 a 34 anos há uma descontinuidade com relação ao tamanho dos demais grupos, já que esse é menor que os imediatamente posteriores e anteriores a ele. Analisando a estrutura etária dos não naturais nesta cidade, a tal característica aparece relacionada à dinâmica migratória. Em termos relativos é pequeno o volume de não nascidos nessas idades em Ilha Comprida, embora o número de pessoas com residência de até 5 anos seja alto em comparação com o que ocorre em outros locais. Assim, duas explicações são possíveis: a atração da cidade a migrantes no início da idade ativa no final da década de 1980 e inicio de 1991 foi pequena e aumentou no período posterior, ou a cidade atraiu migrantes, mas esses não encontraram condições de manter as residências no local (comparativamente, é baixa a porcentagem de pessoas nessa faixa etária com mais de 6 anos de residência no município). Um indício desse movimento poderia ser verificado na constatação da saída das pessoas. Embora estudos mais específicos sejam necessários para explorar a questão, é interessante notar que embora pequena, a emigração de Ilha Comprida (total de 271 pessoas) foi em sua grande maioria direcionada à São Sebastião (total de 207 pessoas). Em municípios pequenos como Ilha Comprida

(eram 6.703 pessoas em 2000), tais deslocamentos podem ser significativos e impactar na estrutura etária.

De modo geral a população do município é composta basicamente por não naturais, que eram 74,37% da população de 2000, em sua maioria concentrados nas populações entre 10 e 19 anos e 35 e 49 anos. Já aqueles que residiam a menos de 5 anos na cidade eram 32,91% do total da cidade, e certamente tiveram um papel essencial na manutenção de um alto nível de crescimento populacional, que foi de 3,02% no período 2000/2010.

Por fim, no município localizado no extremo Sul do Litoral paulista, Cananéia, a população entre 2000 e 2010 manteve-se basicamente do mesmo tamanho: cerca de 12.200 pessoas. Sua estrutura etária passou de basicamente rural, com grande peso dos grupos de até 14 anos, para uma com a presença de populações rurais e urbanas, com maior peso das populações em idade ativa e idosa. Para 2010, as estimativas indicam uma população que terá essa tendência acentuada e com pesos relativos das crianças de até 9 anos bastante reduzido (de aproximadamente 30% em 1970 para cerca de 16% em 2010).

Com relação aos movimentos migratórios, os principais resultados obtidos a partir do Censo Demográfico de 2000 indicam que: 32,76% é composta por não naturais, 8,06% migraram nos últimos 5 anos com destino a cidade, sendo que destes 14,93% tiveram origem em outro município costeiro do Estado de São Paulo.

Dinâmica econômica e rede urbana da zona costeira paulista

Para analisar a dinâmica econômica da zona costeira paulista procedemos uma recuperação da história da ocupação em escala temporal ampliada. Para tanto, buscamos primeiro fazer uma leitura e análise de trabalhos sobre as raízes da economia urbana paulista para, a partir desse debate, resgatar estudos que analisam a história econômica da ocupação dessa região e seus determinantes naturais. E, assim subsidiar as análises de suas fragilidades sociais, econômicas e ambientais, incluindo a capacidade financeira dos municípios dessa região de atender às demandas crescentes das atuais e novas atividades associadas ao turismo de veraneio, às ampliações do sistema portuário e às atividades ligadas à indústria da energia - petróleo, gás e etanol. Com isso, esperamos contribuir para os estudos sobre crescimento urbano, vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas.

A metodologia adotada une elementos das dinâmicas social, econômica e ambiental, numa abordagem interdisciplinar, recompondo a história econômica e social entrelaçada com condicionantes naturais, como elementos formadores do espaço como um todo. Assim, buscamos considerar "a organização natural e os processos de povoamento, como um espaço de localização e de relações", como proposto por Armando Correa da Silva em um estudo econômico que pode ser considerado pioneiro sobre o litoral norte paulista (1975, p.6), que considera a zona costeira paulista como uma região economicamente periférica, polarizada por São Paulo, onde coexistem desigualmente espaços geoeconômicos local, regional, nacional, e internacional. Essas características estão intimamente associadas a como esse espaço se (des) organiza. Procuramos assim, analisar e discutir as seguintes questões levantadas nesse estudo que julgamos enriquecedoras para nosso trabalho: zona costeira com aparente e relativa homogeneidade natural – proximidade de escarpas de serras presente em suas porções norte e central, cobertura vegetal sob domínio da mata atlântica, regimes climáticos tropical e subtropical litorâneo; características de ocupação humana - dispersão, descontinuidade, desigualdade, falta de polarização de seus centros urbanos que exercem influência localizada. Ressaltamos, portanto, que esse esforço de recuperação do processo de ocupação tem como objetivo analisar como essas questões podem influenciar a vulnerabilidade e adaptação às mudanças climáticas.

Interfaces entre a economia e a urbanização

Wilson Cano (1992; 2007a; 2007b) analisou os principais determinantes econômicos que poderiam explicar a formação da atual rede urbana paulista, destacando a importância do complexo cafeeiro em bases capitalistas para a constituição do sistema urbano paulista, tendo como "ponta de lança os eixos das ferrovias" construídas para o escoamento do café. Ele explica que essa dinâmica da reprodução da economia cafeeira paulista em bases capitalistas tinha "caráter essencialmente urbano", mesmo sendo o café uma atividade rural. Essa atividade exigiu a constituição de indústrias, bancos, escritórios, oficinas de reparação, estabelecimentos atacadistas, comércio de importação e exportação (CANO, 1992). Enquanto na capital se concentravam as atividades industriais, no interior fixavam-se os núcleos agroindustriais processadores de café e algumas importantes indústrias têxteis e, em Santos as atividades portuárias. A herança cafeeira foi fundamental na consolidação da rede urbana.

José F. Graziano da Silva (1998; 2004), ao examinar as transformações no meio rural paulista, considerou os impactos de políticas públicas de crédito subsidiado – mecanização e quimificação, e seus impactos na concentração de terras, aceleração do êxodo rural, que se somou a outros processos migratórios vindos de outros estados em direção aos centros urbanos paulistas.

O crescimento econômico da agricultura e da indústria paulistas impulsionou os setores de comércio e serviço nas cidades. A indústria passou da fase restringida para a pesada (TAVARES, 1998; MELLO, 1998). Os serviços produtivos e de intermediação financeira cresceram e se diversificaram principalmente na capital, mas também em outros centros importantes da rede urbana paulista. A modernização do campo e da cidade se deu carregada de desigualdade social e econômica. Na falta de opções rentáveis à maturação do processo de industrialização e de diversificação do sistema financeiro que apoiasse o capital industrial nacional, parte expressiva do capital acumulado no complexo cafeeiro fez suas inversões no mercado imobiliário urbano, estimulando o processo de especulação e periferização dos centros urbanos. Em muitos casos, essa valorização se deu através de "concessões públicas", via ampliação dos limites do perímetro urbano, mudanças de zoneamento, implantação de infraestrutura urbana viária, de saneamento, equipamentos públicos, etc (RANGEL; GRAZIANO DA SILVA, 2000; LESSA, 1998; SAYAD, 1977).

A forma como se deu a industrialização brasileira e a articulação entre os capitais cafeeiro e industrial acabou impulsionando o processo de especulação imobiliária urbana. A face mercantil do capital cafeeiro foi dominante sobre a produtiva e bancária. O capital industrial dependia do

capital mercantil-exportador porque não conseguia gerar seus próprios mercados. Foi um momento em que o capitalismo internacional já não era mais concorrencial e sim monopolista. As bases técnicas nacionais eram insuficientes para o desenvolvimento do capital industrial, os custos para obtenção das tecnologias necessárias no exterior impunham altos riscos ao investimento privado, e havia outras oportunidades lucrativas de inversão a baixo risco, permitindo que parte significativa do capital privado nacional fosse para o ramo imobiliário urbano. A promoção imobiliária passou, assim, a atrair pequenos e médios capitais, articulados ao novo circuito financeiro viabilizado pelo Estado. Lessa (1998), afirmou que o capital privado industrial brasileiro era basicamente internacionalizado e, o capital imobiliário, nacional. Houve uma convergência entre a burguesia nacional e capital internacional, "num território demarcado onde à concessão ao capital estrangeiro da hegemonia do circuito industrial corresponde à reserva do circuito imobiliário ao capital privado nacional como grande fronteira de valorização" (LESSA, 1998, p.25). A chamada "face mercantil do capital imobiliário" se manifesta pela concessão pública do privilégio de ter seu imóvel transformado em área urbana passível de ser loteada, ou de poder construir um prédio multiplicando o coeficiente de uso de um determinado imóvel, ou ainda pela construção de melhorias públicas em áreas lindeiras a um determinado imóvel.

Com o capital imobiliário, esse processo pode ocorrer de várias formas. Do lado do poder público, por exemplo, no processo de formatação e aprovação do Plano Diretor da cidade, quando se define em que locais e como a cidade vai crescer, aonde vão se instalar equipamentos públicos de educação, saúde, lazer, avenidas, linhas de ônibus, etc. Muitas vezes, o agente imobiliário privado promotor de um empreendimento, comumente denominado incorporador, acaba privilegiando-se destas concessões, transformando uma gleba de terra em um "ativo imobiliário", que surge, não em função de uma demanda da população pelo seu valor de uso, ou seja, pelo serviço habitacional que o empreendimento imobiliário prestaria, mas somente para valorizá-lo ficticiamente. Rangel (2000) enfatizou a importância do processo de divisão do território, tornando-se um ativo proibitivamente caro pela expectativa de valorização (2000, p.218): "A terra não se distribui, subdivide-se, porque se tornou proibitivamente cara, e é cara, não pelos motivos convencionais (...), mas sim pelo que propus que batizássemos de 4ª renda, isto é, a expectativa de valorização. A solução do problema da terra, portanto, na medida em que dependa do preço, terá que esperar pela mudança nas condições financeiras da economia nacional".

A despeito da mudança no padrão de urbanização em consequência da crise econômica dos anos 1980 e 1990 e da ruptura no financiamento das políticas públicas urbanas, o crescimento

urbano dos anos 2000 segue desordenado pressionando áreas próximas a centros urbanos tanto para condomínios residenciais para primeira residência como áreas objeto de consumo pelo turismo de segunda residência. As cidades da Zona Costeira Paulista, especialmente em suas porções norte e central, são objetos desse movimento. O atual processo de globalização reforça essa tendência na medida em que a dinâmica recente da economia se apoia no capital imobiliário urbano.

O atual processo de globalização entendido como o recente movimento da espacialidade capitalista mundial, se manifesta pelo espraiamento do capital produtivo vinculado a grandes corporações que atuam em escala global, pela "ampla escala de operações, pela diversificação de suas atividades, pela segmentação de suas unidades componentes e pelas múltiplas localizações de unidades produtivas direta ou indiretamente controladas". Podemos entender que isso ocorre também com as corporações ligadas aos serviços financeiros e imobiliários. Correa (1999) destaca que esses impactos são espacialmente desiguais e ocorrem sobre as "formas, funções e agentes sociais, alterando-os em maior ou menor grau e, no limite, substituindo-os totalmente". As conexões são múltiplas, no tempo e no espaço: "cada centro, por minúsculo que seja, participa, ainda que não exclusivamente, de um ou mais circuitos espaciais de produção, produzindo, distribuindo ou apenas consumindo bens, serviços e informações que, crescentemente, circulam por intermédio da efetiva ação de corporações globais" (CORREA, 1999, p.43).

A atual crise econômica mundial cujas repercussões mais graves tiveram início em 2008 tem suas raízes no mercado imobiliário urbano, fato que corrobora as análises de vários autores citados. Harvey (2011) enfatiza essa questão, associando o processo especulativo à desregulamentação do sistema financeiro.

História econômica da ocupação da zona costeira paulista

De uma forma geral, a história econômica da ocupação da Zona Costeira Paulista está cronologicamente associada às atividades econômicas da pesca, de retirada de madeira, do cultivo de cana de açúcar, café, banana, e portuária. De maneira diferenciada, teve importância à mineração de ouro de aluvião nos 1600 e o cultivo de arroz de várzea nos 1800 para a região de Iguape no Litoral Sul, a citricultura na Fazenda dos Ingleses na primeira metade dos 1900 em Caraguatatuba no Litoral Norte. As atividades portuárias historicamente mais expressivas ocorreram nos portos de Santos, Iguape e, mais recentemente, de São Sebastião, guardadas as respectivas diferenças em termos de época e de expressão regional.

O processo de ocupação da zona costeira paulista ligado à atividade portuária está presente especialmente em sua porção central, pela presença do Porto de Santos, ainda que também tenha tido importância no litoral sul com o Porto de Iguape, e no litoral norte primeiro com o Porto de Ubatuba, pela sua proximidade com as cidades de Parati e Rio de Janeiro, e depois com o Porto de São Sebastião.

Relatos históricos associam a decadência do Porto de Iguape à abertura do Canal do Valo Grande, cuja obra teve início em 1827 para facilitar o escoamento da expressiva produção de arroz do interior do Vale do Ribeira para o porto. Esse porto ganhou importância com a lavra de ouro de aluvião da bacia do Rio Ribeira e depois com o cultivo de arroz. A abertura do canal teria provocado o assoreamento da foz do rio e impactado negativamente a atividade de pesca e portuária da região. Valentim (2006), em 'Uma civilização do arroz: agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira', levanta outras questões que podem ter influenciado a decadência econômica da região de Iguape a partir de meados dos 1800: o crescimento do complexo cafeeiro em bases capitalistas criando facilidades para o aumento das importações de arroz que passava então a concorrer com a produção nacional, o fim do tráfico de escravos - base da atividade de cultivo de arroz da região, e a falta de estímulo ao crescimento do mercado interno nacional.

De uma forma geral, a formação da rede urbana da zona costeira paulista teve condicionantes de sua ocupação diferentes da rede urbana do interior, sendo que, a partir dos 1950, houve uma maior associação do crescimento urbano com a exploração turística, influenciada pelo padrão rodoviarista nacional. Nessa região, esse padrão contou com a implantação de diversas rodovias, a maioria delas construída em cima de antigos caminhos usados pelos indígenas e depois pelos europeus no processo de colonização: de norte para o sul, a Rodovia Osvaldo Cruz, que liga Taubaté e o Vale do Paraíba a Ubatuba, cuja pavimentação atual foi concluída ao longo da década de 1970; a Rodovia dos Tamoios que liga a porção norte da costa ao Vale do Paraíba, cuja pavimentação atual foi feita na década de 1950, reconstituída na década de 1970 depois que a "tromba d'água" de 1967 destruiu vários de seus trechos, assim como parte da cidade de Caraguatatuba, sendo que em 2011 e 2012 vem sendo ampliada no trecho de planalto é objeto de projeto de duplicação, para atender novas demandas do Porto de São Sebastião e da Petrobrás; a Rodovia Manuel do Rego Hipólito que liga Ubatuba à Bertioga, e teve sua atual pavimentação completada na década de 1980; a Rodovia Mogi-Bertioga, com sua pavimentação atual concluída na década de 1980; a Rodovia Piaçaguera, ligando Guarujá à Cubatão, pavimentada na década de 1970; a Rodovia Anchieta, com a primeira pista inaugurada

em 1947 e a segunda em 1953, e a Rodovia dos Imigrantes, com a primeira pista em 1976 e a segunda em 2002, ambas ligando a capital à Baixada Santista; a Rodovia Manuel da Nóbrega, na década de 1970, ligando Santos a porção sul da baixada até a Rodovia Regis Bittencourt, essa última inaugurada na década de 1960, ligando a capital ao vale do Ribeira, litoral sul, e Curitiba; e, a rodovia que liga a Regis Bittencourt à cidade de Cananéia. As datas de inauguração dos atuais traçados e pavimentos são uma importante referência no processo de exploração turística da zona costeira paulista (SÃO PAULO, 2011).

Retomando o percurso histórico, podemos afirmar que boa parte dos historiadores aponta a expedição de Martim Afonso de Souza à região de São Vicente em 1532 como a primeira do processo colonizador português dos 1500. Moraes (1994) aponta para a importância das experiências "pre-affonsinas" no território paulista incluindo a ocupação indígena para a própria exploração ibérica. Ele relata que na época da chegada de Martim Affonso de Souza, a zona costeira paulista era habitada por Tupiniquins ao centro, Carijós ao sul, e Tupinambás ao norte: "A contribuição dos povos indígenas foi essencial para a constituição dos falares locais, dos nomes de acidentes geográficos, de fauna, flora e de instrumentos usados para a caça, para a produção de farinha de mandioca e para a pesca" (MORAES, 1994, p.11). Citando relatos de Hans Staden, ele lista os principais caminhos desenhados pelos índios Guaianases do planalto a Cubatão, Tamoios de Taubaté a Ubatuba, e Carijós pelo sul. Foram encontrados registros que mostram a passagem de espanhóis e portugueses na virada dos 1400 para os 1500 a partir do Rio da Prata em direção a Cananéia, Iguape, Itanhaém e São Vicente. Para cima de Bertioga, os "terríveis Tamoios" e as grandes escarpas da Serra do Mar devem ter refreado os efeitos da ocupação europeia do período colonial. Nessa época muitas incursões de portugueses se davam na busca de índios para trabalhar nas roças e na extração de riquezas.

Aroldo de Azevedo publicou em 1956 o que pode ser considerado como um dos primeiros estudos sobre rede urbana brasileira: 'Vilas e Cidades do Brasil Colonial: ensaio de geografia urbana'. Segundo ele, a feitoria, como primeiro embrião de cidade nos 1500, teria uma função militar, para proteger o território dos contrabandistas no processo de ocupação da colônia: "simples pontos de escala das expedições exploradoras enviadas pelo governo de Portugal..., um sinal de posse" (AZEVEDO, 1956, p.9). De feitoria, crescia pra aldeamento ou povoado, vila, e depois cidade. Azevedo lembra, no entanto, que não houve um processo de crescimento urbano como uma sucessão natural, sendo que muitas não cresceram, outras foram incorporadas, e mesmo algumas cidades foram criadas a partir de fenômenos mais recentes. Assim como o

chamado “desenvolvimento” econômico, o urbano também não guarda essa associação com as etapas biológicas do desenvolvimento, “criança-adulto-idoso”, como muitos cientistas querem crer. Ou seja, que um dia seremos todos economicamente desenvolvidos moradores de metrópoles de 1º. Mundo. Feita essa ilação retomamos nosso percurso histórico.

Os registros administrativos dão a São Vicente o status de primeira vila oficialmente instalada no Brasil no ano de 1532: “Coube a Martim Afonso de Sousa demarcar-lhe o terreno, arruá-lo, loteá-lo, distribuindo os lotes aos sesmeiros. Fez levantar um forte, a casa da Câmara, a cadeia, a igreja, a alfândega. E, dando-lhe uma organização político-administrativa, nomeou os administrativos da justiça e convocou os homens bons para procederem à eleição dos primeiros Vereadores” (AZEVEDO, 1994, p.28).

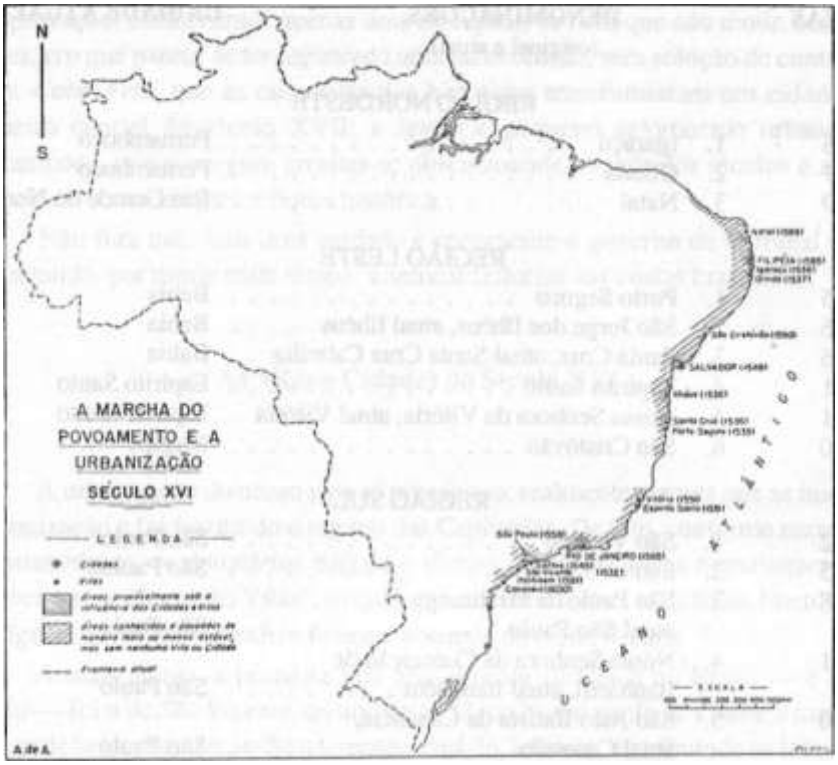
Ainda nos 1500 a colonização empreendida pelos jesuítas teve importância na ocupação especialmente dos núcleos de São Paulo e seu entorno. A exploração de ouro de Minas Gerais, junto com as guerras de ocupação da fronteira sul, ao mesmo tempo em que exigiam estruturas mais organizadas para abastecimento e descanso (pousios), esvaziaram o território paulista nos 1600 e 1700. Os núcleos e caminhos que se beneficiaram da exploração das Minas Gerais foram Parati — Cunha e São Luiz do Paraitinga — Ubatuba. A dificuldade natural de navegação do Rio Paraíba acabou fomentando o percurso por terra e a criação de povoados cuja formação cultural, portanto, se aproxima da mineira e fluminense. Moraes (1994) lembra que esse processo foi diferente nas margens do Rio Tiete, onde a navegabilidade teria desestimulado a formação de núcleos urbanos.

Registros oficiais não indicam a existência da categoria cidade no território paulista no século XVI (Figura 1), mas sim de somente quatro vilas de um total de quatorze em todo território da colônia portuguesa: São Vicente (1532), São Paulo de Paraitinga (1554), Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1561), e São João Batista da Cananéia (1600). Azevedo (1956) ressalta a importância, desde o início de sua fundação, de São Paulo como o primeiro núcleo não litorâneo de maior expressão no país, numa época em que as principais vilas e cidades se localizavam na porção costeira de outras regiões: Olinda, Salvador e Rio de Janeiro. A fundação da vila de São Paulo ganha mais importância quando consideramos a necessidade de sobrepor às dificuldades impostas pela presença das escarpas íngremes da Serra do Mar nessa região.

No século XVII, a Província de São Paulo se destaca pela formação de um maior numero de vilas – doze (33% do total), das quais três no litoral: São Sebastião (1636), Exaltação da Santa Cruz de Ubatuba (1637), Nossa Senhora das Neves de Iguape (1665).

Azevedo (1956) aponta o século XVIII como o primeiro período mais importante da rede urbana brasileira, com a criação de cento e dezoito vilas, das quais doze em São Paulo (sendo o município de São Paulo elevado à categoria de cidade em 1711) e o início da ocupação da região centro-oeste. A exploração das minas fez com que o Rio de Janeiro passasse em importância Salvador como o mais importante centro comercial da colônia. Na última etapa do período colonial (1800 a 1822) surgiram duas cidades (Cuiabá e Goiás) e quarenta e quatro vilas, das quais duas em São Paulo, sendo uma a Vila Bela da Princesa, atual Ilhabela. Esse autor lembra que a função de fundar vilas e cidades era um serviço prestado ao Rei por governadores, como foi o caso nesse período de Morgado de Mateus em São Paulo, com o objetivo de reunir moradores dispersos em extensas glebas de terra, função essa obtida muitas vezes com o uso da força. Essa opinião está expressa também em 'Raízes do Brasil' de Sérgio Buarque de Holanda, quando se afirma que "este absenteísmo urbano estava na lógica de nossa formação social", inclusive pela própria estrutura agrária baseada em extensas sesmarias, nas fazendas de gado, e nos engenhos de cana de açúcar. A cidade era procurada para o comércio, a missa, e as festas, crescendo lentamente sem planejamento. Esse processo se modifica com a mineração, onde as glebas eram pequenas, e depois com o café em bases capitalistas que, no seu processo de expansão, deixava para trás terras mais exauridas que foram sendo divididas para a produção de alimentos, já no Brasil Império e depois República.

FIGURA 1 - Desenho da rede urbana do Brasil nos 1500



Fonte: Azevedo (1994).

Até esse período, vale destacar as atividades econômicas mais expressivas no processo de ocupação da zona costeira paulista:

- Na porção sul, a exploração de ouro de aluvião no Rio Ribeira de Iguape nos 1600 e o cultivo de arroz nos 1800, sendo esse último considerado como o período de maior prosperidade da região, concentrando 100 dos 109 engenhos de beneficiamento de arroz da província;
- Na porção central, o cultivo de cana de açúcar na Baixada Santista nos 1600, o que não logrou grande expressão por conta da exiguidade de espaço e pela baixa qualidade do produto em relação ao do nordeste, e as atividades portuárias de exportação de café na segunda metade dos 1800 e primeira dos 1900;
- Na porção norte, o cultivo de café na primeira metade dos 1800, tendo ultrapassado a produção da região de Lorena, a maior do Vale do Paraíba.

Apresentamos a seguir um panorama da história econômica de cada uma três porções da zona costeira paulista (Litoral Sul, Baixada Santista e Litoral Norte), a partir da cronologia da ocupação europeia apresentada por vários autores clássicos, ou seja, do sul para o norte.

Litoral Sul

A economia da porção sul da zona costeira paulista entrou no século XX como a que menos cresceu tanto do ponto de vista do litoral como também do estado, a despeito da ocupação europeia ter começado justamente das porções sul para norte entre 1500 e 1600. De uma forma geral, os 1700 foram pouco expressivos para o crescimento urbano da província como um todo, ganhando impulso com o cultivo de cana no final dos 1700 e com o crescimento do complexo cafeeiro a partir de meados dos 1800. Ambos no planalto puxando a atividade comercial e portuária de Santos.

Os esforços governamentais para diminuir essa diferença econômica regional são antigos. Petrone (1966) cita medidas adotadas no século XIX para instalação de núcleos de ocupação inglesa e alemã em Cananéia por iniciativa governamental, de confederados norte-americanos fugidos da guerra de secessão em Iguape, por iniciativa particular. Ele destaca a falta de infraestrutura, de acesso e, o consequente isolamento, como fatores para que muitos desses grupos se deslocassem rumo às novas frentes do café no planalto. Novos esforços foram empreendidos pelo governo na primeira metade do século XX, numa iniciativa conjunta com o governo japonês, através da Companhia Imperial Japonesa de Imigração. Porém, dessa vez não se fixaram no litoral, e sim na região de Registro, em áreas de cultivo de banana e chá. Nessa época foi instalada infraestrutura de escoamento, através de portos fluviais, estradas ligando Registro a Juquiá e essa por ramal férreo a Santos. Foi feita também uma ligação com a região de Cotia, onde se fixou outra colônia japonesa. Ele lembra que esse movimento de interiorização intra-regional acabou reforçando a perda de importância de Iguape na economia regional em favor de Registro, que se tornou o centro regional.

O estudo sobre a dinâmica econômica regional paulista no período recente, coordenado por Cano (2007a), aponta para uma continuidade da estagnação da economia da RA de Registro, a crescente e relativa importância econômica do setor de serviços (em particular da administração pública) como gerador de quase a metade dos empregos regionais, e do setor agropecuário que respondeu por mais de 1/3 dos novos empregos com carteira assinada. A RA de Registro teve aumentada a participação das micro e pequenas empresas na oferta de empregos formais, caindo nas médias. Esse estudo aponta um quadro social problemático da região: baixo nível educacional, com as piores taxas de analfabetismo do estado, um baixo nível de cobertura no atendimento de crianças e jovens no ensino; a mais alta concentração de famílias com rendimento menores no estado; elevada taxa de mortalidade infantil; e, a pior situação habitacional entre todas as RAs.

Baixada Santista

A economia da porção central da zona costeira paulista se beneficiou no final do século XVIII do cultivo de cana de açúcar no planalto e a partir de meados do século seguinte da dinâmica do complexo cafeeiro em bases capitalistas, que impulsionaram as atividades portuárias e financeiras concentradas em Santos, e em meados dos 1900 com a implantação do Polo Petroquímico de Cubatão[6]. A Calçada do Lorena, que proveria a região com seu primeiro acesso "pavimentado", seria concluída somente em 1790 para melhorar a chegada de cerca de 80% do açúcar vindo do planalto, mas ainda tinha que transpor os canais por barcos para chegar até o Porto de Santos (COUTO, 2003). Em 1850 a quantidade de café exportada ultrapassou a quantidade de açúcar exportada pelo Porto de Santos. Segundo o autor: "Entre 1854 e 1855, passaram pela 'Barreira do Cubatão' nada menos de que 763 carros de boi e 178.980 animais carregados" (COUTO, 2003, p.23). Em 1867 foi inaugurada a Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. As chamadas indústrias pioneiras da região começaram a se instalar em Cubatão no início do século XX. Couto (2003) aponta um fato curioso: a 1ª. indústria foi a Cia Curtidora Marx, instalada em 1912 por Wilheilm Marx, pai do paisagista Burle Marx, que usava o tanino extraído de plantas do mangue da região na preparação do couro (GOLDEINSTEIN, 1972). Esse produto trouxe outras indústrias químicas para a região. Vieram também proprietários e técnicos alemães, posteriormente perseguidos por conta das guerras mundiais de 1914 e 1939. A grande procura pelo tanino fez com que a espécie de planta de onde era extraído – *Avicennia,* sumisse da região (COUTO, 2003).

Nessa época, tanto as indústrias da baixada quanto as da capital demandavam novas formas de fornecimento de energia. Em 1923, a Empresa *Light and Power* contratou o engenheiro americano Asa Billings, que projetou a construção de uma usina hidroelétrica com o aproveitamento de represas no planalto para ampliar o volume da queda d'água de 720m da serra para gerar energia. Assim, foi inaugurada a Usina Cubatão em 1926, ampliada diversas vezes entre 1940 e 1960, e rebatizada de Henry Borden.[7]

[6] A esse respeito, destacamos o estudo 'A industrialização da Baixada Santista: um estudo de um centro industrial satélite' de Goldeinstein (1972). Além desse, as teses de doutoramento 'Entre estatais e transnacionais: o Polo Industrial de Cubatão' de Joaquim Miguel Couto (2003), e 'Análise Sócio-Demográfica da Constituição do Espaço Urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000' de Jakob (2003).

[7] Dada à poluição do Rio Pinheiros e das represas Billings e Guarapiranga, a usina reduziu drasticamente sua produção a partir dos anos 1990, para não trazer para a baixada a poluição da água do planalto. Em 02/03/2011 o Jornal O Estado de São Paulo publicou matéria sobre esse tema, dando conta da realização de audiência pública no Conselho Estadual de Meio Ambiente em 10/03/2011, para debater esse tema de

Desde o início do processo de industrialização da Baixada Santista, nos primórdios dos anos 1900, suas indústrias estavam entre as maiores do estado. Esse quadro se acentuou com a instalação da 2ª. Refinaria da Petrobras na década de 1950, a Presidente Bernardes. Deu-se assim a passagem de um perfil produtivo de bens intermediários e bens de capital, de baixa densidade de capital e uso abundante de mão-de-obra, para uma industrialização intensiva, de bens de produção pesados e bens duráveis de consumo, de alta densidade de capital e baixo uso de mão-de-obra. Na primeira metade do século XX a produção de banana ainda era uma atividade expressiva na baixada, sendo o terceiro produto mais exportado do Porto de Santos, depois do café e dos farelos, e antes da borracha. Até os anos 1950, quando a produção começa a declinar pela dificuldade de competir com a concorrência das empreiteiras de mão de obra, tanto da Rodovia Anchieta quanto da implantação da refinaria, das indústrias petroquímicas, e também da produção mais barata de banana das Antilhas. A decadência da bananicultura permitiu também a liberação de terra para as indústrias nascentes.

A profundidade do Porto de Santos não permitia a entrada de navios petroleiros de grande calado, o que fez com que a Petrobras passasse a estudar alternativas. Uma delas foi a construção do Terminal Almirante Barroso em São Sebastião e o oleoduto ligando São Sebastião a Cubatão com 123 km de extensão, inaugurados em 1969. A primeira indústria petroquímica de Cubatão foi implantada em 1957 pela própria Petrobras para produção de fertilizantes para atender a demanda crescente da agricultura, seguida da Fábrica de Adesivos Alba, no mesmo ano, da Union Carbide (polietileno) e da Cia. Petroquímica Brasileira – Copebrás (negro de fumo e depois fertilizantes) (GOLDENSTEIN, 1972). Com a crise econômica dos anos 1980 e 1990 a região sofreu perdas econômicas expressivas, com a mais alta taxa de desemprego e precarização das ocupações. A pesquisa coordenada por Cano (2007a) aponta para a menor participação relativa do setor industrial da RA de Santos no total de emprego formal entre as RAs do estado, um forte processo de terceirização (com 86% do total do emprego formal no setor de serviços), resultado da terceirização ocorrida na indústria, e com condições ruins de saúde: uma das menores expectativas média de vida, altas taxas de mortalidade infantil, forte presença de domicílios inadequados à moradia.

Os maiores empreendimentos econômicos ainda estão concentrados na região de Santos, com destaque para o porto e o pólo petroquímico, especialmente a partir das décadas de 1940 e

---

conflitos entre governos municipais, estadual, indústrias, e entidades ambientalistas. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20110302 /not_imp686459,0.php>. Acesso em: 05 mar. 2011.

1950. A implantação da Refinaria Presidente Bernardes na década de 1950 atraiu várias indústrias para Cubatão - além da Alba Química, da Union Carbide e da Copebrás, Cosipa, Carbocloro, Rhodia, Líquid Carbonic, Engeclor, Solorrico, e Engebasa (COUTO, 2003). Dessa forma, o polo petroquímico passou a ser o principal responsável pelo aumento da tonelagem movimentada no porto de Santos - 16,5 milhões de toneladas no final da década de 1960, quando também começa a operar o terminal petrolífero do Porto de São Sebastião, e uma via navegável ao longo do canal de Piaçaguera funcionando como terminal marítimo das indústrias Cosipa e Ultrafértil. Em 1973 foi inaugurado o complexo de armazéns graneleiros da Ponta da Praia, que viria se tornar o Corredor de Exportação (SÃO PAULO, 2008).

Com as crises econômicas das décadas de 1970 (petróleo) e 1980 (dívida externa), e a estagnação econômica e o desmonte do financiamento das políticas públicas da primeira metade da década de 1990, foram realizados poucos investimentos na região, a exceção do terminal de exportação de sucos da Cutrale e de uma unidade da Cargill (década de 1980). A partir de meados da década de 1990 começa a ocorrer a exploração pela iniciativa privada do Porto de Santos associada a um reaquecimento da economia dessa região. Vale a pena notar que entre 1910 e 1970, a maioria dos empreendimentos industriais da região, inclusive a usina hidroelétrica e as estradas, instalava vilas para seus operários, prática essa posteriormente abandonada, o que trouxe piores condições de vida aos trabalhadores e onerou as políticas públicas urbanas.

Litoral Norte

A economia da porção norte da zona costeira paulista também registrou, para a década de 1990, processos de terceirização e precarização das relações de trabalho, e de crescimento do setor de serviços (CANO, 2007b). A despeito de uma condição melhor quando comparada à porção sul, seus indicadores sociais ainda mostram carências, como uma baixa cobertura educacional na faixa de até seis anos de idade e taxas de mortalidade infantil maiores.

Essa região apresentou expressão econômica na primeira metade do século XIX com a produção de café superando a maior região produtora do Vale do Paraíba – Lorena, fato que sustentou esforços infrutíferos para que o trem chegasse até lá. Antes disso, Silva (1975) aponta para a presença hostil dos indígenas Tamoios entre 1500 e 1600, e as dificuldades de acesso, como fatores que devem ter contribuído para a baixa ocupação dessa região. Além disso, ela se situa em posição mais distante de São Paulo do que Santos (cujo crescimento econômico se beneficiou dessa proximidade), ainda que as condições físicas portuárias favoreçam até hoje o Porto de São

Sebastião em relação ao Porto de Santos. A área do Porto de São Sebastião possui maior profundidade natural, o que permite a chegada de navios maiores, e é menos sujeita a assoreamento por não receber diretamente água de nenhum rio de grande porte, a exceção do Juqueriquerê que desemboca na enseada de Caraguatatuba sem comprometer significativamente a passagem do canal de São Sebastião. Diferente do sítio portuário de Ubatuba, onde "parecem mais acentuados e evidentes os efeitos da erosão fluvial (Ribeirões Itaguá, Lagoa, Ubatuba e Indaiá) e os sinais de regressão marinha (maciços insulares ao sul e ao norte da enseada), o que confere menor profundidade natural" (SILVA, 1975, p.23).

As atividades econômicas do litoral norte ligadas à pesca tiveram forte importância ao longo do século XX, estimulando a instalação de estaleiro em São Sebastião (que funcionou de 1950 a 1970), frigoríficos em Caraguatatuba e Ubatuba, fábricas de gelo em Ubatuba, São Sebastião (Confrio) e Ilhabela, salgas feitas por famílias descendentes de japoneses (duas em Ilhabela, quatro em Ubatuba, com parte de vendas destinadas à São Paulo), aproveitamento de algas (em São Sebastião), industrialização do pescado, pesca artesanal de subsistência ao sul de São Sebastião, na parte oriental de Ilhabela, e ao norte de Ubatuba (SILVA, 1975, p.51).

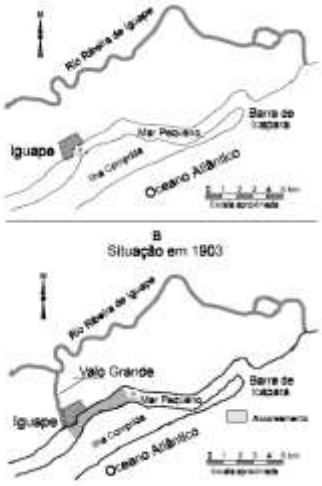
O crescimento urbano mais expressivo da porção norte da zona costeira paulista se dá a partir da década de 1970. É uma região cujos sítios urbanos ocupam áreas de "planícies de sedimentação marinha recente de um modo geral, comprimidas entre a escarpa da Serra do Mar e o Oceano Atlântico... sendo a sucessão de praias o fator predominante na orientação da urbanização" (SILVA, 1975, p.69). São Sebastião e Ilhabela possuem menos áreas planas do que Ubatuba e Caraguatatuba, para a expansão urbana, o que dificulta, mas nem sempre impede que a urbanização ocorra, ainda que sobre áreas mais frágeis a esse tipo de ocupação.

A atividade industrial dessa porção norte da zona costeira sempre é incipiente. No entanto, o Plano Diretor Municipal de Caraguatatuba aprovado em 2011 prevê a reserva de área no entorno da usina de gás da Petrobrás – UTGCA para a instalação de indústrias que queiram se beneficiar dessa proximidade e de áreas residenciais. Essa proposta conflita com algumas das atuais diretrizes do Zoneamento Ecológico-Econômico do Litoral Norte (SÃO PAULO, 2005). Preocupa-nos a possibilidade de reprodução do "padrão Cubatão" de degradação ambiental e segregação espacial e, consequentemente, de ampliação de 'vulnerabilidades sociais negativas' desses lugares às mudanças climáticas (HOGAN, 1996).

Economia, Rede Urbana e Vulnerabilidade às Mudanças Climáticas da Zona Costeira Paulista.

Quando comparada ao Estado de São Paulo, a zona costeira paulista é constituída por condições marcantes e diferenciadas. Vale destacar algumas questões que julgamos relevantes: seu clima é quente e úmido, há intensas dificuldades impostas na transposição das Serras do Mar (norte e baixada) e Paranapiacaba (sul), poucas opções de ligações férreas e viárias do litoral com o planalto (principalmente até meados do século XX), um complexo cafeeiro que se expandiu para o oeste paulista com mão de obra migrante em regime de colonato a partir de meados do século XIX, e que desviou recursos materiais e humanos de outras atividades e regiões, concentrando recursos que permitiriam a produção de alimentos em outras regiões, e mesmo a sua importação, e também a proibição do regime de escravidão, base da economia do litoral[8]. Ambientalmente o espaço é diferenciado. Além disso são recorrentes os desastres ambientais ali ocorridos. Cronologicamente, podemos considerar como o primeiro desses o assoreamento pela construção do Canal do Valo Grande no Rio Ribeira em Iguape (Figura 2), comprometendo a atividade portuária e econômica do litoral sul a partir de meados dos 1800, e diminuindo também a produção de frutos do mar na região estuarino, berço natural de espécies animais e vegetais em especial peixes e crustáceos.

FIGURA 2 - Desenho do Valo Grande em Iguape



Fonte: Braga (1999).

[8] Esses argumentos podem ser encontrados em trabalhos analisados, já citados anteriormente, de Ary França, Pierre Monbeig, Pasquale Petrone, Nice Lecoq Muller, Armando Correa da Silva, e Wilson Cano.

Outro projeto que teve impacto ambiental marcante para a zona costeira paulista foi a constituição do Pólo Petroquímico de Cubatão na sua porção central – Baixada Santista, com início em meados do século XX. Couto (2003) analisa que as razões para a localização desse empreendimento estão ligadas a proximidade com a Grande São Paulo, com o Porto de Santos, e a Usina Hidrelétrica Henry Borden, sendo a última teve papel diferenciador das demais áreas em estudo. A usina foi construída pela empresa canadense *Light and Power* em 1926, e garantiria o fornecimento de energia para as indústrias que ali se instalariam. Goldeinstein (1972, p.126) argumenta em favor das pressões bem sucedidas de empresários paulistas para a localização em São Paulo em detrimento do Rio de Janeiro.

Esse empreendimento está na origem de diversos desastres causados pela poluição do ar, da água, e do solo da região, com destaque para o vazamento de óleo com posterior explosão no bairro Vila Socó em 1984. Tratava-se de uma ocupação com residências precárias em que habitavam famílias de baixa renda. Estima-se que tenham morrido cerca de 600 pessoas. Além desse episódio pontual no tempo e no espaço, a região foi severamente contaminada - pessoas, água, solo, vegetação, comprometendo as próprias indústrias com riscos de escorregamentos de solo da serra. Estudos coordenados pela Cetesb indicam para a década de 1990 uma expressiva redução nos níveis de contaminação do ar a partir da aplicação de uma política de Estado para que as empresas adotassem mecanismos de prevenção e controle da emissão de gases. Foi possível inclusive identificar o início de um processo de recuperação da mata que protege as encostas. Mas os níveis de poluição ainda preocupam principalmente no solo e na água (HOGAN, 1996).

Ainda em relação às chamadas catástrofes ambientais, destacamos dois eventos. O primeiro é um evento climático que pode ser considerado de grande magnitude, apontado por Jackob (2003), cujo impacto mudou o rumo da ocupação da região já no século XX: um maremoto em 1541, que teria feito com que a população local se deslocasse de São Vicente para a área de entorno do que viria a ser o Porto de Santos. Uma área ao mesmo tempo mais abrigada, com maior profundidade, e mais próxima do caminho para o planalto. E o segundo, é a 'tromba d'água' que fez descer a Serra do Mar e cobriu de lama parte da cidade de Caraguatatuba em 1967.

É possível inferir que parte dessas catástrofes tem origem natural, como consequência de tempestades e maremotos. Mas, elas tem também relação direta com a forma como esses lugares estão sendo ocupados. O crescimento urbano da zona costeira paulista vem se dando de forma mais intensa e diferenciada a partir de 1950, sendo a porção sul considerada a de menor crescimento econômico, a porção central a de maior crescimento, e a norte de crescimento

intermediário. A Baixada Santista tem posição econômica histórica de destaque com a presença do Porto de Santos e do Pólo Petroquímico de Cubatão, e a própria proximidade com a Região Metropolitana de São Paulo.

Como vimos, a formação da zona costeira paulista não está dissociada da rede urbana desse mesmo território, polarizada por Caraguatatuba ao norte, Santos ao centro, e Iguape/Cananéia ao sul. Importa analisar o contexto da rede urbana paulista em que está inserida tal região. Do ponto de vista da hierarquia urbana regional, a Região Metropolitana da Baixada Santista se sobrepõe às demais regiões da Zona Costeira – Norte e Sul.

Historicamente, Santos começa a ganhar maior expressão econômica e urbana com a inauguração da Estrada de Ferro São Paulo Railway em 1867 até Jundiaí, permitindo escoar com mais eficiência o café da região de Campinas até o Porto de Santos. Essa conexão impulsionou o complexo cafeeiro paulista em bases capitalistas. Isso quer dizer não só do ponto de vista da estrutura comercial, como no período anterior, mas também da estrutura financeira – casas comissárias, agências de câmbio, bancos - e industrial – papel, alimentos, bebidas, vestuário. No ano de 1910 teve início a implantação do primeiro programa de saneamento em Santos, com uma rede de canais de drenagem cortando a cidade de norte a sul influenciando sua organização espacial até os dias de hoje, além da instalação da Usina para geração de energia elétrica (CANO, 1992).

A partir da crise econômica internacional de 1929, o setor industrial começa a ganhar mais peso na economia do país e em especial do estado, e o café deixa de dominar as atividades econômicas, inclusive portuárias. Em 1947 teve início a implantação da Rodovia Anchieta, dando impulso ao setor turístico da região. A taxa de urbanização de Santos já atingia os 98% na década de 1940, sendo destino de expressivos fluxos migratórios.

A porção norte da zona costeira passa a ganhar maior expressão econômica com a instalação do Terminal da Petrobrás em São Sebastião em 1962 e, mais recentemente com a instalação da Usina de Tratamento de Gás – UTGCA em Caraguatatuba, inaugurada em 2011.

Nesse contexto, vale ressaltar que a produção do espaço urbano está associada a um processo mais amplo de reprodução do capital para além do processo produtivo e da reprodução da força de trabalho. Isso ajuda a entender a estruturação do espaço regional e intra-urbano mais ligada ao deslocamento de pessoas e mercadorias em geral, incluindo a força de trabalho - deslocamento casa/trabalho – e deslocamentos para consumo – reprodução da força de trabalho (VILLAÇA, 1998).

Os atuais meios de comunicação e de mobilidade - sistemas viários, de telefonia celular, televisão por satélite, Internet de alta velocidade – influenciam o processo de reestruturação produtiva, especialmente pelo processo de flexibilização das relações de trabalho e de desintegração vertical dos sistemas produtivos. Assim, buscamos analisar o mercado imobiliário e de terras por entendermos que esse exerce um papel central nesse processo.

Os trabalhos sobre a rede urbana paulista (IPEA, 2000; EMPLASA, 2011) informam que ela é formada por 645 municípios, sendo que 105 (16%) integram 4 Regiões Metropolitanas - 39 na RMSP, 9 na RMBS, 19 na RMC, 39 na RMVPLN; 60 (9%) integram 11 Aglomerações Urbanas. Do total de 645 municípios, 178 (28%) possuem população inferior a 5 mil habitantes, 111 (17%) entre 5 mil e 10 mil habitantes, 105 (16%) entre 10 mil e 20 mil, 86 (13%) entre 20 mil e 50 mil habitantes, 27 (4%) entre 50 mil e 100 mil e 9 (2%) com mais de 100 mil habitantes.

A pesquisa REGIC - Rede de Influência de Cidades - (IBGE, 2008a), implementada pelo IBGE, definiu uma hierarquia dos centros urbanos segundo as respectivas regiões de influência a partir de aspectos de gestão federal, empresarial, equipamentos e serviços, que poderiam definir decisões de comando em uma rede de cidades. Segundo essa metodologia, a zona costeira paulista poderia ser subdividida em três situações distintas: o centro com a Região Metropolitana da Baixada Santista no topo da hierarquia urbana, e Santos ocupando a quarta posição - “Capital Regional C”; o norte, comando por São José dos Campos que também ocupa a quarta posição, e localmente São Sebastião ocupando a oitava e última posição – Centro de Zona B; e, o Sul, comandado por Registro que ocupa a sexta posição – Centro SubRegional B, sem nenhum representante local nessa hierarquia urbana.

Sobre a mobilidade urbana na região da zona costeira paulista, tema fundamental para o presente trabalho, as análises realizadas nos primeiros capítulos corroboram os estudos sobre dispersão urbana da baixada santista coordenado por Reis Filho (2009). Esse indica que nas décadas de 1980 e 90 houve aumento de movimentos pendulares partindo do distrito de Vicente de Carvalho no Guarujá, e dos municípios de São Vicente e Praia Grande, para trabalhar em Santos, Cubatão, e na Região Metropolitana de São Paulo. Esses estudos apontam também para a maior importância da RMBS quando comparada à RM de São Paulo, nos movimento pendulares metropolitanos. “Entre os que têm 15 anos ou mais, 11,2% se deslocam para outros municípios diariamente para trabalhar ou estudar. Essa participação é de 9,5% na Região Metropolitana de Campinas – RMC e 8,0% na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP”. Em valores absolutos, o autor mostra que cerca de 122,5 mil pessoas realizaram deslocamentos pendulares entre os nove

municípios que integram a RMBS segundo o Censo Demográfico de 2000. Desse total, 84% ocorreram dentro da RMBS.

Ao mesmo tempo que mais atraiu gente (75 mil pessoas), a maioria de São Vicente, Guarujá e Praia Grande, Santos também perdeu mais gente (25 mil pessoas). Nesse segundo movimento, as pessoas saíram principalmente para trabalhar ou estudar principalmente em São Paulo, mas também para Cubatão, São Vicente e Guarujá. Cubatão é o segundo município que mais atrai pessoas da RMBS (17 mil), a maioria vinda de São Vicente e Santos (77%). Nessa hierarquia da mobilidade Peruíbe é o município que realiza menos trocas pendulares com os municípios da própria região. São Vicente é de onde mais saem pessoas (51 mil), sendo que desse montante 85% vai para Santos e Cubatão.

O tema da mobilidade ajuda a compreender a estruturação do espaço urbano. Não só do ponto de vista do emprego, moradia e estudo, mas do ponto de vista da análise da vulnerabilidade e adaptação desses grupos sociais que realizam esses movimentos. É preciso, portanto, analisa-los à luz dos novos investimentos projetados e em curso para as diferentes porções da região, como forma de subsidiar os estudos sobre vulnerabilidade e adaptação.

Através de trabalhos de campo realizados entre 2010 e 2012, nota-se um movimento recente de procura por imóveis em Caraguatatuba e São Sebastião, no litoral norte, por pessoas que procuram a região no intuito de trabalhar na implantação de estruturas regionais ligadas ao petróleo e gás e ao sistema portuário. Outro fator de atração regional reside no processo de implantação recente de um conjunto de atividades no município de Caraguatatuba - escolas técnicas públicas, faculdades particulares, um Centro de Detenção Provisória pertencente ao sistema estadual prisional, a Unidade de Tratamento de Gás da Petrobras – UTGCA. Além dessas atividades, está prevista a instalação de pelo menos uma unidade de tratamento de resíduos sólidos urbanos gerados pelos quatro municípios do Litoral Norte, que são exportados para aterros situados em municípios das regiões do Vale do Paraíba e de São Paulo.

O novo ciclo de expansão produtiva regional em curso nos anos 2000 inclui a intensificação das atividades de petróleo e gás na bacia de Santos e na camada pré-sal, e das atividades portuárias de Santos e São Sebastião, com impactos para as porções central - RMBS e norte. Levantamentos apresentados pelo governo do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2009; 2010) dão conta que os investimentos em curso e previstos associados direta e indiretamente à indústria do petróleo e ao sistema portuário paulista, somam cerca de R$ 160 bilhões. A

maturação desses investimentos é estimada em cerca de vinte anos, com previsão de geração de 175 mil empregos, entre diretos e indiretos e temporários e permanentes.

Esses investimentos se referem principalmente a obras de ampliação e modernização dos portos de Santos e São Sebastião, a instalação e operação de unidade de tratamento de gás em Caraguatatuba, e implantação e ampliação de dutos e rodovias ligando essa região ao Vale do Paraíba, São Paulo e interior do estado. Desse conjunto de projetos, alguns já estão em fase adiantada de construção, como é o caso da Unidade de Tratamento de Gás de Caraguatatuba – UTGCA, localizada na Fazenda Serramar, projetada para processar cerca de 3 milhões de m^3/d de gás extraído da plataforma de Mexilhão, e enviar por dutos também em construção para Taubaté - GASTAU.

Para o Porto de São Sebastião, estão previstos investimentos de cerca de R$ 2,5 bilhões na sua ampliação e modernização, e para a construção e ampliação de dutos e rodovias a geração de 7.260 empregos (2.700 na obra, 4.560 na operação, 3.360 diretos, 3.900 indiretos). O movimento portuário já cresceu 38% entre 2007 e 2009, como primeiro resultado de investimentos na infraestrutura feitos naquele ano. Complementarmente, prevê-se a construção e ampliação dos sistemas rodoviário e duto-viário de acesso ao Porto de São Sebastião. Com esses projetos, o Governo do Estado de São Paulo informa que pretende transformar São Sebastião em uma importante plataforma de escoamento do etanol brasileiro, em uma plataforma logística na exploração das novas descobertas do campo de Tupi e do gás no campo do Mexilhão e ainda como alternativa no Estado, sobretudo para cargas do Vale do Paraíba e interior paulista (SÃO PAULO, 2008).

É possível assim identificar mudanças recentes expressivas na dinâmica social, econômica e urbana, especialmente nas porções central e norte, obviamente com diferenças intra-regionais igualmente expressivas. Para essa análise, é possível comparar os dados do Produto Interno Bruto PIB municipal e estadual (Tabela 6, Anexo[9]). Fazemos a ressalva das limitações desse indicador para analisar municípios, já que é mais apropriado para se comparar grandes regiões e países, perdendo, portanto, qualidade conforme o nível de desagregação espacial. Mas nos fornece comparações gerais quanto à dinâmica econômica entre municípios, entre setores econômicos, e entre períodos de tempo. Assim, identificamos diferenças acentuadas na composição setorial do PIB, a exemplo de Cananéia, que produz 17% de sua riqueza na agropecuária de um lado, e

[9] A Fundação SEADE disponibiliza o PIB municipal para o período 1999 – 2009. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/pibmun/index.php>. Acesso em: jan. 2012.

Cubatão de outro, com uma produção nula nesse setor e com 52% da produção industrial. Já em Iguape e São Sebastião esses valores são de 9,6% e 6,3%, respectivamente.

Quando se compara os dados disponíveis para os últimos cinco anos, é possível identificar um crescimento médio anual dos municípios da zona costeira paulista superior à média do estado (8% e 5%, respectivamente). A soma de todos os municípios para 1999 era de 4% passando para 5% do total do estado em 2009. A menor taxa de crescimento desse período ficou com Guarujá (1%), e a maior ficou com Santos (14%). Proporcionalmente ao número de habitantes, os maiores PIB per capta de 2009 ficaram com São Sebastião, Cubatão e Santos e, os menores ficaram com Cananéia, São Vicente e Itanhaém. Santos experimentou um rápido crescimento de seu PIB per capta (66%), mais que o dobro da média regional (26%) para o período considerado.

A composição setorial da região da zona costeira paulista apresenta uma distribuição diferenciada em relação à média estadual, com composição estável ao longo desse período: menos de 1% no setor agropecuário (1% do estado), 18% no setor industrial (25% do estado), e 36% no setor comercial (18% do estado). Existe uma expressiva e esperada heterogeneidade econômica intrarregional. Quanto ao nível salarial, a indústria de Santos e Cubatão puxa a média regional, 15% superior à média do estado. A região revela ainda uma especialização produtiva nos setores de transportes marítimos, extração de petróleo e gás, pesca, e serviços ligados ao turismo de veraneio.

Com relação ao movimento regional de cargas e pessoas, há um predomínio do modal rodoviário, respondendo por mais de 90% de todo o movimento estadual. Para o litoral, de norte a sul, esses movimentos se dão pelas Rodovias: Tamoios, Airton Sena, Dutra, Anchieta, Imigrantes, Rio-Santos, Piaçaguera-Guarujá, Manuel Hipólito do Rego, Paulo Rolim Loureiro, Rodoanel Mario Covas, Manuel da Nóbrega, e Regis Bittencourt. A maior parte dessa malha viária é operada sob concessão privada do governo do estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2008).

Essa malha viária atende além do movimento turístico, o transporte de carga que sai dos portos de Santos e São Sebastião, sendo o primeiro o mais importante do país, respondendo por mais de 25% do comércio exterior (entre 2003 e 2007, apresentou um crescimento de seu movimento de 7%). O Porto de São Sebastião, principal porto de entrada de petróleo cru, diesel, gasolina e nafta no país, conta para tanto com o Terminal Almirante Barroso, operado pela Petrobras, e o cais operado pela Companhia Docas de São Sebastião, do governo do Estado, cuja ampliação prevê o aumento de 527 mil toneladas para 27 milhões de ton/ano até 2035. Infelizmente a malha ferroviária não atende o litoral norte, se restringindo a Santos. A despeito de

sua importância econômica, o litoral paulista como um todo não conta com sistema aeroportuário comercial.

Sobre a dinâmica da rede urbana regional, um grande desafio para os municípios costeiros com fluxos turísticos expressivos, é lidar com o fenômeno da população flutuante que, muitas vezes chega a passar em tamanho a população fixa, dobrando o número de pessoas circulando pela região nas férias, exigindo investimentos e demandando custos de implementação e manutenção de infraestrutura e serviços públicos que na maior parte do ano fica ociosa.

Os dados sobre domicílios particulares totais e de uso ocasional do Censo Demográfico de 2010, dão uma ideia da dimensão desse problema. Os municípios mais dependentes da atividade econômica do chamado "turismo de veraneio" são aqueles que apresentam o maior percentual de domicílios de uso ocasional, chegando a representar mais de 60% do total de domicílios. O caso específico de Bertioga é um bom exemplo desse fenômeno. Trata-se de um município que vem recebendo nas últimas décadas um grande número de empreendimentos do tipo condomínio fechado, sendo a Riviera de São Lourenço, em Bertioga, um exemplo desse tipo de empreendimento. De outro lado, Santos e Cubatão apresentam percentuais de domicílios de uso ocasional bem baixos por se tratar de municípios cuja principal atividade econômica não está centrada no "turismo de segunda residência".

Muitos desses municípios do litoral que hoje tem percentual de domicílios particulares de uso ocasional abaixo de 50% foram no passado áreas de turismo de segunda residência e mais recentemente receberam população migrante que tem se fixado na região. Uma hipótese desse estudo é de que vem ocorrendo mudanças nas atividades econômicas de algumas dessas localidades, algumas com alcance regional, que tem atraído outro perfil populacional que não somente o turista de veraneio e as pessoas que trabalham para esse turismo. Esse processo é mais presente nas porções central e norte da zona costeira paulista - Região Metropolitana da Baixada Santista, Caraguatatuba e São Sebastião, e menos na porção sul. De fato, os estudos socioeconômicos indicam expressivas mudanças demográficas e econômicas em curso para essas porções – central e norte, com impactos significativos em termos de vulnerabilidade e adaptação dos grupos populacionais aos perigos decorrentes das mudanças climáticas. Para a porção sul, considerando os investimentos governamentais previstos, a zona costeira do complexo estuarino-lagunar de Iguape-Cananéia poderá atrair mais turistas com as melhorias em curso da Rodovia Regis Bittencourt, que liga as regiões metropolitanas de São Paulo e Curitiba.

Para as porções central e norte, é possível identificar um processo em curso de consolidação de áreas urbanas, diminuindo o espaço para os domicílios de uso ocasional, promovendo uma diferenciação do tecido urbano. O crescimento econômico da atual década, associado aos investimentos públicos e privados, vem promovendo a ampliação do mercado de trabalho regional, sendo responsável por um processo de reconfiguração dessa rede urbana.

Assim, a questão que apresentamos a seguir diz respeito à capacidade dos municípios, em termos de estrutura financeira e ambiental para suportar os atuais e novos desafios - de um lado, um crescimento demográfico, urbano e, consequentemente, de novas demandas sociais, e de outro, o agravamento de problemas socioambientais decorrentes das mudanças climáticas e da intensificação da ocupação desses espaços.

Capacidade de financiamento de políticas públicas municipais na zona costeira paulista

De uma maneira geral, os municípios paulistas apresentam uma baixa capacidade de financiamento de políticas públicas para atender suas demandas sócias, econômicas e ambientais. Essa situação se repete na zona costeira paulista. Para subsidiar essa análise investigamos dados de receitas, despesas, e nível de endividamento (Tabela 7, Anexo[10]).

De maneira geral, do lado das receitas, há ao longo da primeira década de 2000 um expressivo aumento das receitas municipais a taxas superiores às do crescimento do produto, advindo principalmente do crescimento econômico do país e do estado. É possível identificar também um alto percentual de receitas provenientes de transferências dos governos federal e estadual. Por conta do processo de regulamentação de preceitos federativos previstos na Constituição Federal de 1988, esse período registra um aumento na participação das transferências na receita corrente. Existe uma correlação entre o aumento de transferências e diminuição da receita diretamente arrecadada. Isso ocorre porque, diferente das transferências, a receita própria custa mais aos municípios. Além do fato de demandar estruturas muitas vezes sofisticadas, é mais sujeita às pressões dos contribuintes. Na segunda metade da década houve

[10] O Tesouro Nacional disponibiliza uma base de dados das finanças públicas municipais para o período 2003 – 2009 através do Sistema Finanças do Brasil – FINBRA. Disponível em: <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/ index.asp>. Acesso em: jan. 2012. Para essa análise, além desses dados, nos baseamos também na leitura dos seguintes trabalhos: 'Finanças públicas e capacidade de investimento da macrometrópole paulista' (EMPLASA, 2012); 'Receitas Públicas' (BRASIL, 2006a), 'Dinâmica dos Municípios' (IPEA, 2007), 'Economia e política das finanças públicas no Brasil' (OLIVEIRA, 2009), e 'O IPTU no Brasil: oportunidades e restrições para a exploração do imposto como fonte de financiamento local' (AFONSO; ARAÚJO; NÓBREGA, 2010).

um expressivo aumento da participação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) na arrecadação tributária dos municípios.

Do lado das despesas os municípios que promoveram uma redução na participação das despesas com pessoal nas despesas correntes registraram um correspondente aumento nas despesas de custeio. De uma maneira geral, os municípios cumprem o limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal para a razão despesa com pessoal/receita. A despeito disso, a prioridade da maioria dos municípios tem sido dada às despesas com pessoal e encargos em detrimento das despesas com investimento medida pela razão investimento/receita. Porém, é possível identificar um aumento na despesa com investimento dado pelo aumento de arrecadação oriunda do crescimento econômico da década.

O nível de endividamento[11], de uma maneira geral é considerado baixo para o conjunto dos municípios paulistas, com exceção do Município de São Paulo, o que permitiria a contratação de empréstimos para investimentos. Os municípios de pequeno porte são os que apresentam os indicadores mais baixos. Eles se ressentem mais que os maiores das dificuldades impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, e ao acesso a fontes de financiamento. Nessa década, houve um aumento da dívida per capita e um recuo da razão dívida/receita, o que permitiria aos municípios destinarem mais recursos para investimentos. Porém, também para o litoral, a capacidade de investimento com recursos próprios municipais é em geral muito baixa.

A legislação prevê a participação dos municípios integrantes de uma Região Metropolitana ou de uma Aglomeração Urbana no financiamento dos projetos que objetivam a integração regional. Para o recorte territorial da zona costeira paulista, existem hoje duas regiões metropolitanas - Baixada Santista, institucionalizada em junho de 1996, e Vale do Paraíba e Litoral Norte institucionalizada em janeiro de 2012, que juntas abrangem 13 dos 16 municípios objeto do presente estudo, as porções norte e central da zona costeira paulista, com maior dinamismo demográfico e econômico. Porém, sabemos que a questão do financiamento de políticas públicas é um dos principais gargalos da gestão metropolitana.

Os municípios tem uma estrutura tributária que não atende suas necessidades, fazendo com que eles arrecadem menos do que deveriam para atender as necessidades dos serviços

[11] A dívida pública dos municípios (Dívida Consolidada), diz respeito a contratos de empréstimos firmados com instituições financeiras, títulos colocados no mercado e outras dívidas decorrentes de acordos de parcelamento de débitos passados, como INSS, FGTS, PASEP, precatórios judiciais. Novas dívidas só podem realizadas com autorização legislativa e do Ministério da Fazenda, mediante prestação de garantias, não podendo ultrapassar o valor equivalente a 120% da Receita Corrente Líquida do município.

públicos de saúde, educação e infraestrutura. Eles são menos preparados do que as esferas estadual e federal em termos de recursos financeiros e humanos para lidar com as demandas da estrutura tributária e, por isso, preferem contar com as transferências, pois envolvem menos custo e desgaste político com aumento de receitas próprias. Além disso, a proximidade com o contribuinte faz com que esses exerçam mais pressão junto às Prefeituras do que junto aos governos estadual e federal.

Atualmente, na estrutura fiscal brasileira os municípios ficam com 18% da chamada renda pública. No período anterior à Constituição de 1988 esse valor era de 6%. Porém, esse aumento veio acompanhado de aumento das atribuições na prestação de serviços públicos, em especial nas áreas de saúde, educação, transporte urbano e segurança pública.

Os impostos municipais são: Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e Imposto sobre a Transmissão Intervivos de Bens Imóveis (ITBI). O IPTU pode representar uma significativa fonte de receitas, especialmente nas cidades médias e grandes. Mas isso depende do município ter uma estrutura capaz de produzir um mapa de valores imobiliários atualizado, condizente com a realidade do mercado, sem onerar as classes sociais de menor poder aquisitivo. O ISS exige uma estrutura mais complexa, que as cidades maiores podem arcar, do tipo nota fiscal eletrônica. A exceção é do ISS dos pedágios, repassado pelas próprias concessionárias.

Além disso, existem as receitas próprias provenientes de serviços prestados, cobrados por meio de tarifas ou preços públicos, representado por bens e outros serviços fornecidos pelo município, mediante o pagamento dos respectivos custos, a exemplo daqueles cobrados pelo fornecimento de água e coleta de esgoto por empresas municipais, serviços funerários, zona azul, iluminação pública.

Quanto às transferências do governo federal, os municípios recebem do Fundo de Participação dos Municípios, a cota-parte do Imposto Territorial Rural - ITR, a compensação financeira pela desoneração das exportações, a cota-parte do Imposto sobre Produtos Industrializados – cota-parte distribuída na proporção das exportações do Estado, as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, do Sistema Único de Saúde, do Fundo Nacional de Assistência Social e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico. Do Governo estadual, recebem a cota-parte do Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços - ICMS e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotivos. De maneira geral, as transferências representam parcelas importantes da receita municipal, em especial para os

pequenos municípios, podendo chegar a representar mais de 90% da receita. Os critérios de distribuição são definidos na legislação federal ou estadual. Boa parte desses recursos é vinculada a gastos em suas respectivas áreas de origem, por exemplo, educação, saúde, multas de trânsito, etc.

Para melhorar sua arrecadação, os municípios tem que investir na melhoria de sua estrutura arrecadatória. A possibilidade de aumento das transferências também depende disso, por exemplo: fiscalizar as empresas para que elas não soneguem informações relativas ao ICMS; fiscalizar os veículos para aumentar a arrecadação do IPVA; fiscalizar as escolas para que elas informem corretamente o senso escolar e, assim, promover o aumento da participação do município nos fundos federais de educação.

Municípios de características turísticas, como a maior parte da zona costeira paulista, podem obter uma receita de IPTU e ISS acima da média pela dinâmica imobiliária e dos serviços turísticos – hotéis, restaurantes, etc. Municípios que abrigam pólos industriais e atividades portuárias, como Cubatão, Santos, e São Sebastião, são favorecidos pelo critério de distribuição do ICMS e pelo alto valor agregado de suas atividades industriais.

Analisando mais detalhadamente as finanças públicas da zona costeira paulista, podemos identificar diferenças inter e intra-regionais expressivas. As duas regiões mais dinâmicas da região – central e norte, objeto da maior parte dos investimentos públicos em curso e previstos pelos governos federal e estadual, são aquelas que possuem uma capacidade maior de financiamento, com destaque para a Baixada Santista.

As receitas próprias (receitas tributárias e todas as demais receitas correntes diretamente arrecadadas, como a patrimonial, de serviços, diversas, tarifas públicas) da Região Metropolitana da Baixada Santista tiveram um crescimento real de 36% no período 2003/2009, enquanto que as transferências (repasses feitos pelos Governos estadual e federal) registraram um acréscimo de 75%. Como dissemos, esse aumento deve ser resultado da expansão da atividade econômica sobre as receitas municipais nessa década. A receita tributária da RMBS é maior do que as demais regiões pela presença do Porto de Santos, do Polo de Cubatão, e de grande quantidade de imóveis de veraneio para classes de renda elevada, refletindo na arrecadação de IPTU e ISS e no repasse de ICMS. No entanto, os investimentos representam uma parcela muito pequena das despesas orçamentárias (8%), consumidas pelas despesas correntes. Cubatão possui a melhor capacidade de investimento com recursos próprios e Santos, a pior. A maioria dos municípios da RMBS investe mais do que tem, a despeito das receitas próprias registrarem um crescimento de 36% no período.

Com relação às transferências, a média de crescimento no período foi de 75%. As maiores receitas tributárias per capta estão em Bertioga, Santos e Cubatão, com São Vicente com menos da metade. No Litoral Norte, o município que mais se aproxima dos melhores desempenhos da RMBS é São Sebastião, pela presença do porto e da Petrobras. Mas é Caraguatatuba que tem o menor nível de despesa corrente e o maior de investimento na composição percentual da despesa orçamentária. Ubatuba tem o maior nível de endividamento do Litoral Norte. No Litoral Sul, surpreende o desempenho das receitas de Ilha Comprida, possivelmente devido a grande atividade imobiliária voltada ao turismo de segunda residência que se reflete na arrecadação do IPTU.

Quanto maior a parcela dos gastos municipais financiada por transferências federais e estaduais, menor a eficiência tributária. No caso de royalties do petróleo, estudos apontam também para uma correlação entre diminuição da transparência dos gastos públicos municipais e aumento da receita advinda dos *royaties* do petróleo (OLIVEIRA, 2011; SERRA, 2005). Trata-se de uma questão extremamente relevante para os municípios aqui analisados, em função das novas atividades ligadas à exploração do pré-sal.

De uma forma geral, os municípios da zona costeira paulista possuem dificuldades em financiar as políticas públicas de saúde, educação, e transporte, quem dirá aquelas advindas das mudanças climáticas. Uma alternativa a essas demandas poderia se dar no âmbito dos novos instrumentos derivados do Plano Nacional de Mudanças Climáticas[12], a exemplo do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), criado pela Lei nº 12.114/2009, regulamentado pelo Decreto nº 7.343/2010. A gestão de seus recursos é feita pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e devem ser usados para financiar ações de mitigação e adaptação às mudanças do clima e seus efeitos.

As principais fontes de recursos do Fundo Clima advêm da participação especial do Ministério do Meio Ambiente na produção de petróleo (até 60%, previsto na Lei nº 9.478/1997) e

[12] A Lei Federal 12.187/2009 institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNM, cria, como instrumentos, o Plano Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, define mudança do clima (direta ou indiretamente atribuída à atividade humana que altere a composição da atmosfera mundial e que se some àquela provocada pela variabilidade climática natural observada ao longo de períodos comparáveis), vulnerabilidade (grau de suscetibilidade e incapacidade de um sistema, em função de sua sensibilidade, capacidade de adaptação, e do caráter, magnitude e taxa de mudança e variação do clima a que está exposto, de lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, entre os quais a variabilidade climática e os eventos extremos), e adaptação (iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima).

dotações consignadas na lei orçamentária anual da União. Para 2011, estava previsto um orçamento de R$ 226 milhões, sendo R$ 200 milhões reembolsáveis para empréstimos e financiamentos voltados para a área produtiva, administrados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e R$ 26 milhões administrados pelo Ministério do Meio Ambiente para projetos de pesquisa, mobilização e avaliações de impacto das mudanças do clima. Existe também o Fundo da ONU de Adaptação, que tem como principal fonte de recursos uma taxa de 2% dos certificados de emissões reduzidas (CER) sobre projetos de MDL, sendo que a expectativa era de atingir USD 250-350 milhões até 2012, porém, como todos os tratados sobre o clima, vem sofrendo dificuldades de implementação. No Brasil, o foco principal está na redução de desmatamento nos biomas Amazônia (80%) e Cerrado (40%), na adoção de plantio direto na agricultura anual, na recuperação de pastos e integração lavoura-pecuária, na fixação biológica de nitrogênio na agricultura, na eficiência energética, na expansão e oferta de energia renovável, e na substituição do carvão usado na siderurgia de origem de desmatamento por reflorestamento (FGV/PNUMA, 2010).

Considerações Finais

A zona costeira do Estado de São Paulo passou ao longo das décadas recentes por mudanças importantes. Por um lado, o desenvolvimento de uma área metropolitana, ao redor do município de Santos. Por outro lado, os investimentos recentes em infraestrutura para exploração de petróleo e gás impactam o Litoral Norte, provocando um processo de expansão da ocupação e dinamização econômica com decorrências sociais e ambientais significativos. É importante destacar que houve uma mudança em termos de perspectiva de apropriação e uso do espaço no Litoral Norte, considerando que as atividades turísticas, que até então haviam sido privilegiadas em termos da constituição de uma "vocação local", são substituídas pelas atividades industriais ligadas à exploração do petróleo da camada pré-sal. Enquanto isso, os municípios do Litoral Sul apresentam uma situação de baixo crescimento populacional, e baixo dinamismo econômico.

Mesmo com esse processo recente de intensificação da exploração petrolífera, a questão da propriedade da terra e sua valorização pela exploração turística ainda é um fator relevante, considerando suas decorrências em termos de constituição de um tipo de urbanização e de degradação ambiental do litoral paulista. Nesse contexto, destacamos a importância dos estudos sobre a dinâmica da valorização imobiliária junto com as análises sobre as perspectivas de crescimento urbano da região. A expansão imobiliária deve acirrar problemas de degradação de recursos naturais e expulsão de comunidades tradicionais de suas áreas originais dando lugar a empreendimentos imobiliários do tipo condomínios residenciais, hotéis, resorts, etc. Na maior parte das cidades, especialmente das porções norte e central do litoral paulista, vem se reproduzindo padrões de urbanização onde é possível identificar processos de espraiamento da mancha urbana, movimentos pendulares, e periferização da população de mais baixa renda para áreas sem infra-estrutura e ambientalmente frágeis, acirrando sua condição de vulnerabilidade.

Ainda que na Constituição brasileira, a atribuição legal para o ordenamento do uso e ocupação do solo urbano seja concorrente entre os três entes da federação, sua aplicação e monitoramento acabam se restringindo às municipalidades. As prefeituras, além de não possuírem estruturas material, pessoal e financeiras adequadas de planejamento e fiscalização capazes de atender suas demandas atuais e futuras, estão mais diretamente expostas a pressões de interesses imobiliários.

O litoral norte paulista é área de domínio do bioma mata atlântica cuja proteção legal não vem sendo capaz de impedir sua degradação. A análise interdisciplinar das dinâmicas demográfica e econômica permite subsidiar os estudos sobre crescimento urbano, vulnerabilidade e adaptação

na zona costeira paulista, aportando elementos relevantes para o planejamento e gestão de políticas públicas.

Referências

AFONSO, J. R.; ARAÚJO, E. A.; NÓBREGA, M. O IPTU no Brasil: oportunidades e restrições para a exploração do imposto como fonte de financiamento local. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE POLÍTICA DE ADMINISTRAÇÃO DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA: IMPLEMENTAÇÃO DE REFORMAS E REVISÕES DE CARÁTER ADMINISTRATIVO, 1., 2010, Curitiba. **Anais...** Brasília: Ministério das Cidades; Cambridge: Lincoln Institute of Land Policy, maio/2010.

AZEVEDO, A. Vilas e cidades do Brasil colonial. **Boletim Paulista de Geografia,** São Paulo, n.208, 1956.

BAENINGER, R. Migração, migrações. **Idéias – Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,** Campinas, Unicamp, v.1, n.2, 2011.

_____; BASSANEZI, M. S. C. B. Trajetória demográfica no Estado de São Paulo, na capital e em outros municípios. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, 2006, Caxambu, 2006.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECK, U. **Risk society:** towards a new modernity. London: SAGE Publications, 1998.

BERQUÓ, E.; CAVENAGHI, S. M. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a redução no número médio de filhos por mulher no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP,** São Paulo, v.74, mar.2006.

_____. Demographic evolution of the brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. (Org.). **Population change in Brazil:** contemporary perspectives. Campinas: Nepo/Unicamp, 2001.

BRAGA, R. Raízes da questão regional no Estado de São Paulo: considerações sobre o Vale do Ribeira. **Geografia,** Rio Claro, v.24, n.3, dez./1999.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. **Finanças do Brasil.** Brasília, 2012.

_____. _____. _____. Secretaria do Tesouro Nacional. **Receitas públicas.** 3.ed. Brasília, 2006a.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Vale do Ribeira:** um ensaio para o desenvolvimento das comunidades rurais. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006b.

BRITO, F. Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População,** São Paulo, v.25, n.1, jan./jun.2008.

BRYANT, J. Theories of fertility decline and the evidence from development indicators. **Population and Development Review,** New York, v.33, n.1, mar.2007.

CALDWELL, J. On net Intergenerational wealth flows: an update. **Population and Development Review,** New York, v.31, n.4, dec.2005.

CALIPPO, F. R. **Os sambaquis submersos de Cananéia:** um estudo de caso de arqueologia subaquática. 2004. 180f. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, São Paulo, 2004.

CAMARANO, A. A.; KANSO, S. Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados. **Texto para Discussão 1426,** Brasília, IPEA, 2009.

CANO, W. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 5.ed. Campinas: IE/Unicamp, 2007a.

_____ et al. **Economia paulista:** dinâmica socioeconômica entre 1980 e 2005. Campinas: Alínea, 2007b.

_____ (Org.). **São Paulo no limiar do século XXI.** São Paulo: Fundação SEADE, 1992.

CARMO, R. L.; MARQUES, C. A.; MIRANDA, Z. A. I. Dinâmicas demográfica e econômica dos Municípios da Zona Costeira Paulista e as mudanças climáticas. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 14., 2011, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPUR, 2011.

_____; SILVA, C. A. M. População e mudanças climáticas no contexto litorâneo: uma análise na Região Metropolitana da Baixada Santista. **VeraCidade,** Salvador, Ano IV, n.4, mar.2009.

_____. População e mudanças ambientais globais. **Multiciência,** Campinas, Unicamp, v.1, 2007.

CARVALHO, J. A. M; RODRÍGUEZ-WONG, L. L. A transição da estrutura etária da população brasileira na primeira metade do século XXI. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.24, n.3, mar.2008.

_____. Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil. **Texto para Discussão 227,** Belo Horizonte, UFMG/CEDEPLAR, 2004.

_____; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública,** Rio de Janeiro, v.19, n.3, maio/jun.2003.

CORREA, R. L. A. Globalização e reestruturação da rede urbana: uma nota sobre as pequenas cidades. **Território,** Rio de Janeiro, v.6, 1999.

COUTO, J. M. **Entre estatais e transnacionais:** o polo industrial de Cubatão. 2003. 261f. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

DAVANZO, A. M. Q.; NEGREIROS, R. A gestão das regiões metropolitanas do interior paulista: Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Novas metrópoles paulistas:** população, vulnerabilidade e segregação. Campinas: Nepo/Unicamp, 2006.

DE SHERBININ, A; CASTRO, M.; GEMENNE, F. **Preparing for population displacement and resettlement associated with large climate change adaptation and mitigation projects.** 2010. (Background Paper for the Bellagio Workshop).

_____; MARTINE, G. **Urban population, development, and environment dynamics:** situating PRIPODE research in the larger literature. Paris: CICRED, 2007.

DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DYSON, T. The role of the demographic transition in the process of urbanization. **Population and Development Review,** New York, v.37, supl. 1, jan.2011.

EMPLASA. **Finanças públicas e capacidade de investimento da macrometrópole paulista.** São Paulo, 2012.

FGV/PNUMA. **Financiamentos públicos e mudança do clima:** análise das estratégias e práticas de bancos públicos e fundos constitucionais brasileiros na gestão da mudança do clima. Rio de Janeiro, 2010.

FUNDAÇÃO SEADE. Fecundidade continua em queda em São Paulo. **SP Demográfico – Resenha das Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo,** São Paulo, Ano 11, n.5, jul.2011a.

_____. Tendências recentes da migração nas Regiões Administrativas do Estado de São Paulo. **SP Demográfico – Resenha das Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo,** São Paulo, Ano 11, n.7, nov.2011b.

_____. Projeções populacionais e primeiros resultados do Censo 2010. **SP Demográfico – Resenha das Estatísticas Vitais do Estado de São Paulo,** São Paulo, Ano 11, n.1, jan.2011c.

_____. **PIB Municipal 2000 a 2010.** São Paulo, 2000-2010.

GALOR, O. The demographic transition: causes and consequences. **Cliometrica,** França, 2011.

GOLDANI, A. M. Rethinking Brazilian fertility decline. In: GENERAL POPULATION CONFERENCE - IUSSP, 24., 2001, Salvador. **Anais...** Belo Horizonte: ABEP, 2001. Disponível em: <http://www.abep.org.br/index.htm>.

GOLDEINSTEIN, L. **Industrialização da Baixada Santista:** estudo de um centro industrial satélite. 1972. Tese (Doutorado) – Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **O novo rural brasileiro.** Brasília: Embrapa, 2004.

_____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas: IE/Unicamp, 1998.

HARVEY, D. **O enigma do capital.** São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HOGAN, D. J. (Org.). **Dinâmica populacional e mudança ambiental:** cenários para o desenvolvimento brasileiro. Campinas: Nepo/Unicamp; Unfpa, 2007a.

_____. Human dimensions of global environmental change. **Ambiente e Sociedade,** Campinas, v.10, n.2, jul./dec.2007b.

_____. Mobilidade populacional, sustentabilidade ambiental e vulnerabilidade social. **Revista Brasileira de Estudos da População,** São Paulo, v.22, n.2, jul./dez.2005.

_____ et al. Sustentabilidade no Vale do Ribeira (São Paulo): conservação ambiental e melhoria das condições de vida da população. **Ambiente e Sociedade,** Campinas, v.2, n.3-4, 1998.

_____. População, pobreza e poluição em Cubatão, São Paulo. In: MARTINE, G. (Org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento:** verdades e contradições. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

IBGE. **Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

_____. Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil 2009. **Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômica,** Rio de Janeiro, n.25, 2009.

_____. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS).** Rio de Janeiro, 2008a.

_____. **Regiões de Influência de Cidades 2008.** Rio de Janeiro, 2008b. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>. Acesso em: ago. 2010.

_____. **Censo Demográfico de 2000.** Rio de Janeiro, 2000.

_____. Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, 1991.

_____. Censo Demográfico de 1980. Rio de Janeiro, 1980.

_____. Censo Demográfico de 1970. Rio de Janeiro, 1970.

IPEA. **Dinâmica dos municípios.** Brasília, 2007.

_____. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil.** Brasília, 2000.

JAGER, J. et al. **Environmental change and forced migration scenarios**. maio 2009. (Synthesis Report).

JAKOB, A. A. E. **Análise sócio-demográfica da Constituição do espaço urbano da Região Metropolitana da Baixada Santista no período 1960-2000**. 2003. 234f. Tese (Doutorado em Demografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

KIRK, D. Demographic transition theory. **Population Studies,** London, v.50, n.3, nov.1996.

LEE, E. S. Uma teoria sobre a migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

LEE, R. The demographic transition: three centuries of fundamental change. **Journal of Economic Perspectives,** US, v.17, n.4, 2003.

LESSA, C. **Sonho e fracasso:** a estratégia do desenvolvimento. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, New York, v.36, n.2, 2010.

MELLO, J. M. C. **O Capitalismo tardio:** contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

MELO, M. A. B. C. Regime de acumulação, Estado e articulação de interesses na produção do espaço construído (Brasil, 1940-1988). In: VALLADARES, L.; PRETECEILLE, E. **Reestruturação urbana, tendências e desafios.** São Paulo: Livraria Nobel, 1990.

MORAES, R. B. Contribuições para a história do povoamento em São Paulo até fins do Século XVIII. **Terra Livre 10,** São Paulo, 1994. (Geografia, Espaço & Memória).

OFFE, C. **Capitalismo desorganizado.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, F. A. de. **Economia e política das finanças públicas no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, F. M. C. **Noiva da revolução - Elegia para uma re(li)gião.** São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, R. **Dealing with plenty:** Brazil in the era of surplus oil. 2011. 91f. Thesis (Master) - Arts in Latin American Studies, University of Illinois at Urbana-Champaign, 2011.

PETRONE, P. **A baixada do Ribeira:** estudo da geografia humana. 1966. 366f. Tese (Doutorado) - **Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**, **Universidade de São Paulo**, São Paulo, 1966.

POTTER, J. E. et al. Mapping the timing, pace, and scale of the fertility transition in Brazil. **Population and Development Review,** New York, v.36, n.2, jun.2010.

RANGEL, I.; GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil.** Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2000. (**Série Estudos Rurais).**

RAVENSTEIN, E.G. As leis de migração. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

REHER, D. S. Economic and social implications of the demographic transition. **Population and Development Review,** New York, v.37, supl. 1, jan.2011.

REIS FILHO, N. G. **Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano.** São Paulo: Via das Artes, 2009.

RENAUD, F. et al. Control, adapt or flee: how to face environmental migration? In: United Nations University. **InterSecTions 'Interdisciplinary Security Connections',** 2007. (Series of UNU-EHS, v.5).

RIPSA - REDE INTERAGENCIAL DE INFORMAÇÕES PARA A SAÚDE. **Indicadores e dados básicos**: Brasil 2009 – IDB-2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2009/apresent.htm>.

RODRÍGUEZ-WONG, L. L.; CARVALHO, J. A. M. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. **Revista Brasileira de Estudos da População,** São Paulo, v.23, n.2, jul./dec.2006.

SANTOS, A. P. R. **Praia Grande no contexto do processo de metropolização da Baixada Santista:** mobilidade populacional e diversidade socioespacial. 2008. 186f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

SÃO PAULO (Estado). DER – Departamento de Estradas de Rodagem. **Memória do transporte rodoviário.** São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.der.sp.gov.br/institucional/memoria.aspx>. Acesso em: jan. 2012.

_____. SMA/CPLA. **Avaliação Ambiental Estratégica – AAE:** dimensão portuária, industrial, naval e offshore no Litoral Paulista. São Paulo, mar. 2010. (Relatório Parcial).

_____. SMA/CPLA. **Zoneamento ecológico econômico da Baixada Santista.** São Paulo, 2009.

_____. ST - Secretaria de Transportes. **Balanço anual.**São Paulo, 2008.

_____. SMA/CPLEA. **Zoneamento ecológico-econômico:** Litoral Norte São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. STM. **Plano metropolitano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana da Baixada Santista.** São Paulo, 2002.

SAYAD, J. Preço da terra e mercados financeiros. **Pesquisa e Planejamento Econômico,** Brasília, IPEA, v.7, n.3, dez.1977.

SCHIAVON, L.; NAVARRO, A. M. As transformações da rede urbana no Estado de São Paulo. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental,** Brasília, IPEA, n.3, dez.2009.

SERRA, R. V. Concentração espacial das rendas petrolíferas e sobrefinanciamento das esferas de governo locais: evidências e sugestões para correção de rumo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 33., 2005, Natal. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEC, 2005.

SILVA NETO, M. L. A questão regional hoje: reflexões a partir do caso paulista. In: SOUZA, M. A. A. (Org.). **Território brasileiro:** usos e abusos. Campinas: Territorial, 2003.

SILVA, A. C. **O Litoral Norte do Estado de São Paulo:** formação de uma região periférica. 1975. 273f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

SILVA, C. A. M. **População e riscos às mudanças ambientais em zonas costeiras da Baixada Santista:** um estudo sócio-demográfico sobre os municípios de Bertioga, Guarujá e São Vicente.

2010. 137f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: MOURA, H. (Org.). **Migração interna:** textos selecionados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A., 1980.

SOUZA, C. D. C. **Planejamento urbano e políticas públicas em projetos de requalificação de áreas portuárias:** Porto de Santos: desafio deste novo século. 2006. 207f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise:** o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas: IE/Unicamp, 1998.

UNHCR - UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES. **Convention and protocol relating to the status of refugees:** text of the 1951 convention relating to the status of refugees, text of the 1967 protocol relating to the status of refugees, and resolution 2198 (XXI). Geneva, 2006.

VALENTIN, A. **Uma civilização do arroz:** agricultura, comércio e subsistência no Vale do Ribeira. 2006. 405f. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

VILLAÇA, F. **Espaço intraurbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 1998.

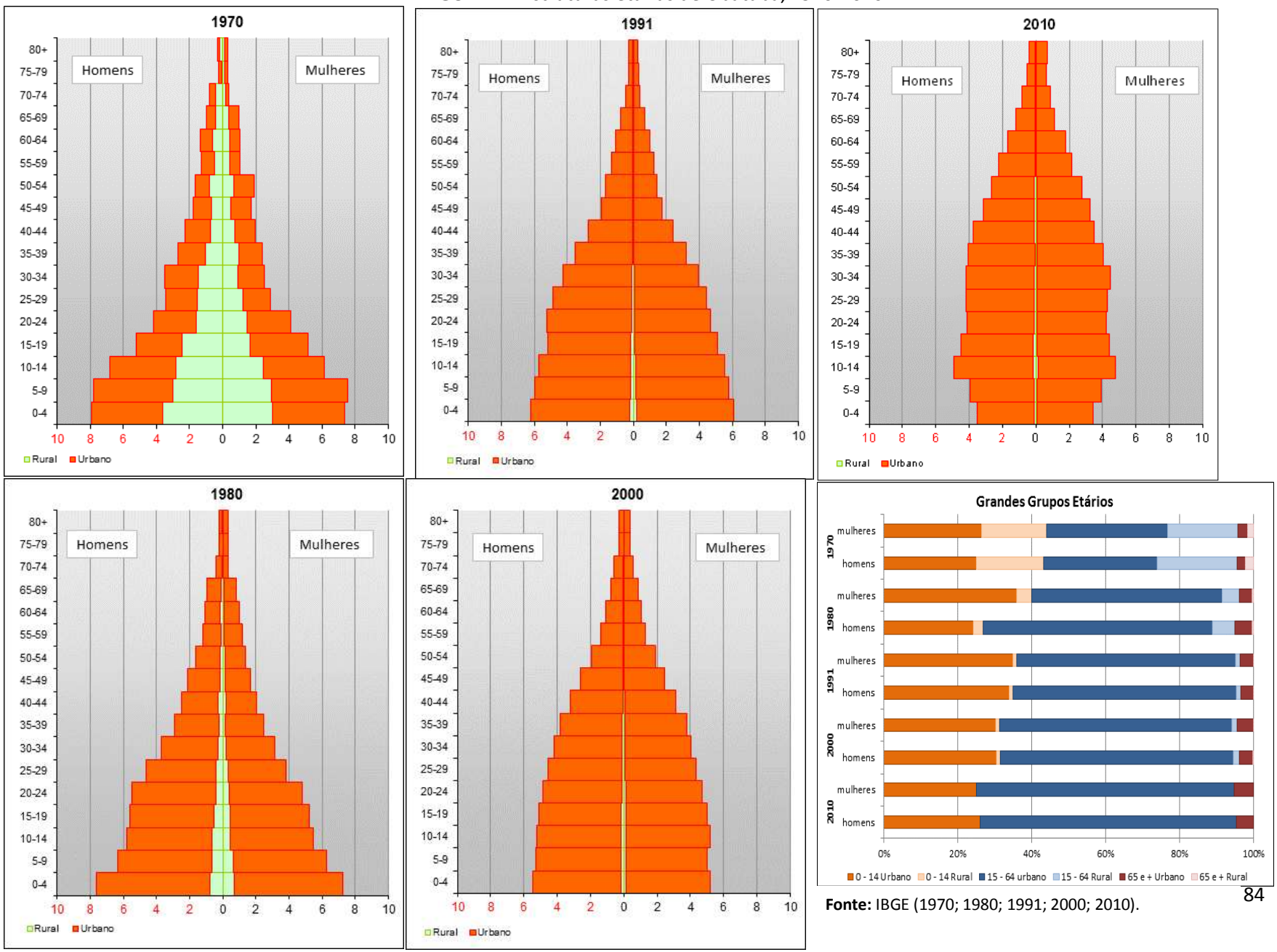
WARNER, K. Environmental change and migration: methodological considerations from ground-breaking global survey. **Population and Environment,** New York, v.33, n.1, sep.2011.

YAZAKI, L. M. Fecundidade da mulher paulista abaixo do nível de reposição. **Estudos Avançados,** São Paulo, v.17, n.49, set./dez.2003.

YOUNG, E. G. Esboço histórico da fundação da cidade de Iguape. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo,** São Paulo, v.2, 1898.

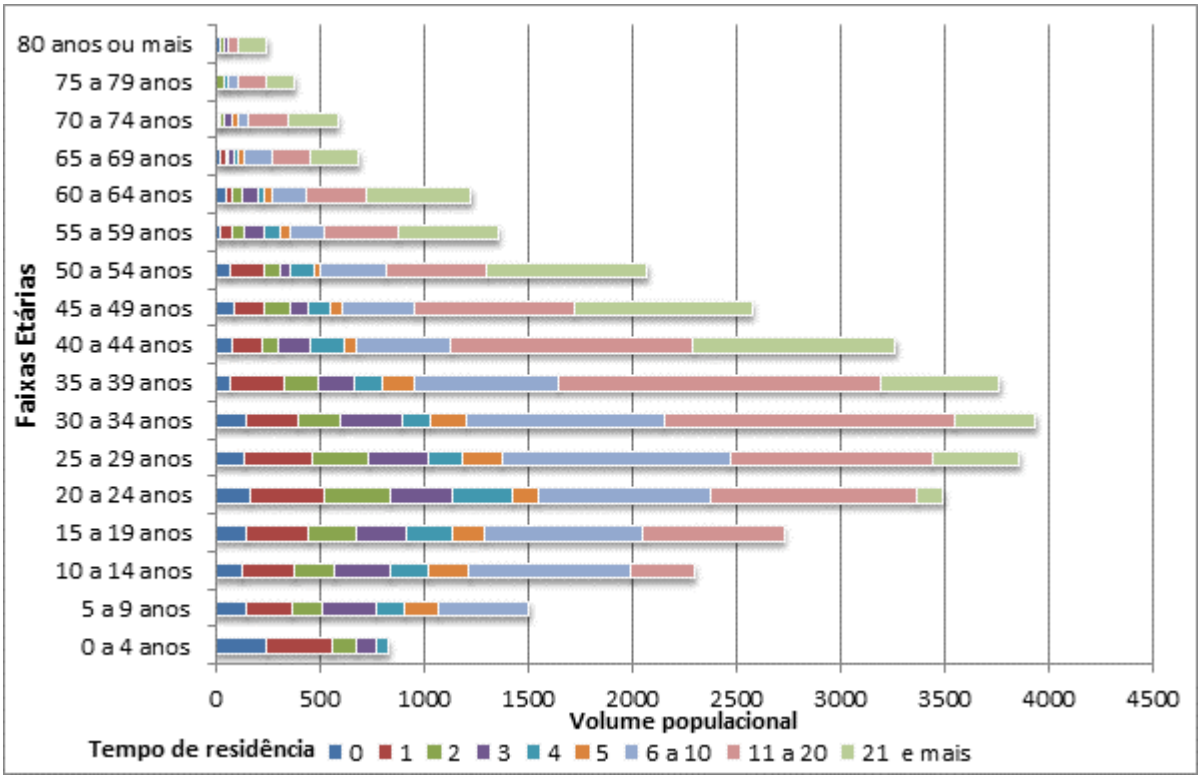
Anexos

FIGURA 1 - Estruturas etárias de Ubatuba, 1970-2010



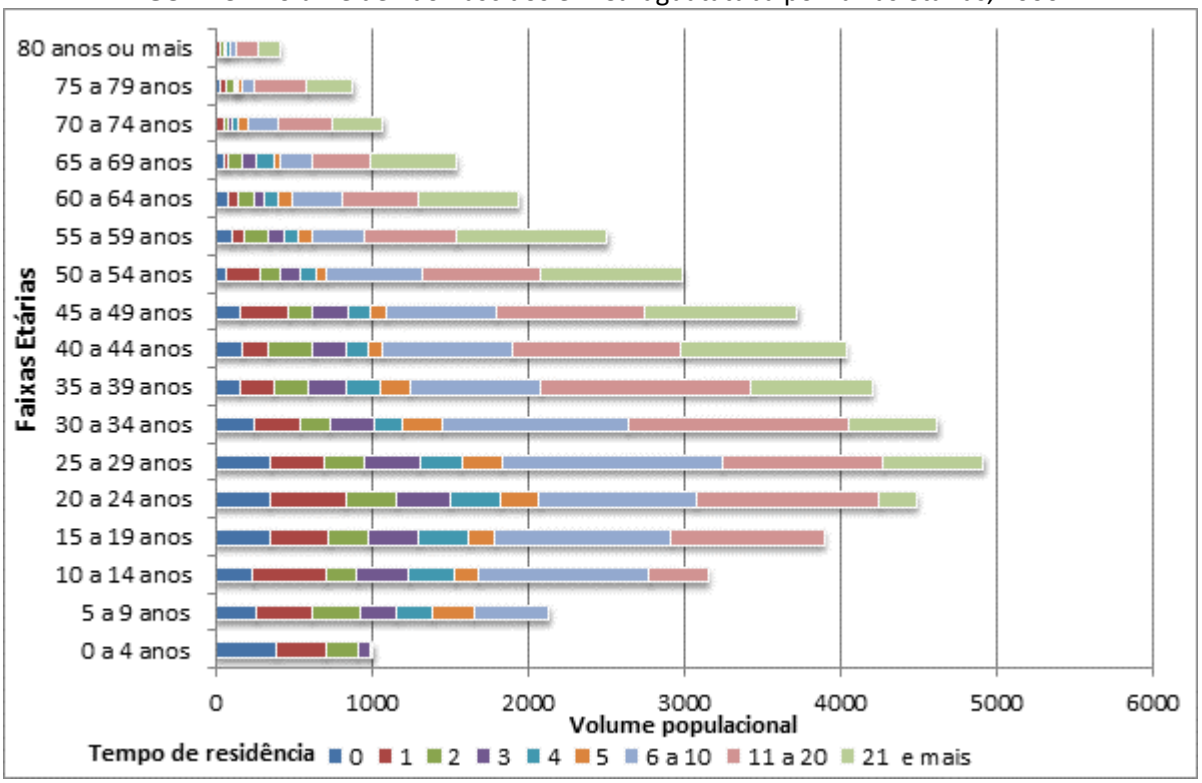
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 2 - Volume de não nascidos em Ubatuba por faixas etárias, 2000



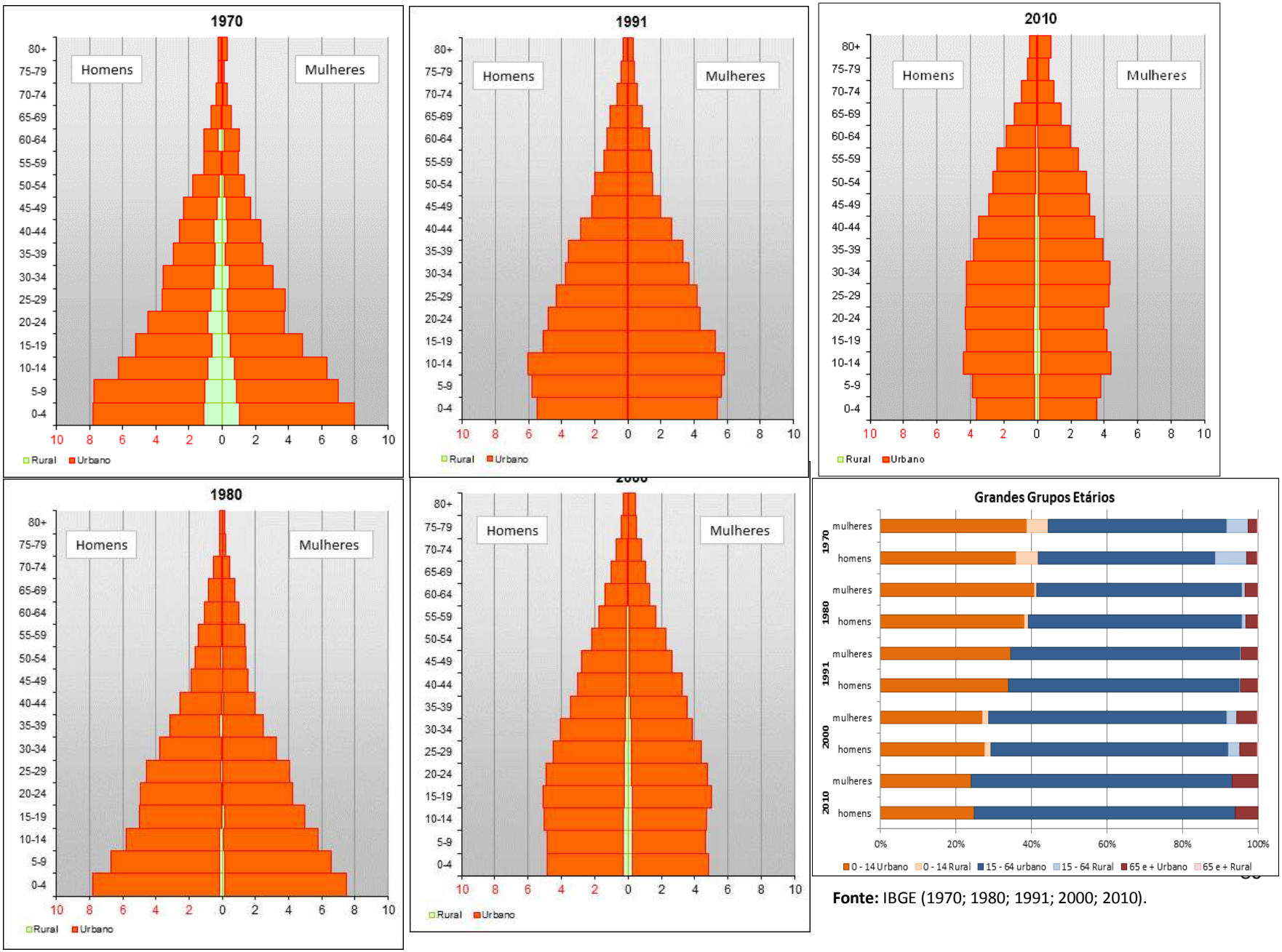
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 3 - Volume de não nascidos em Caraguatatuba por faixas etárias, 2000



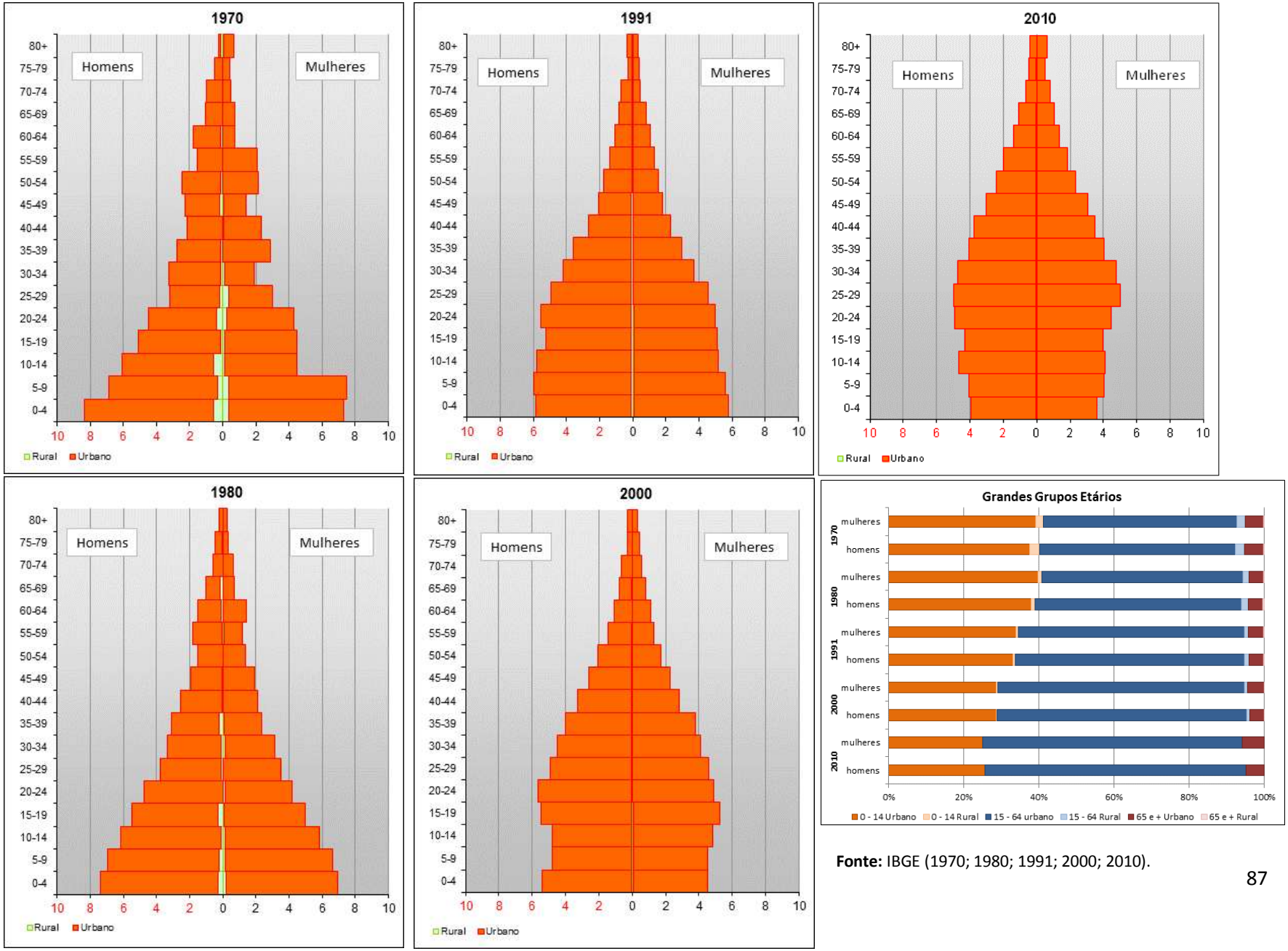
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 4 - Estruturas etárias de Caraguatatuba, 1970-2010



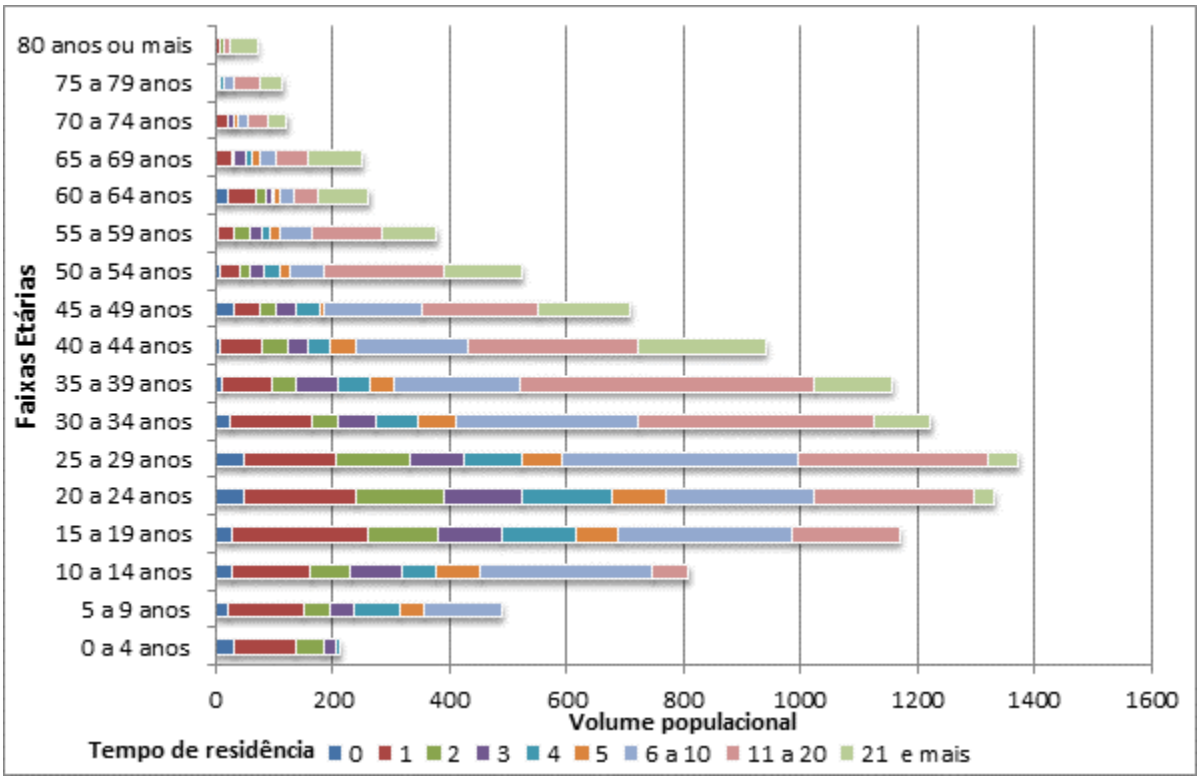
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 5 - Estruturas etárias de Ilhabela, 1970-2010



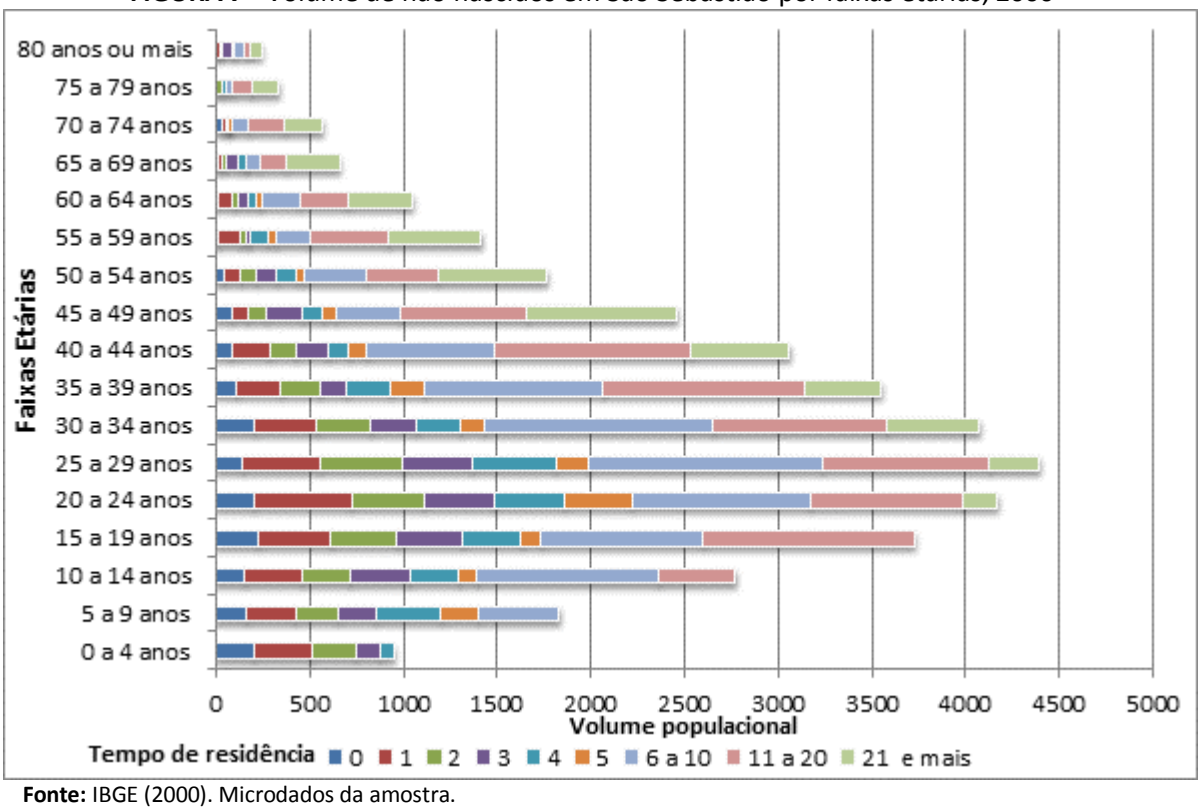
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 6 - Volume de não nascidos em Ilhabela por faixas etárias, 2000



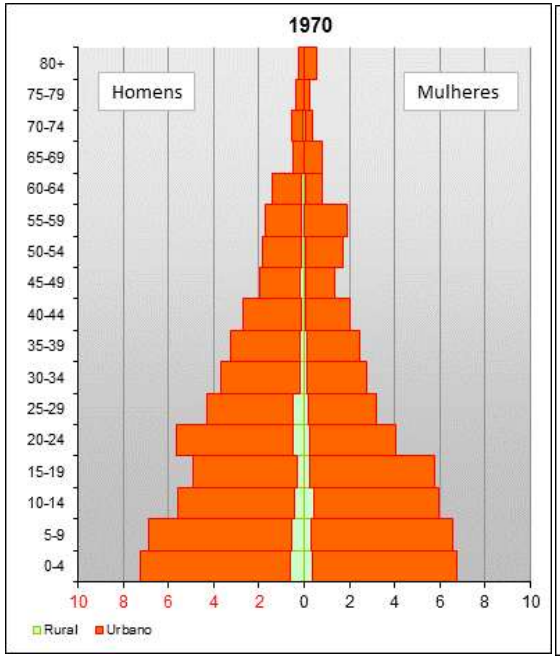
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

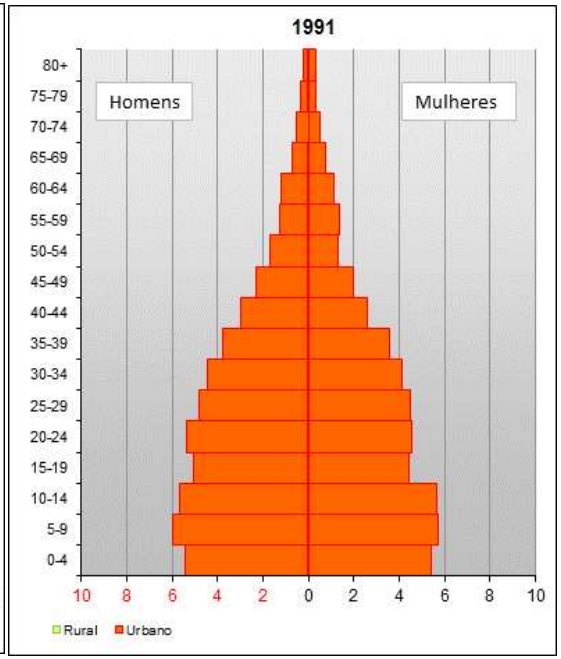
FIGURA 7 - Volume de não nascidos em São Sebastião por faixas etárias, 2000

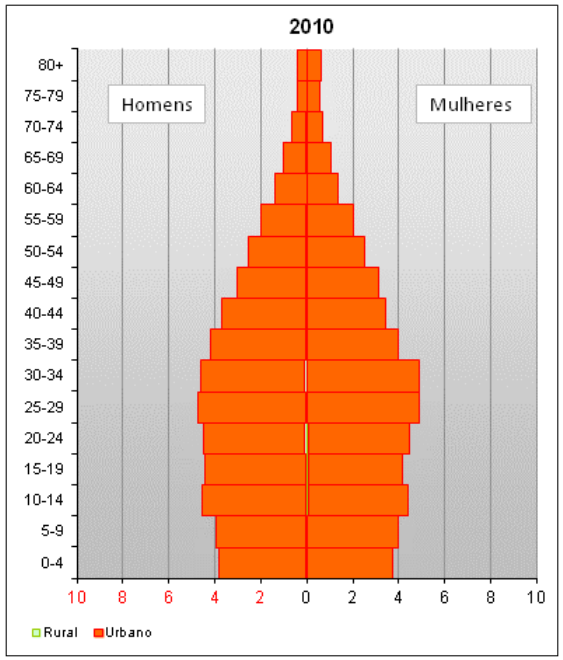


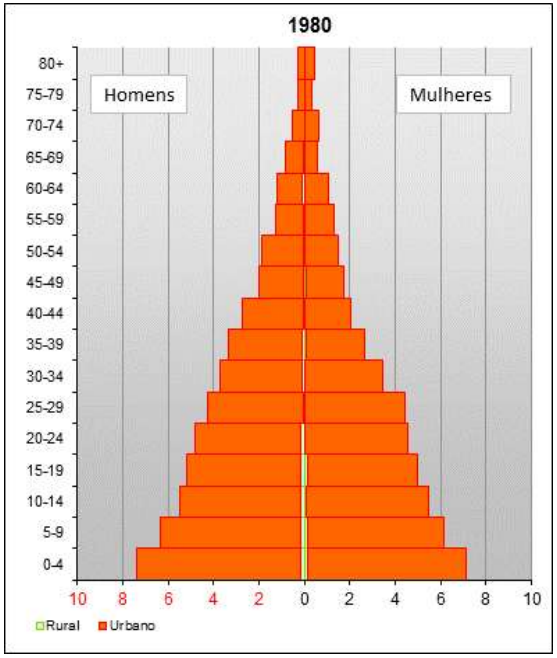
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

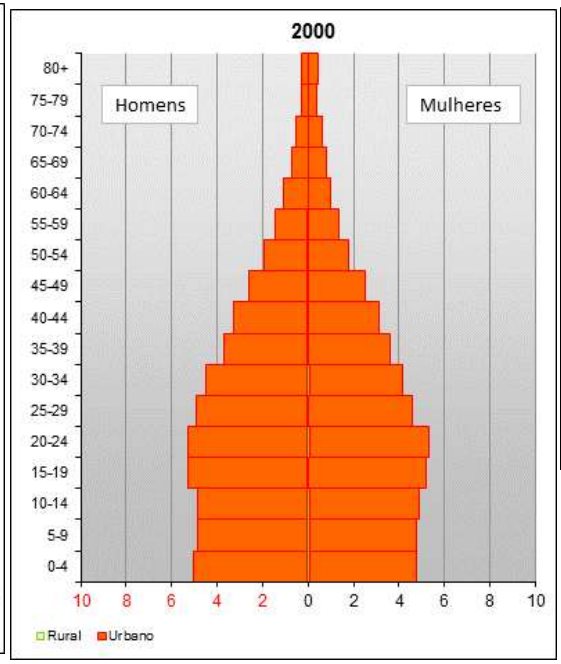
FIGURA 8 - Estruturas etárias de São Sebastião, 1970-2010

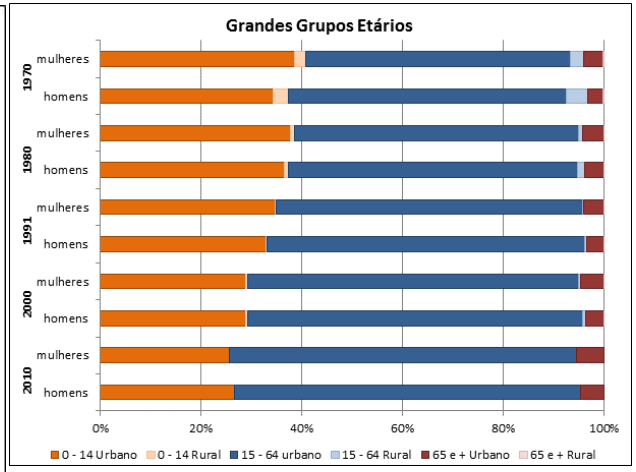






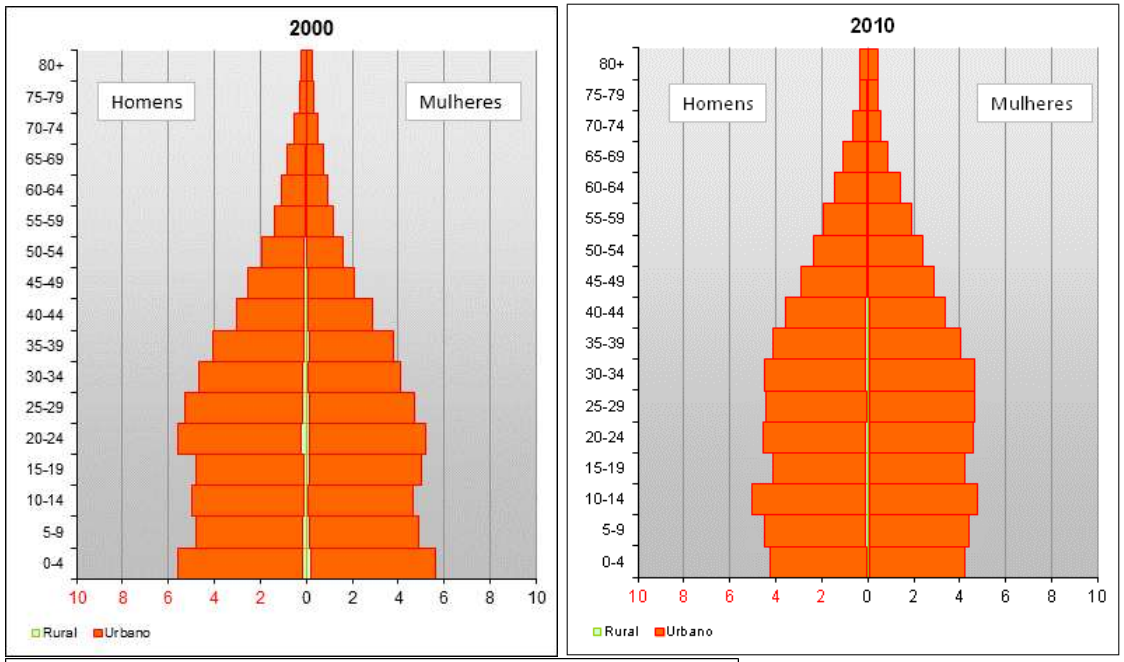


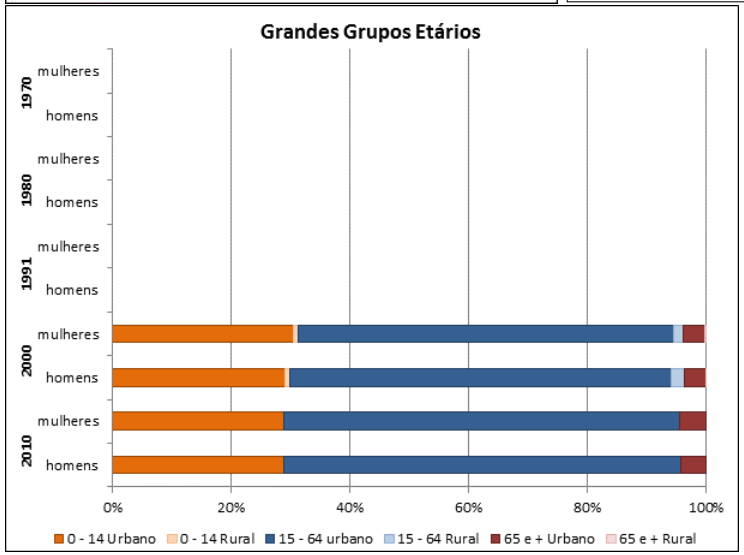




Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

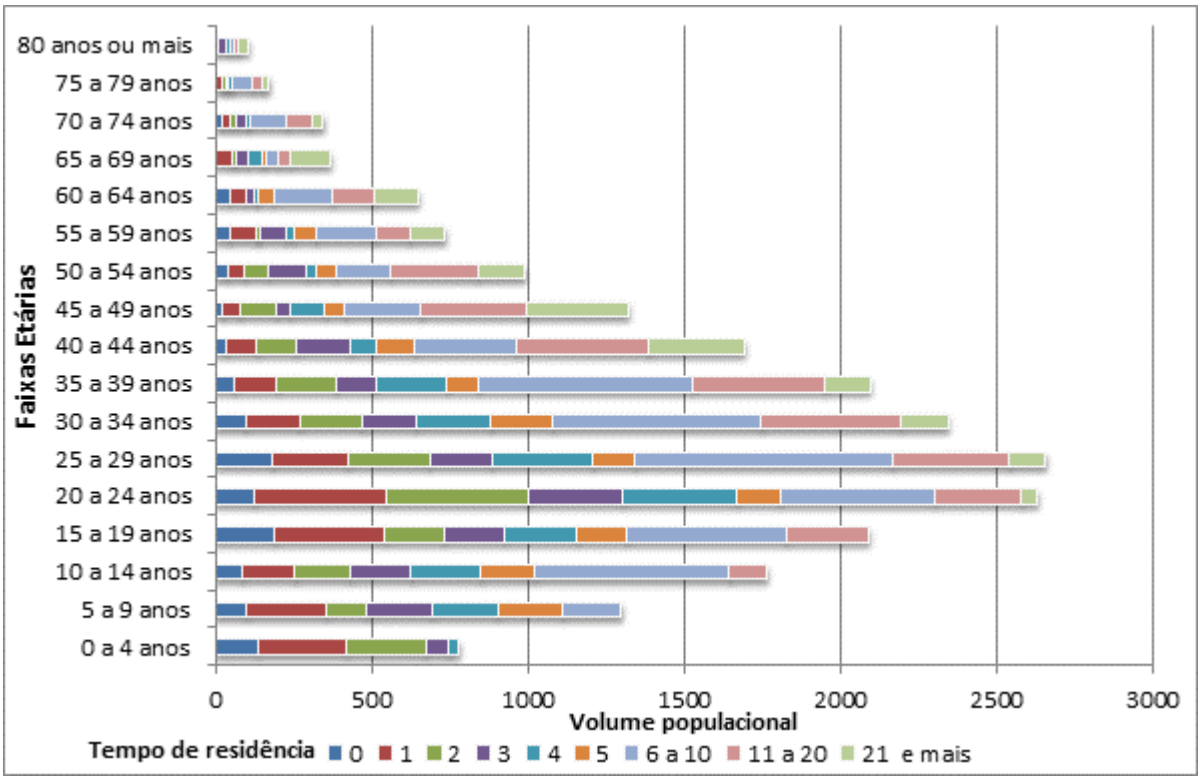
FIGURA 9 - Estruturas etárias de Bertioga, 2000-2010





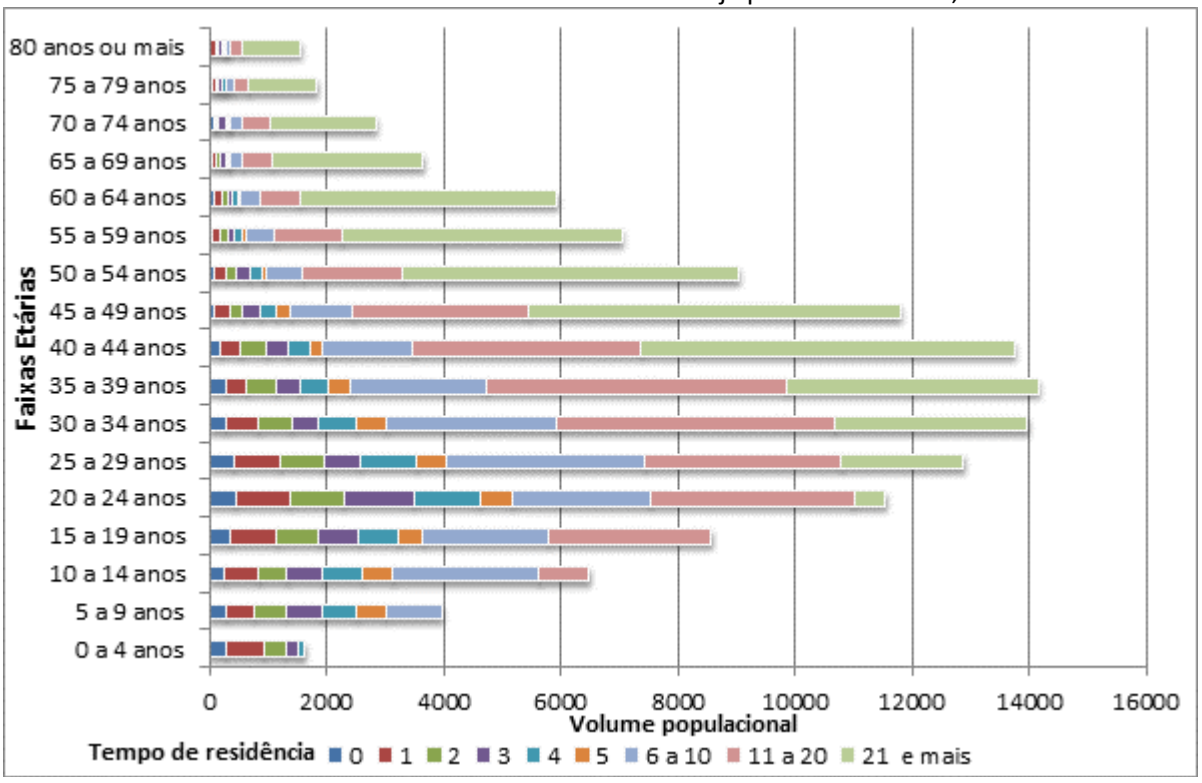
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 10 - Volume de não nascidos em Bertioga por faixas etárias, 2000



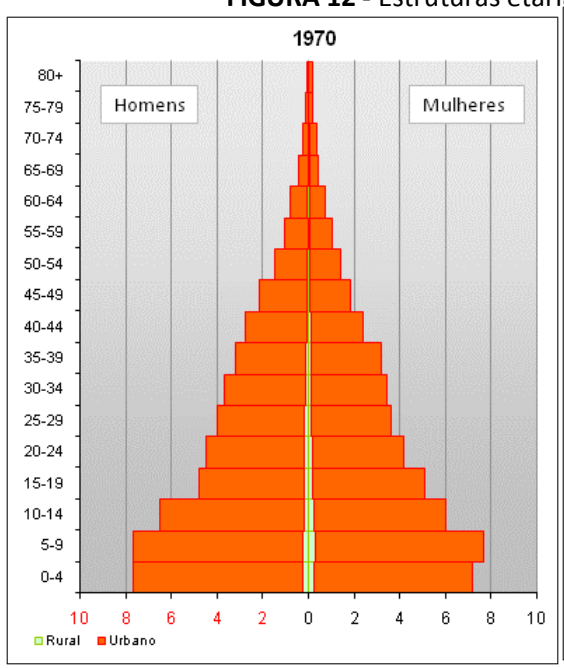
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

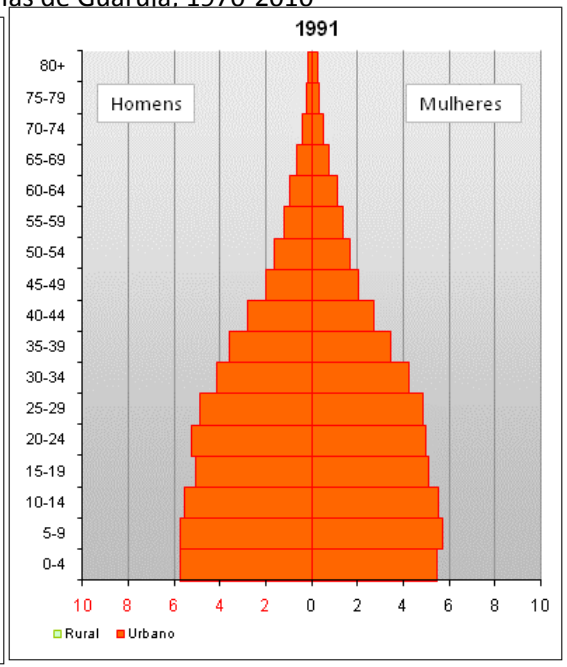
FIGURA 11 - Volume de não nascidos no Guarujá por faixas etárias, 2000

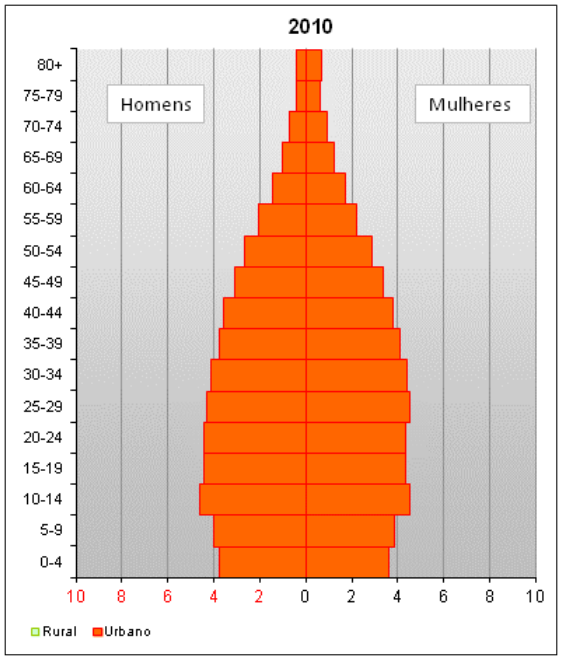


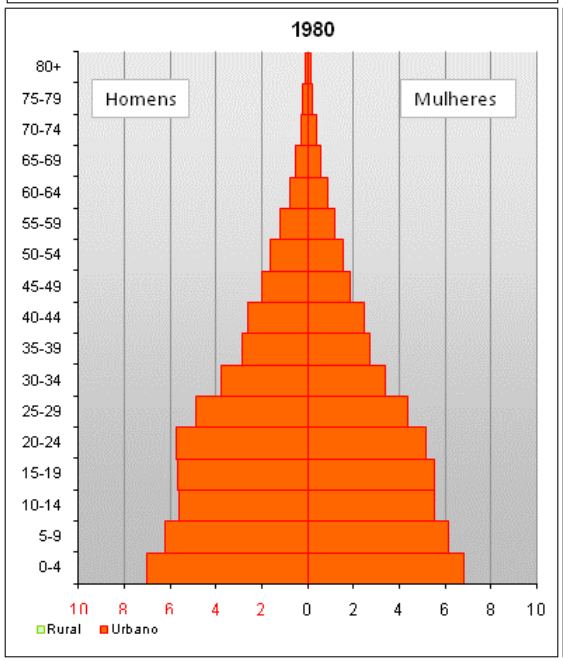
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

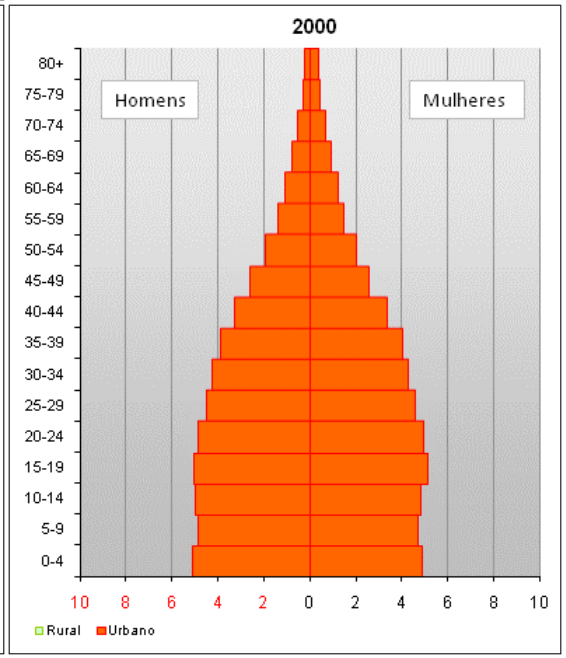
FIGURA 12 - Estruturas etárias de Guaruiá, 1970-2010

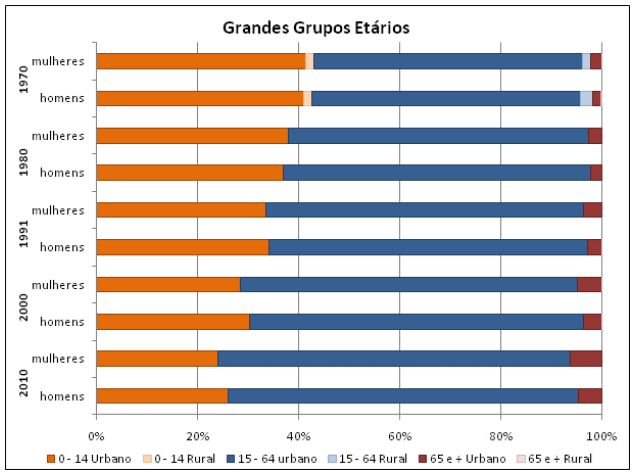






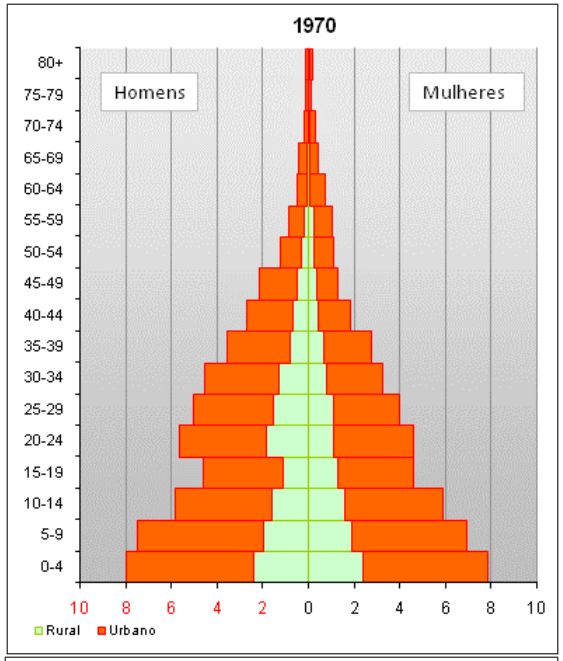


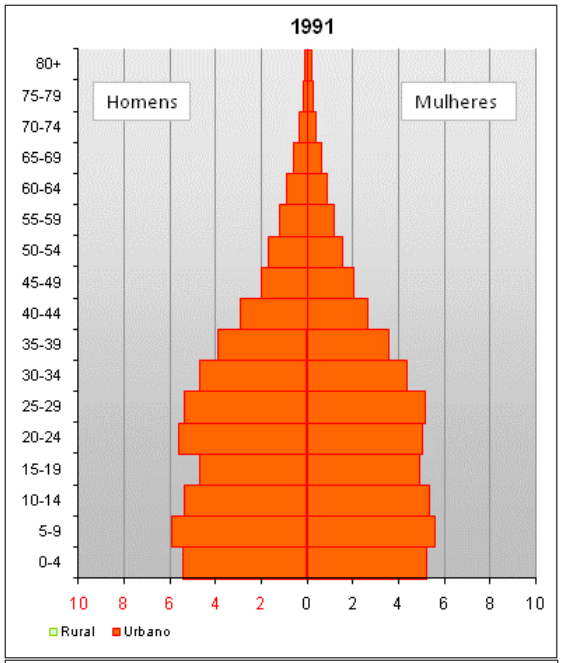


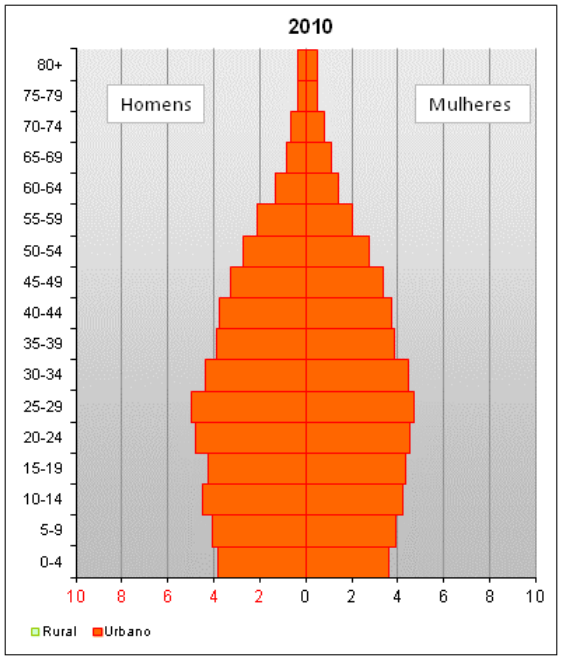


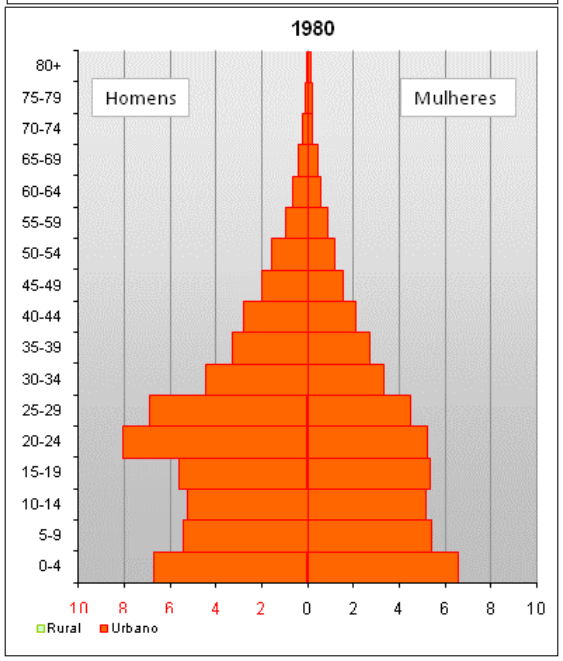
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

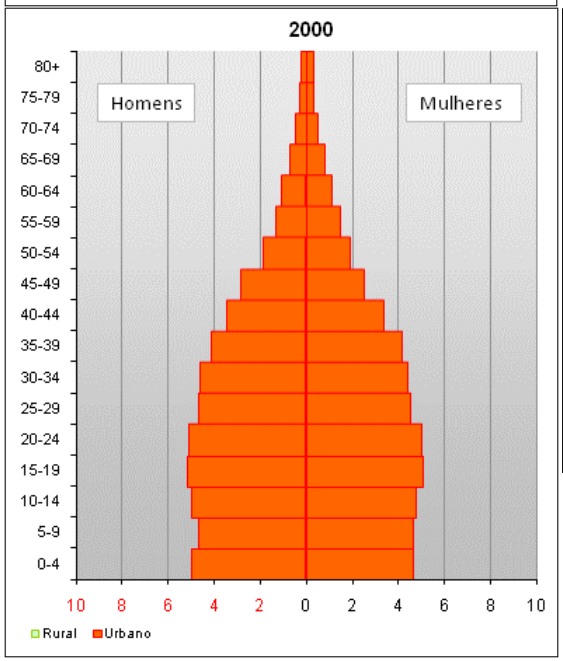
FIGURA 13 - Estruturas etárias de Cubatão, 1970-2010

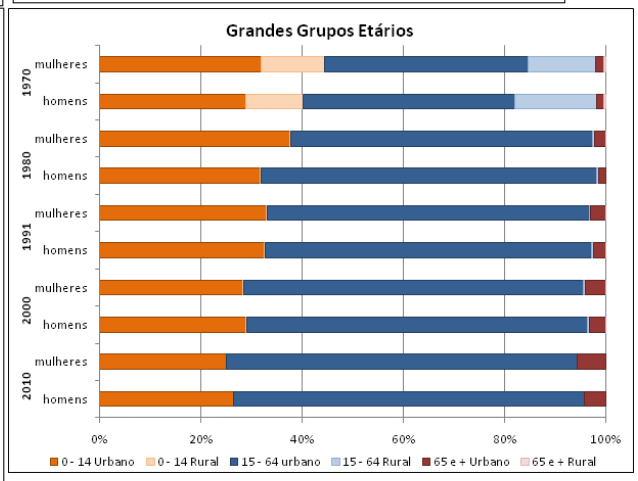






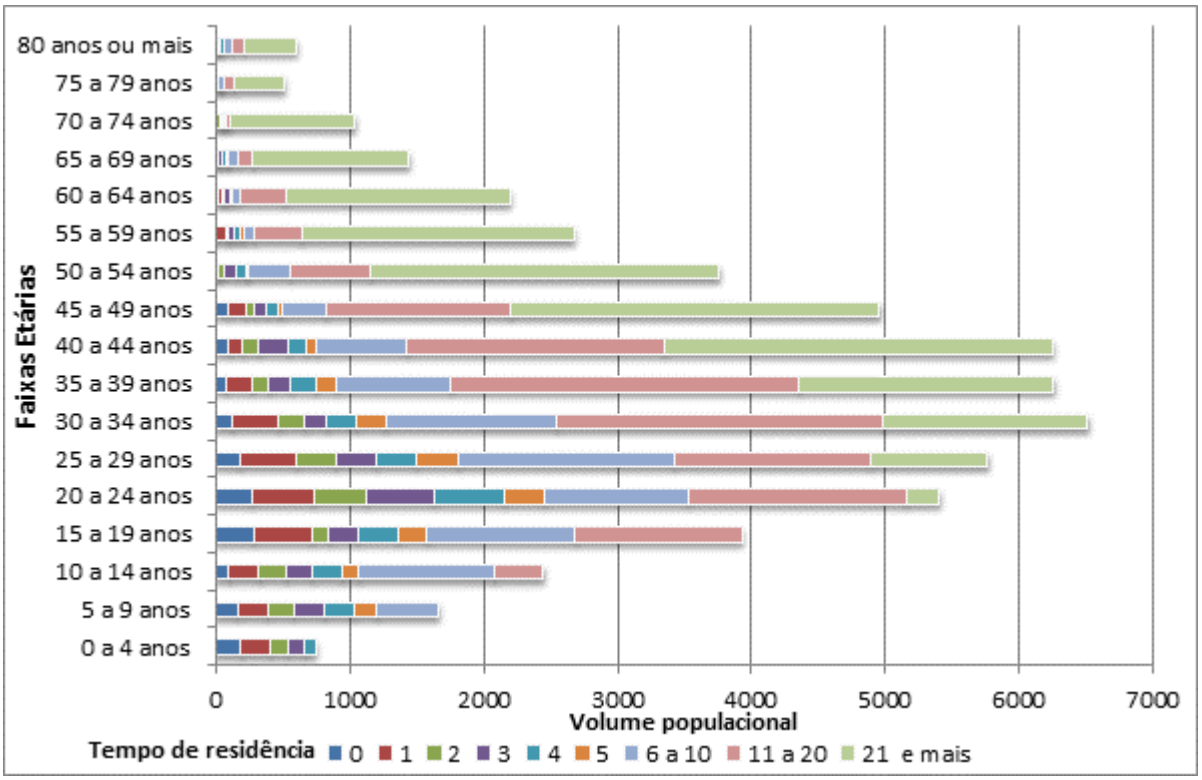






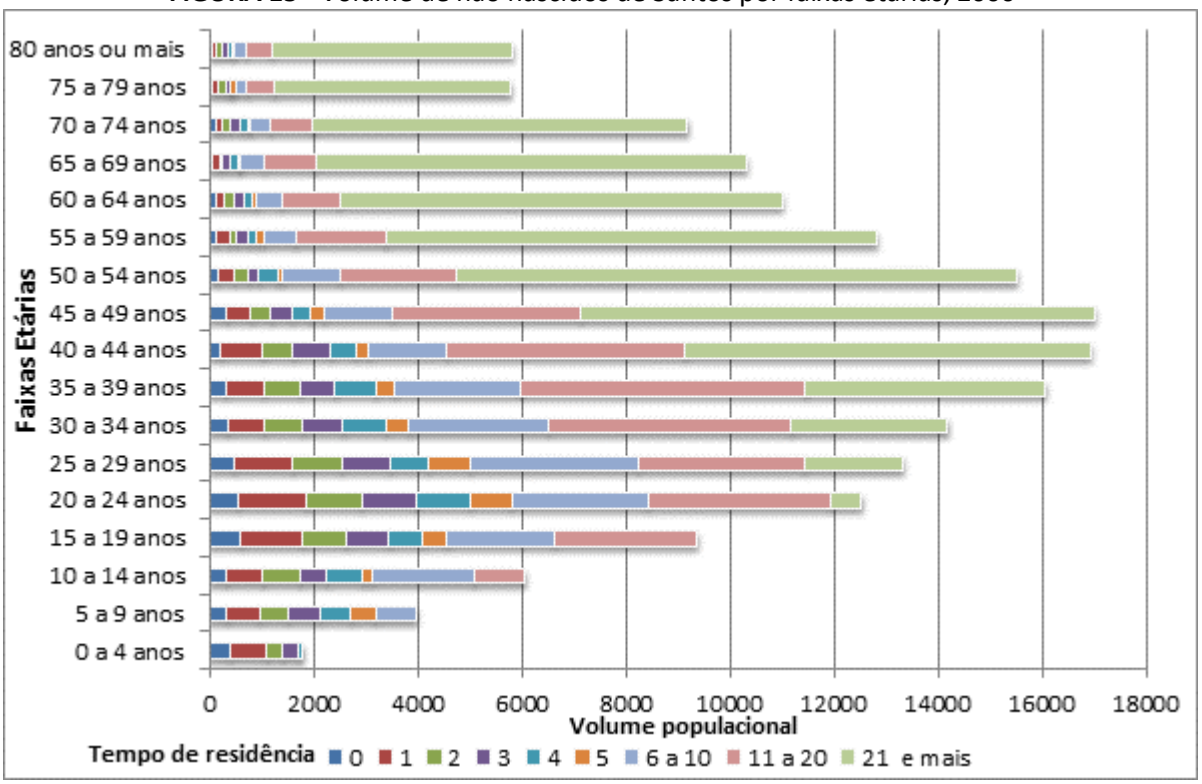
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 14 - Volume de não nascidos de Cubatão por faixas etárias, 2000



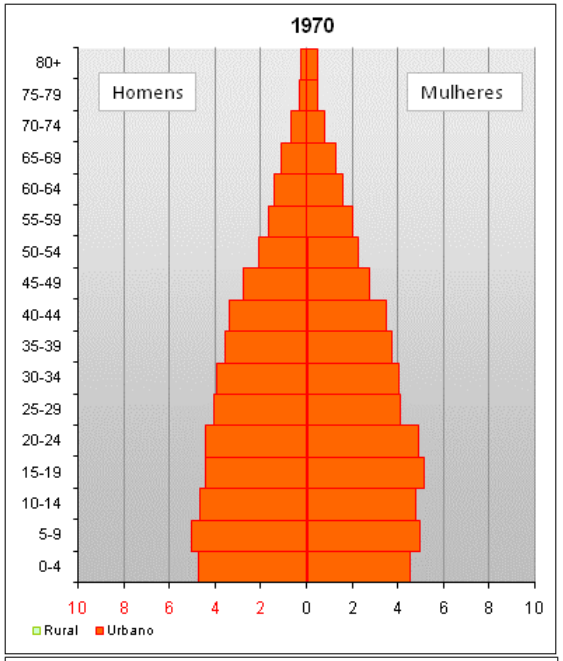
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra 2000.

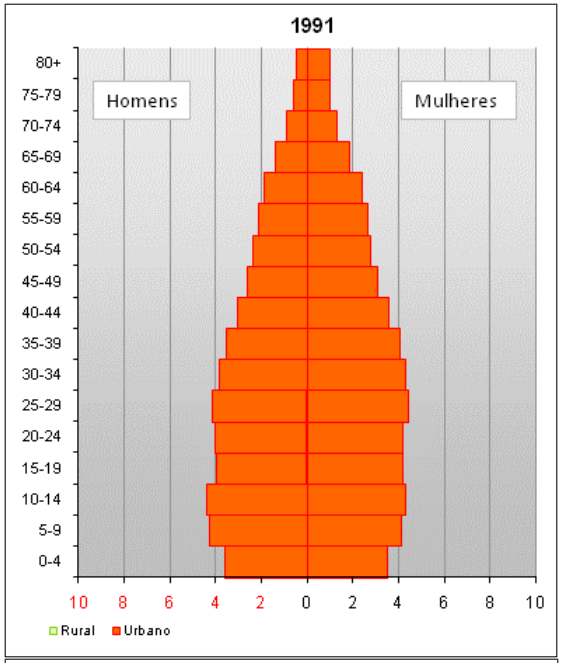
FIGURA 15 - Volume de não nascidos de Santos por faixas etárias, 2000

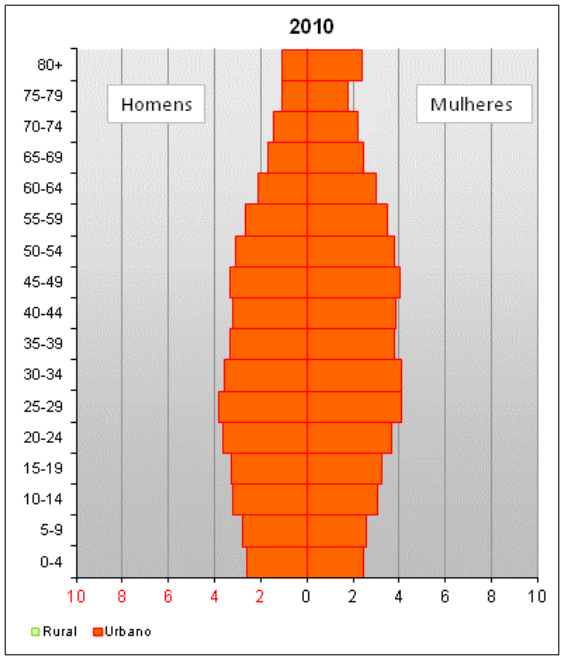


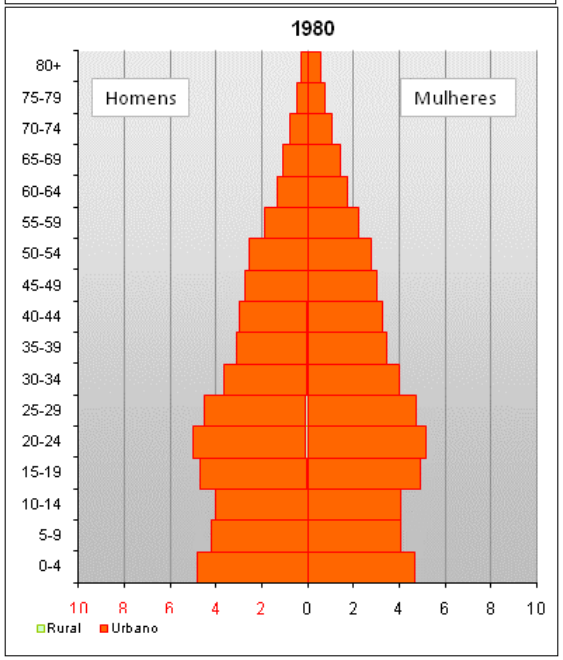
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

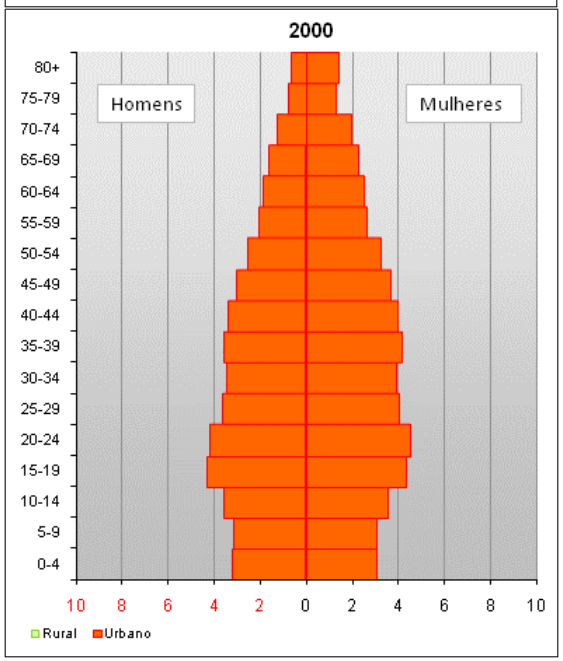
FIGURA 16 - Estruturas etárias de Santos, 1970-2010

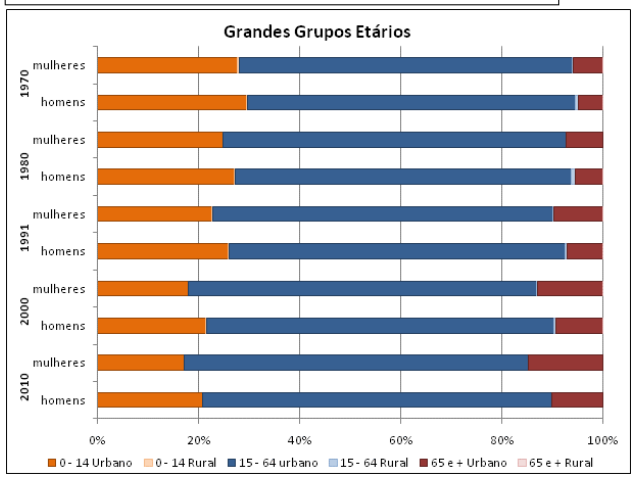






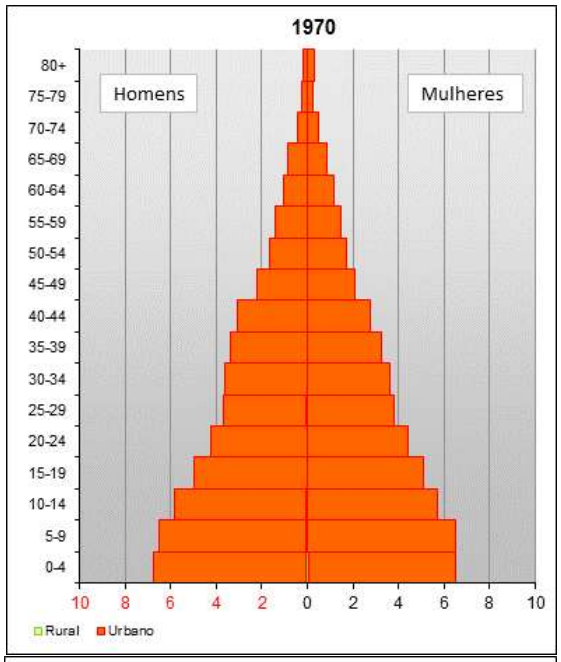


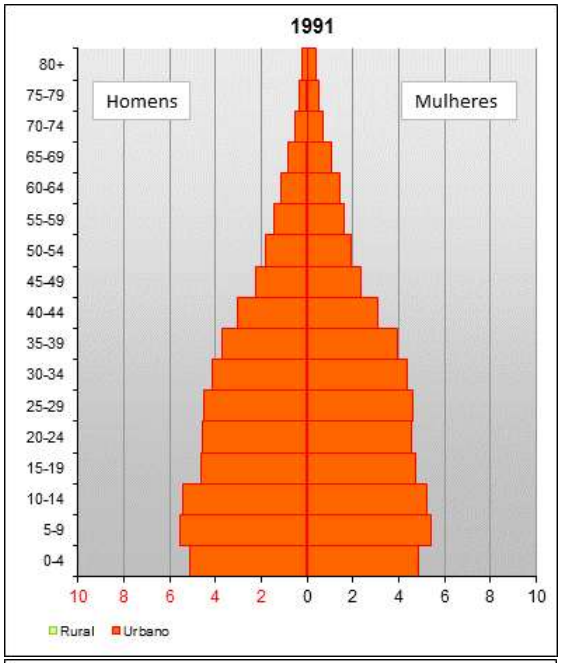


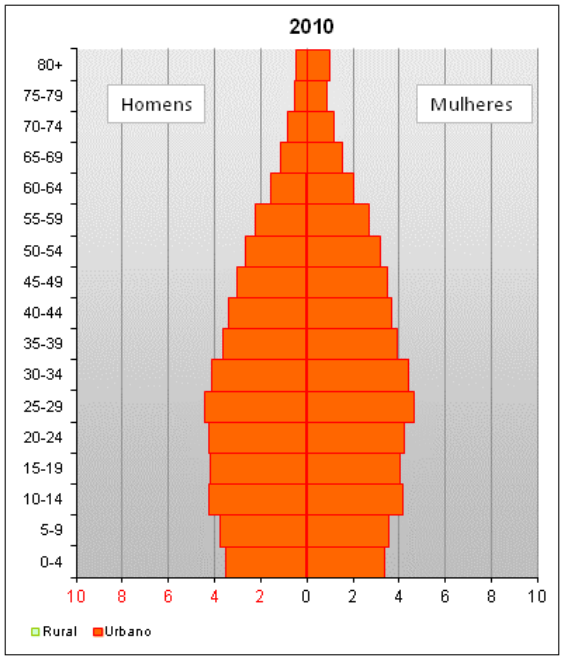


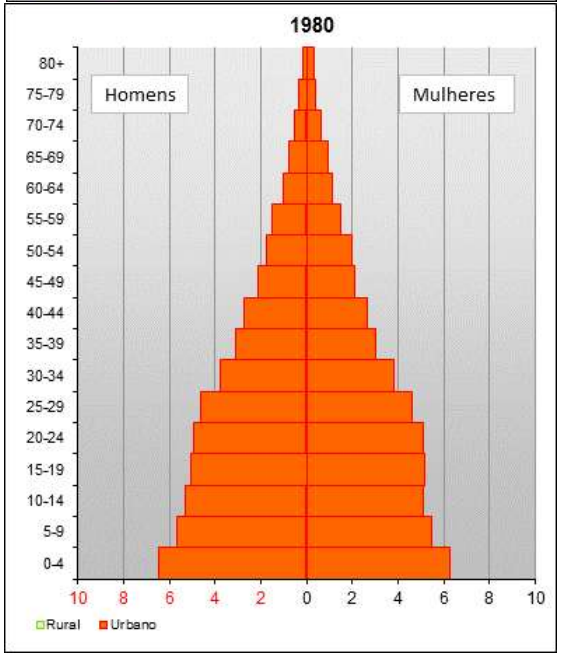
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

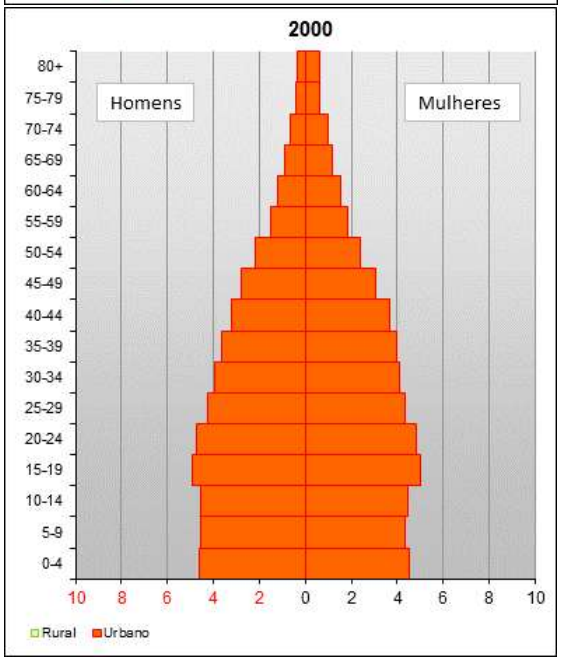
FIGURA 17 - Estruturas etárias de São Vicente, 1970-2010

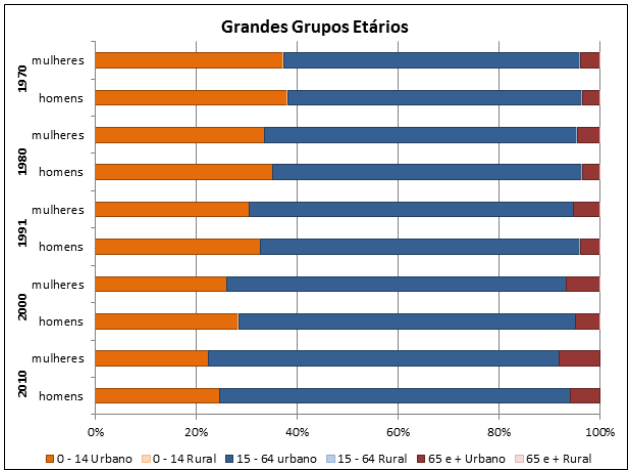






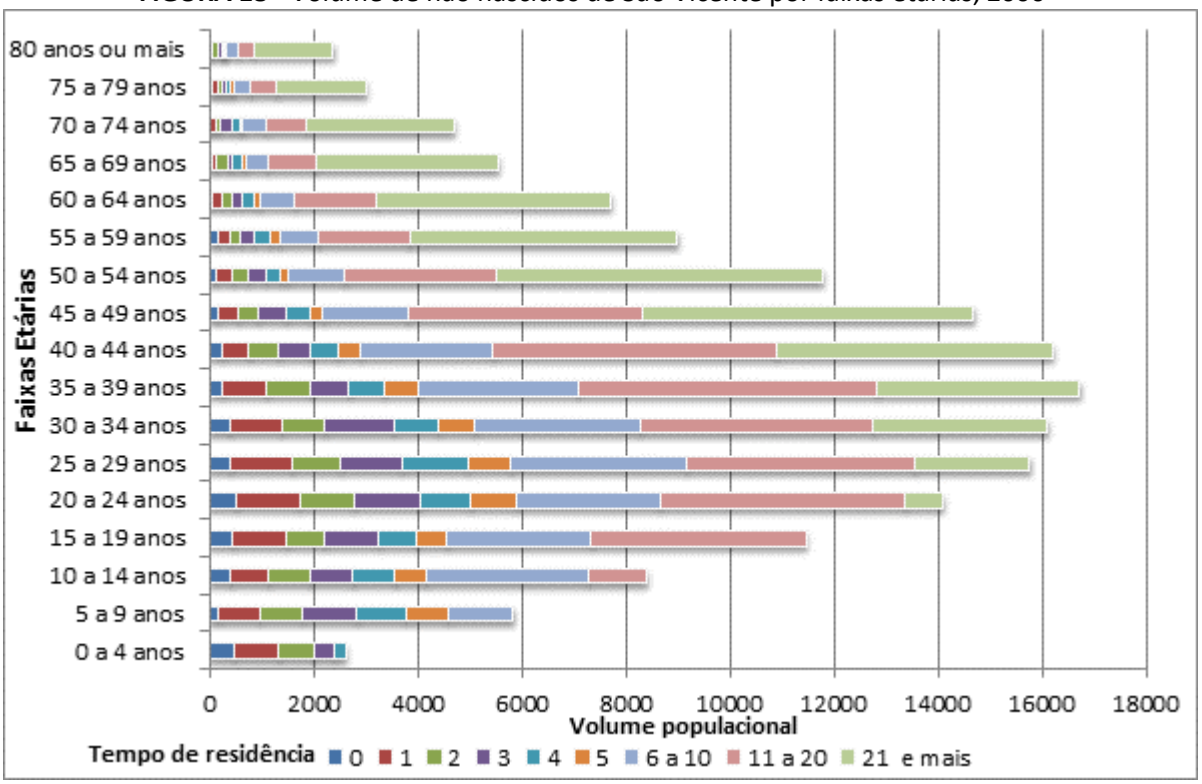






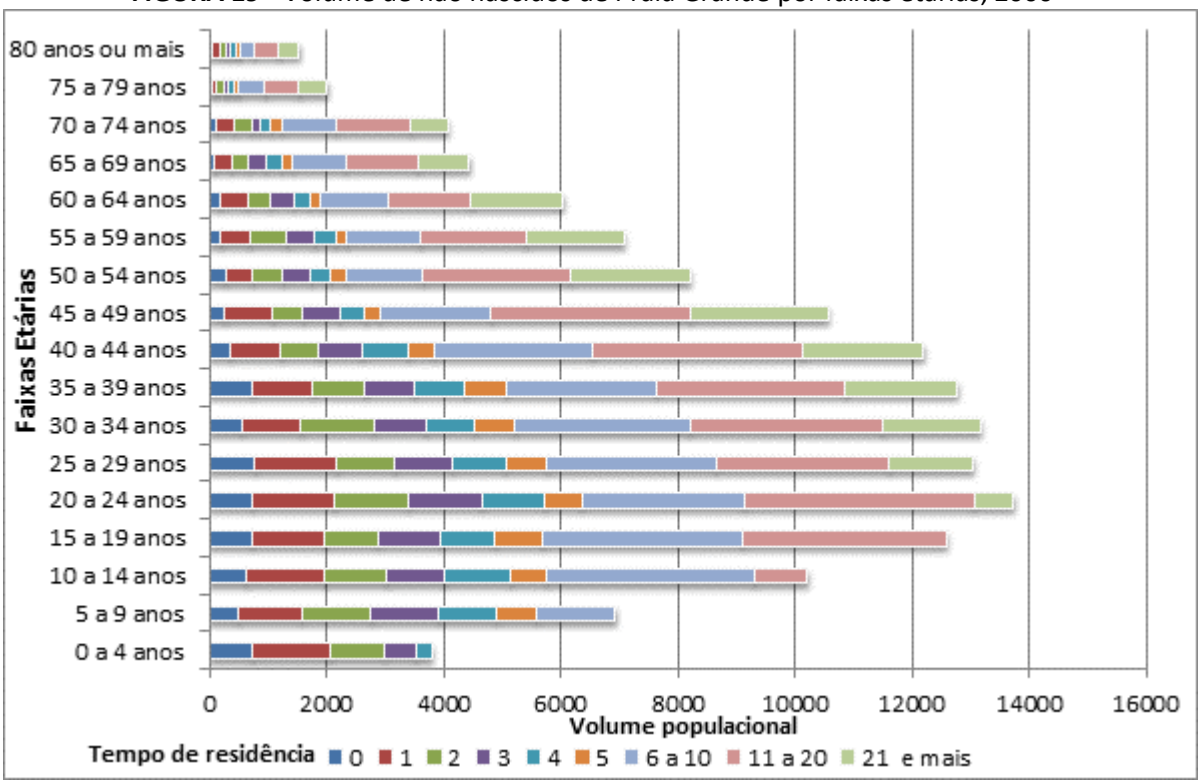
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 18 - Volume de não nascidos de São Vicente por faixas etárias, 2000



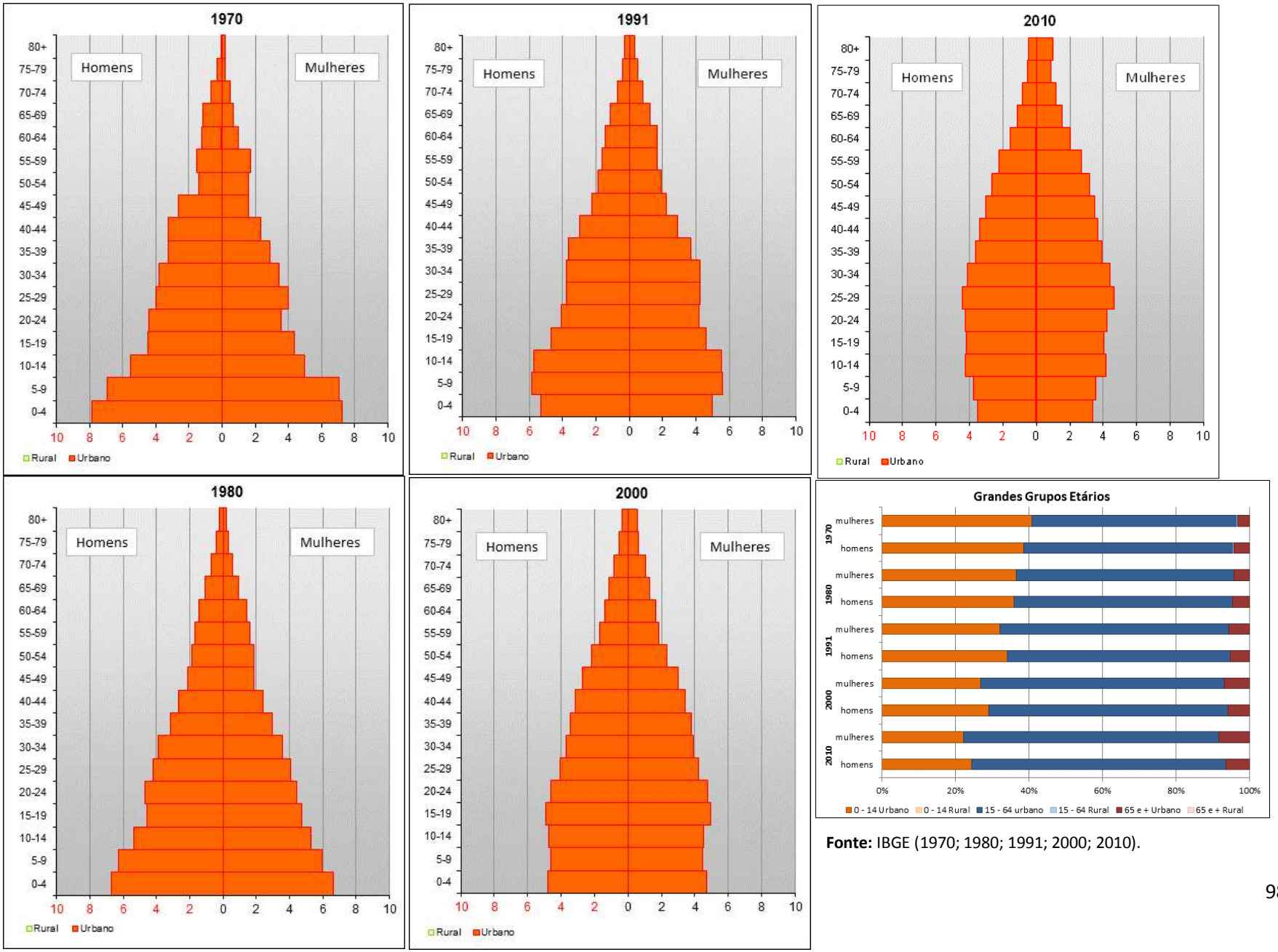
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 19 - Volume de não nascidos de Praia Grande por faixas etárias, 2000



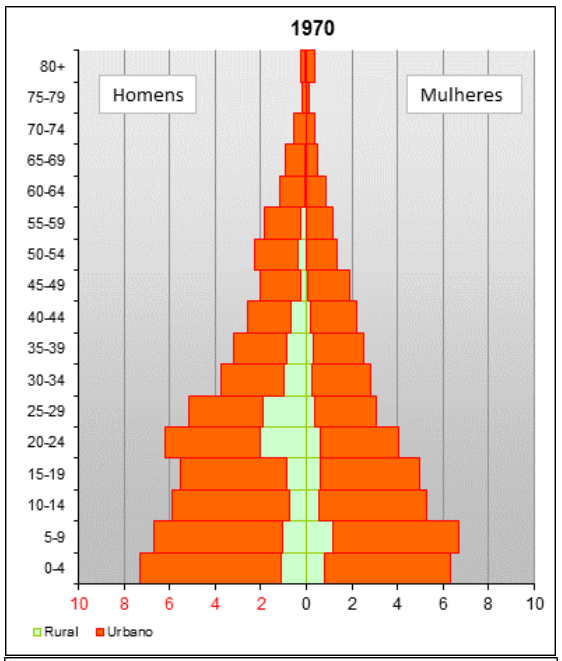
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

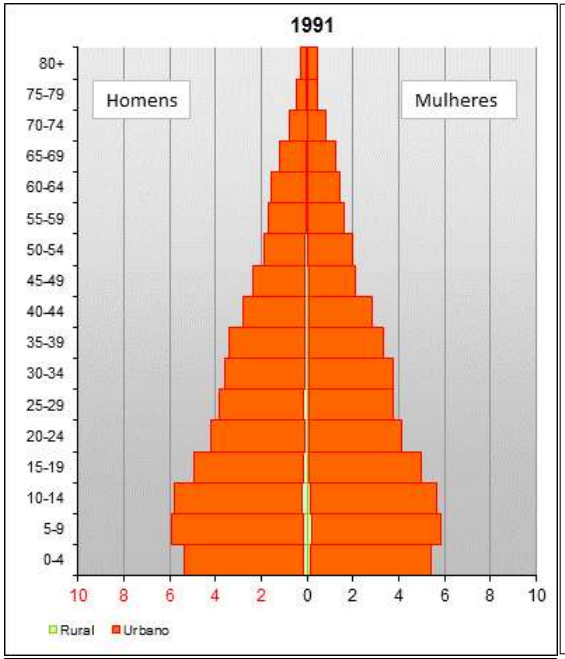
FIGURA 20 - Estruturas etárias de Praia Grande, 1970-2010

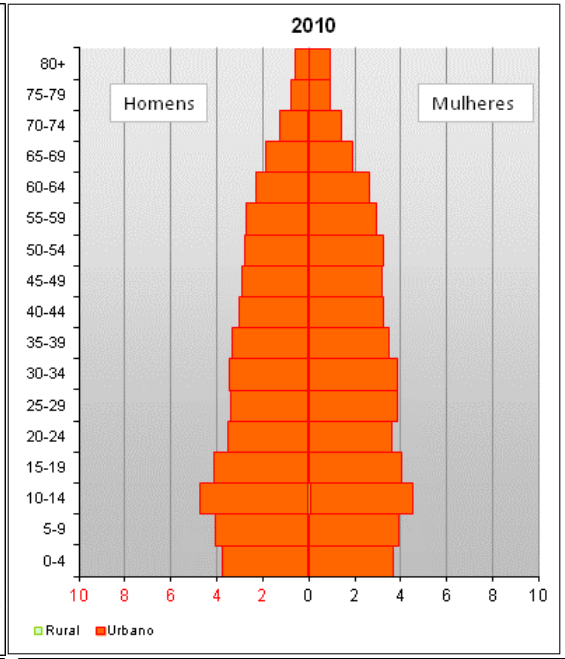


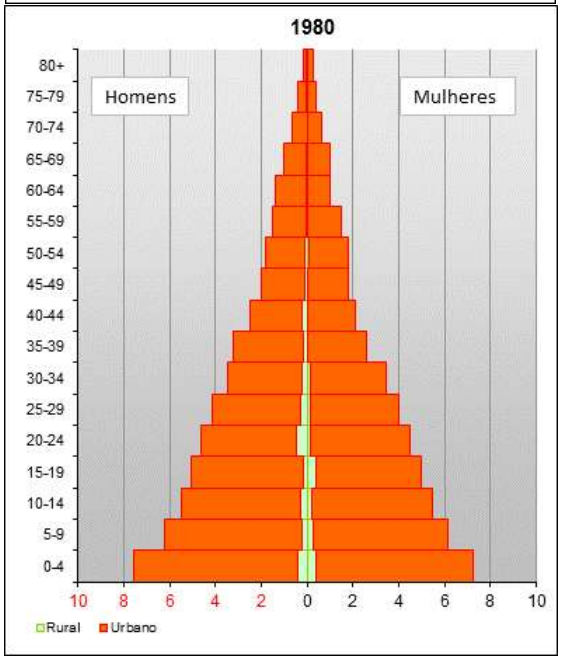
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

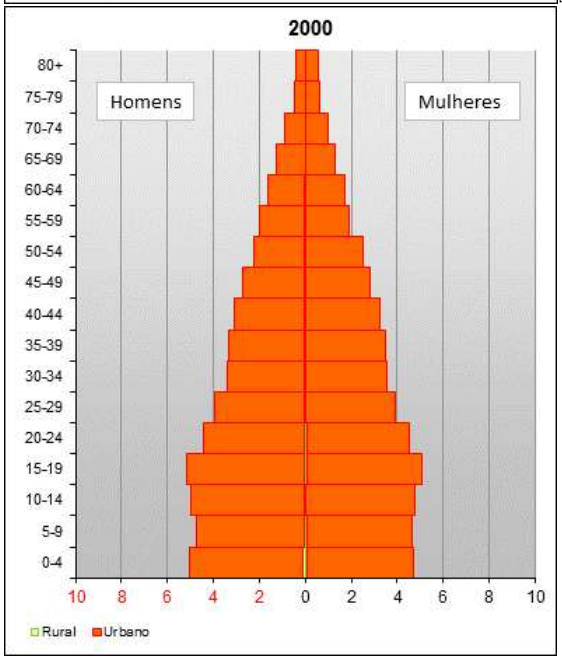
FIGURA 21 - Estruturas etárias de Itanhaém, 1970-2010

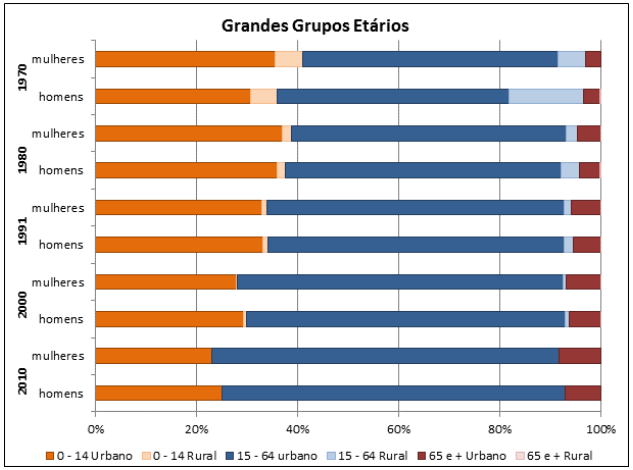






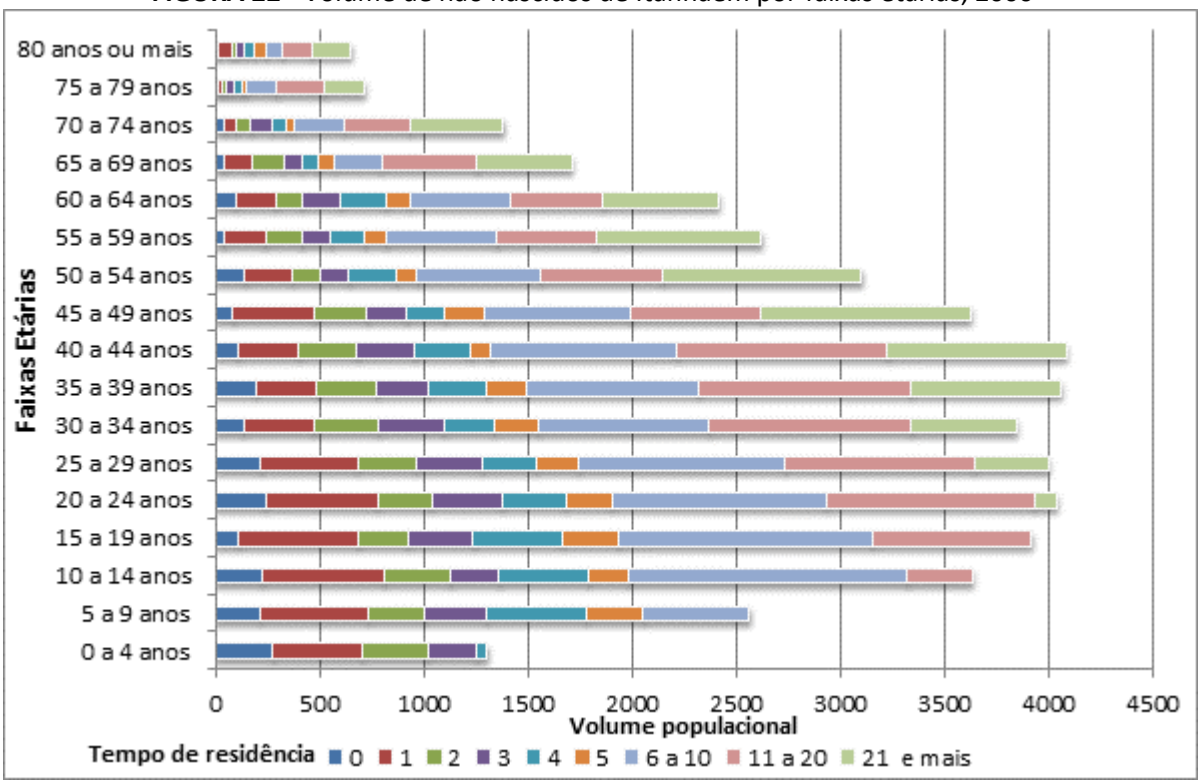






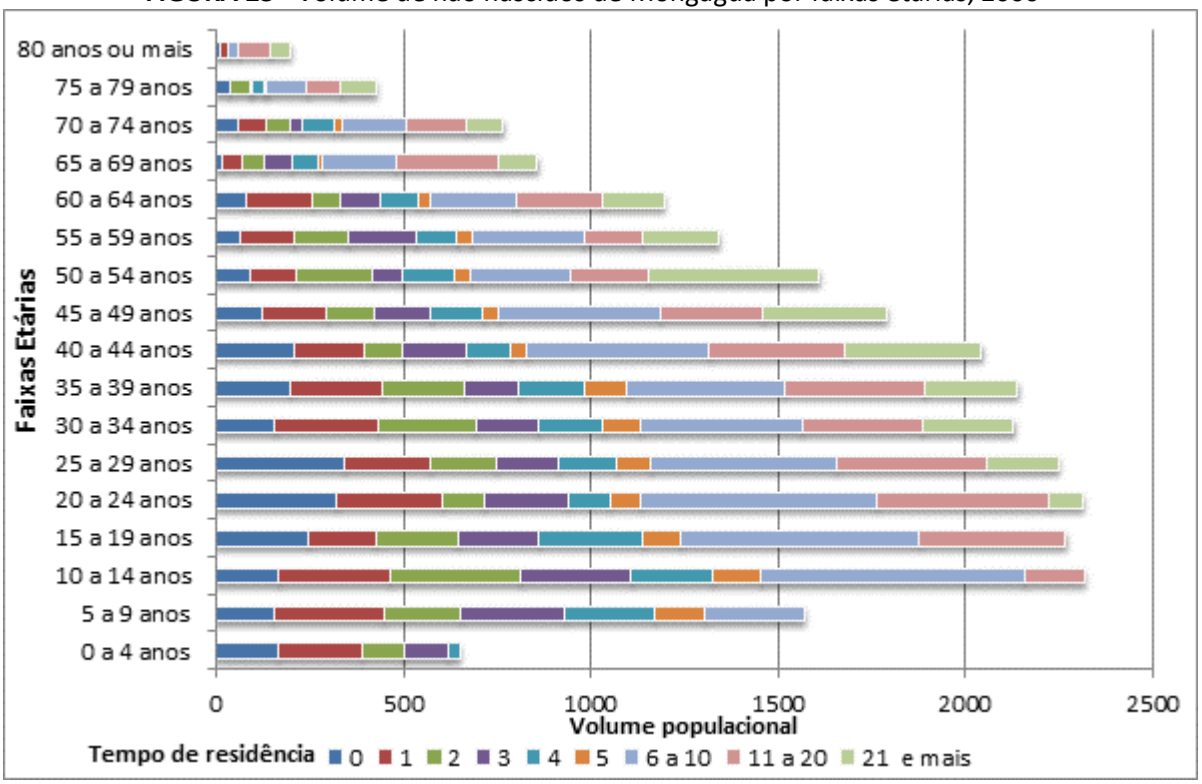
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 22 - Volume de não nascidos de Itanhaém por faixas etárias, 2000



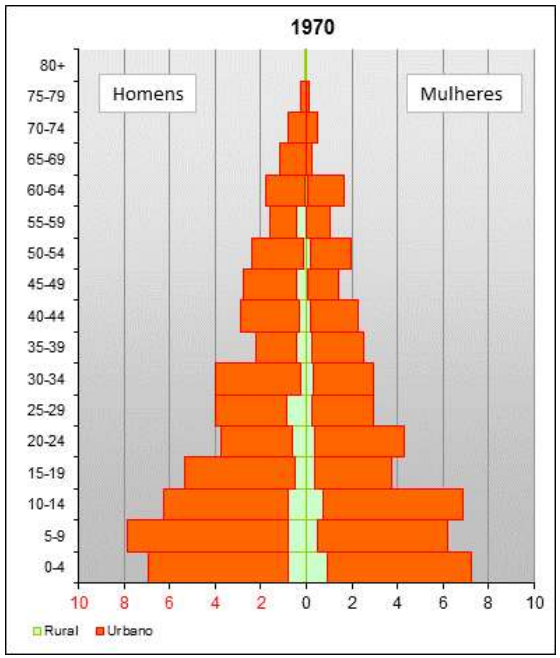
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

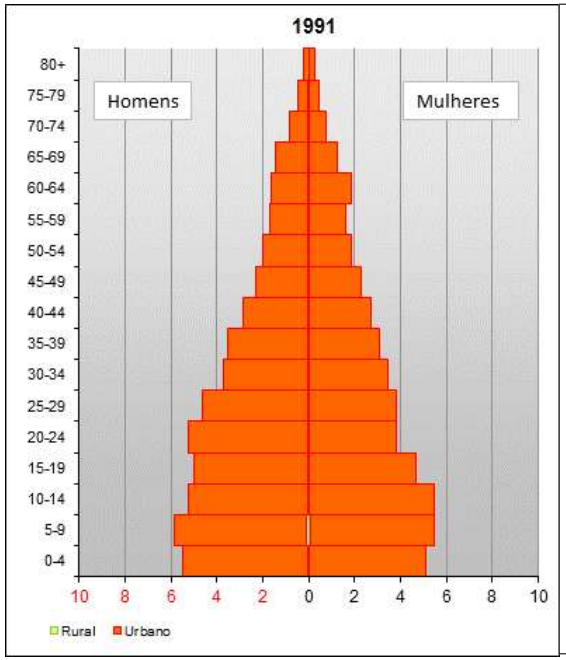
FIGURA 23 - Volume de não nascidos de Mongaguá por faixas etárias, 2000

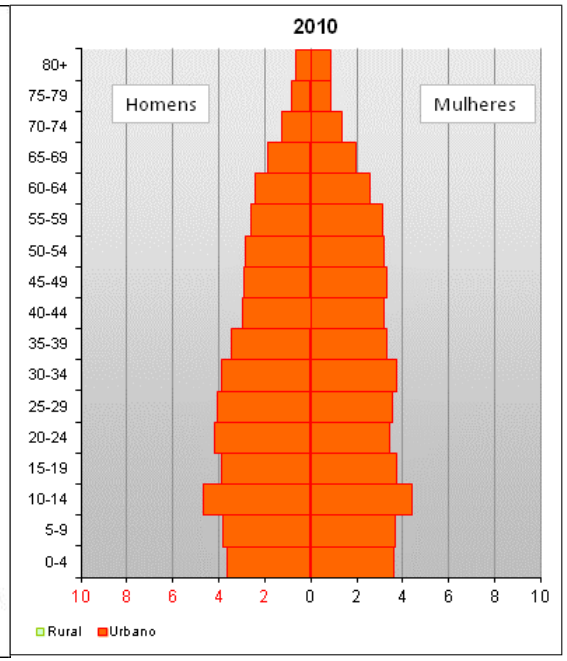


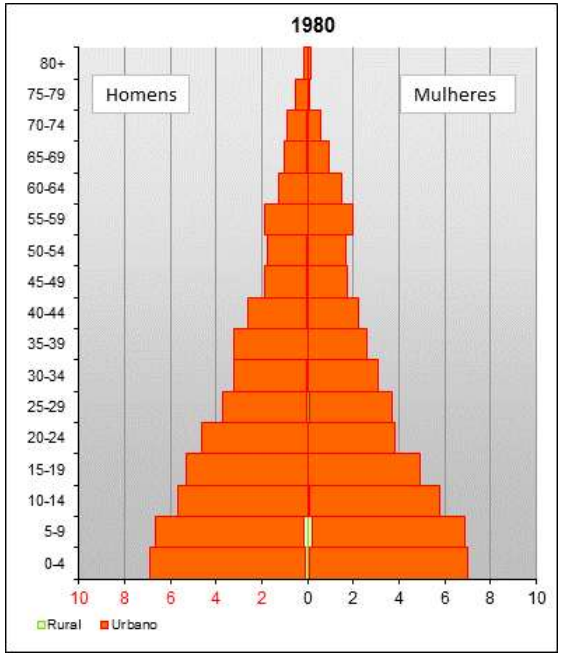
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

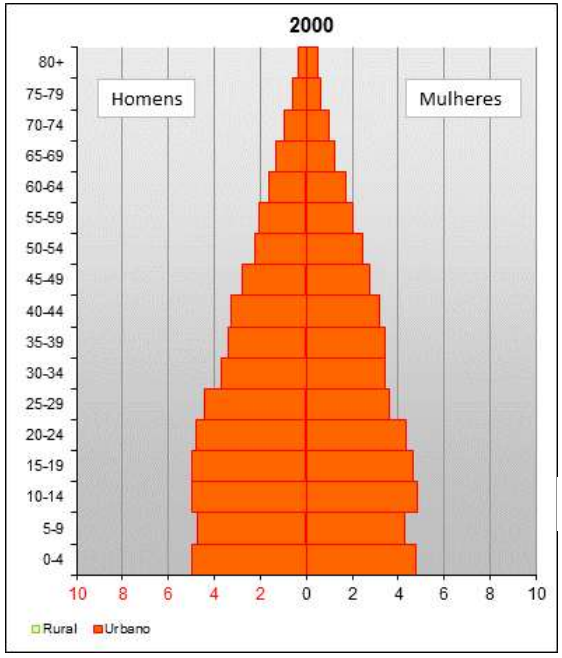
FIGURA 24 - Estruturas etárias de Mongaguá, 1970-2010

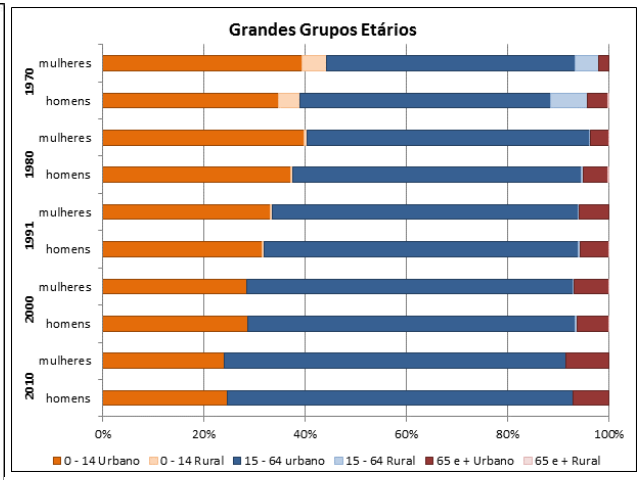






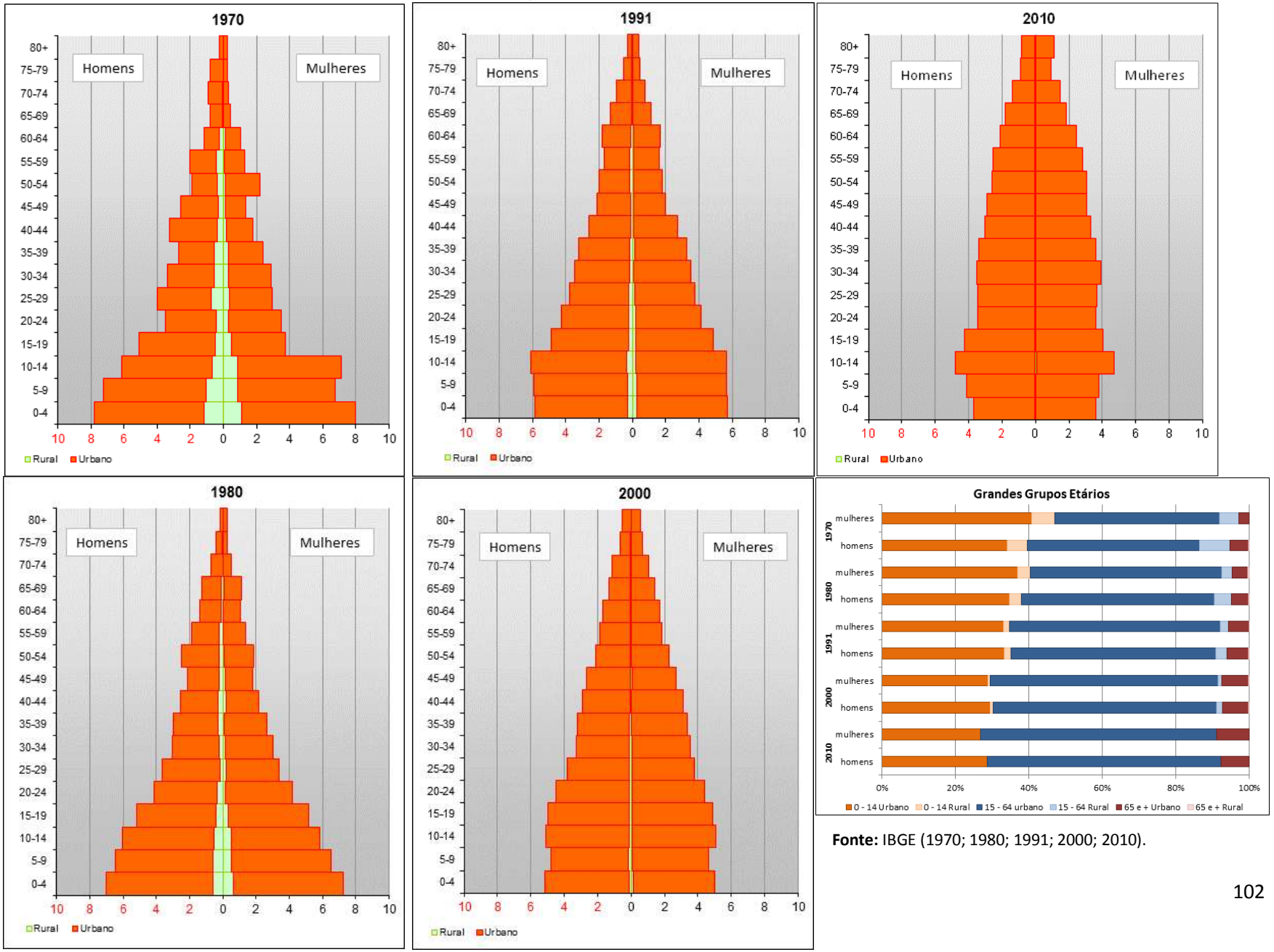






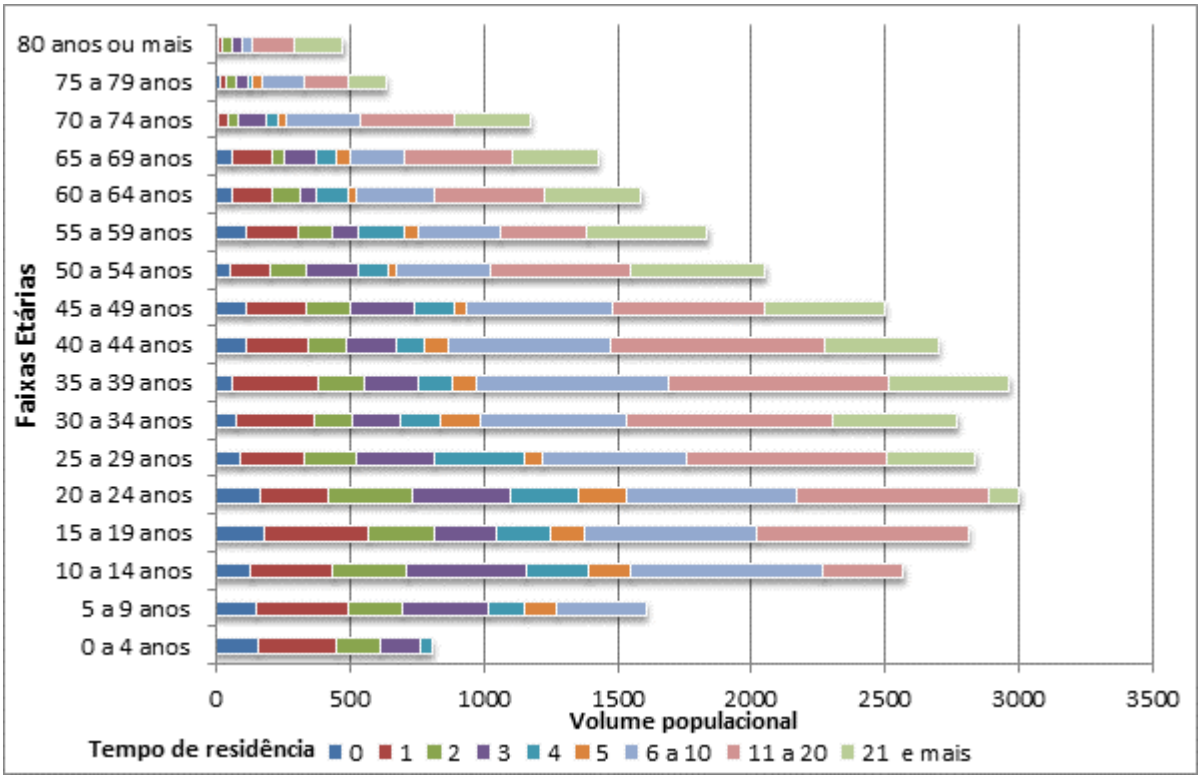
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 25 - Estruturas etárias de Peruíbe, 1970-2010



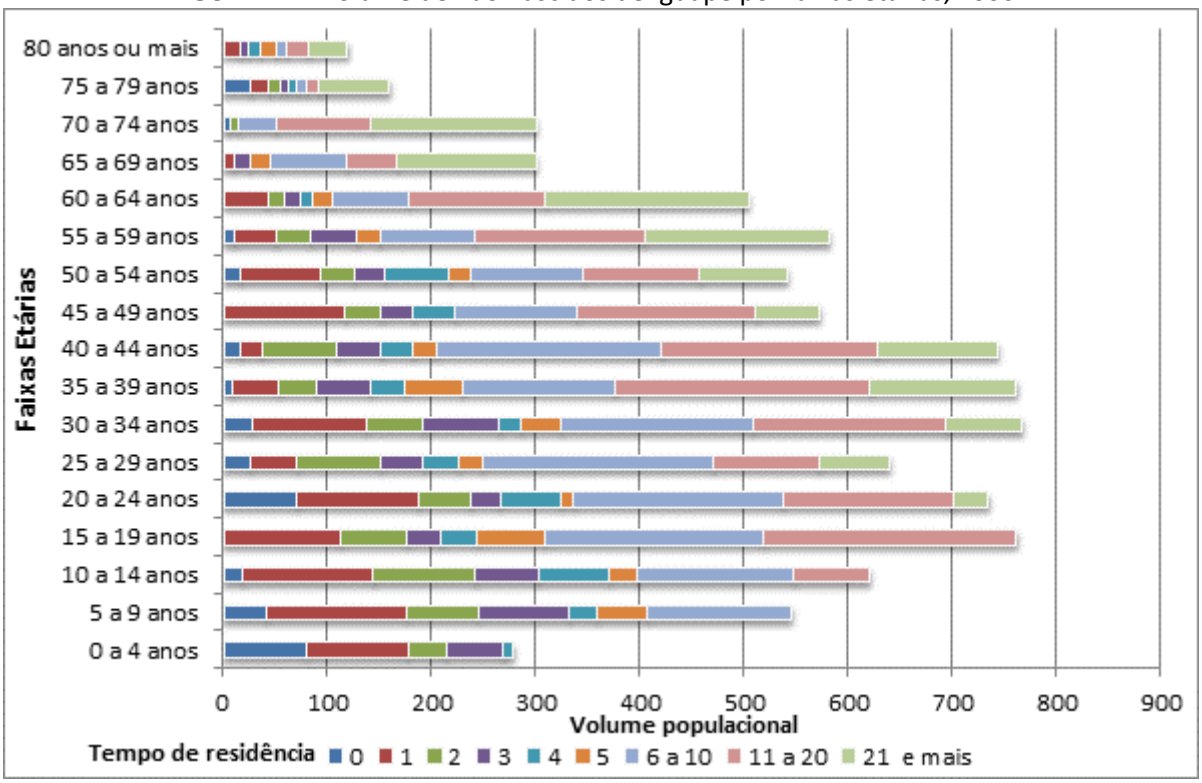
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 26 - Volume de não nascidos de Peruíbe por faixas etárias, 2000



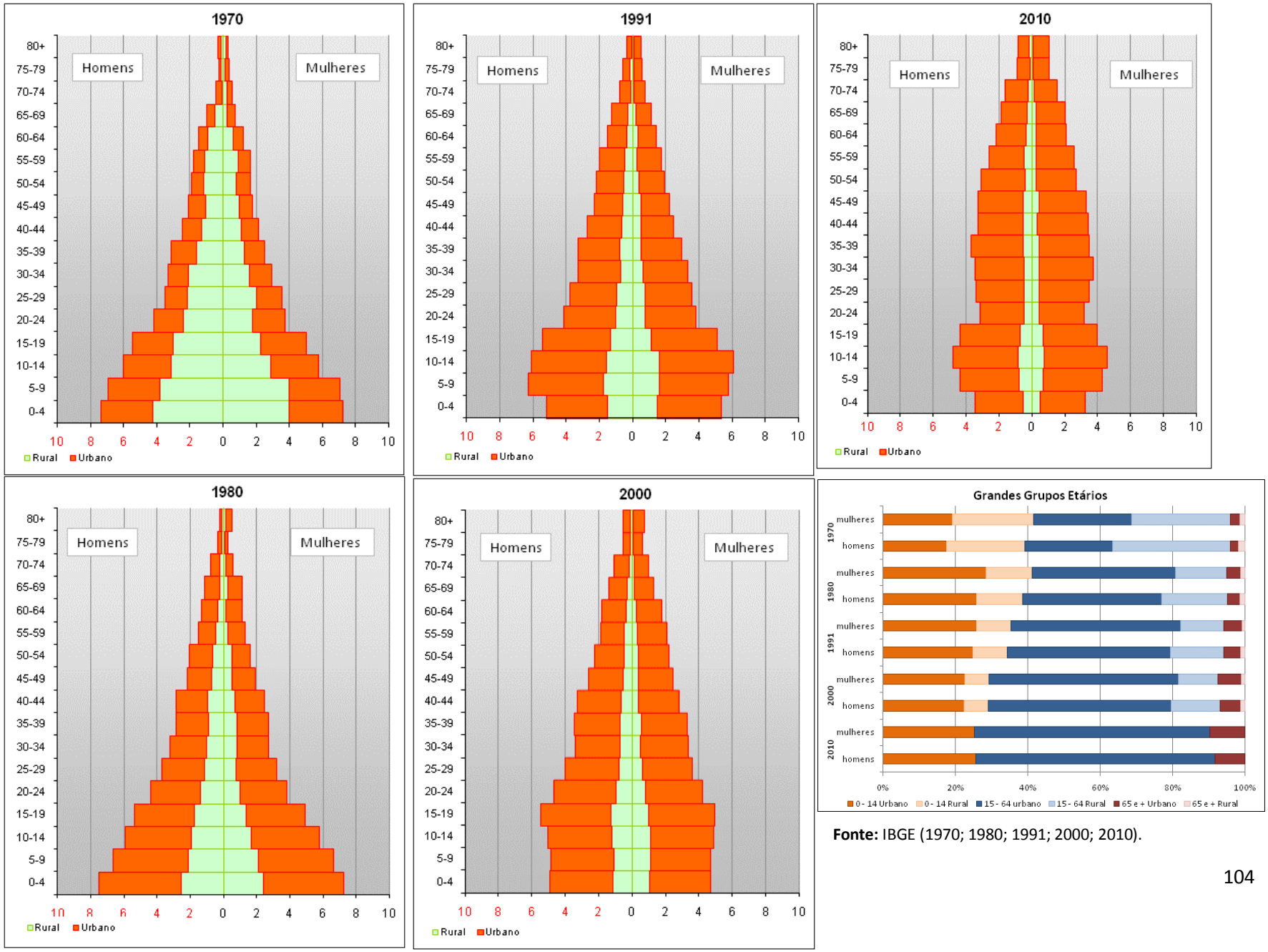
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 27 - Volume de não nascidos de Iguape por faixas etárias, 2000



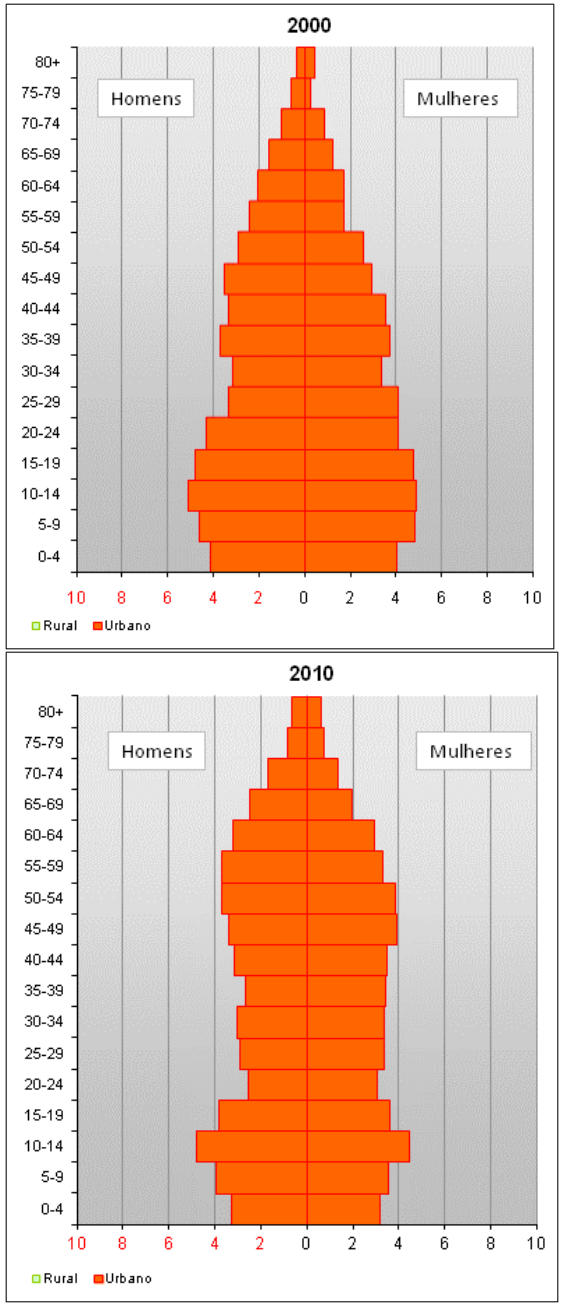
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

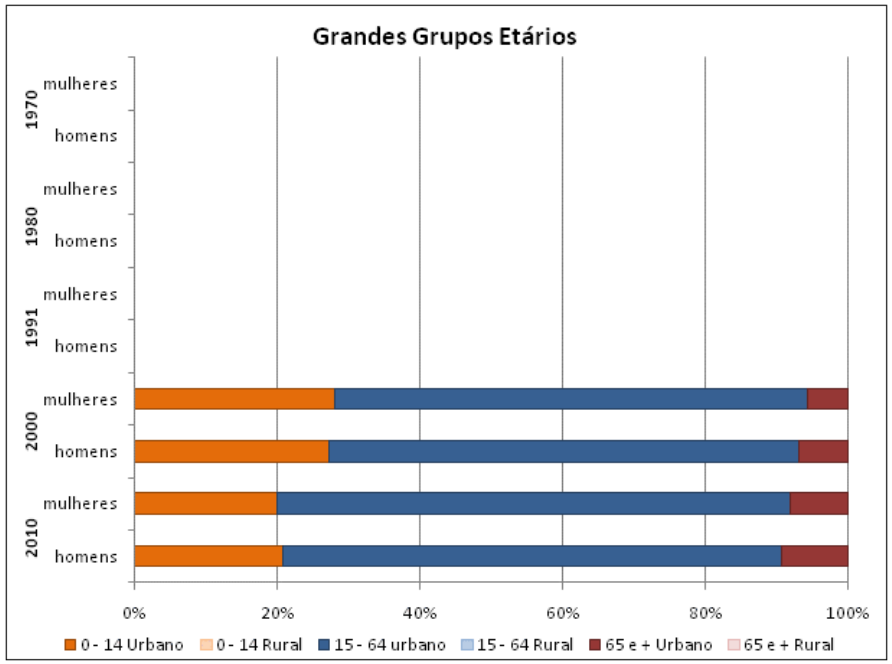
FIGURA 28 - Estruturas etárias de Iguape, 1970-2010



Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

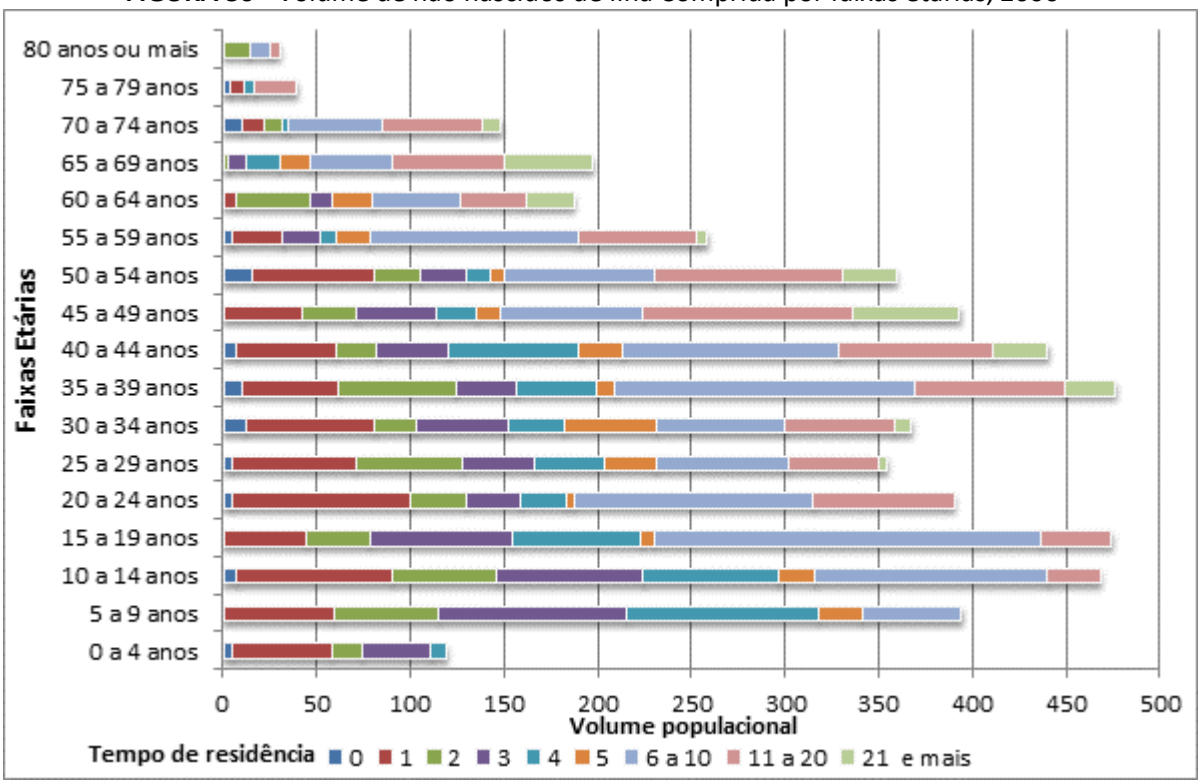
FIGURA 29 - Estruturas etárias de Ilha Comprida, 1970-2010





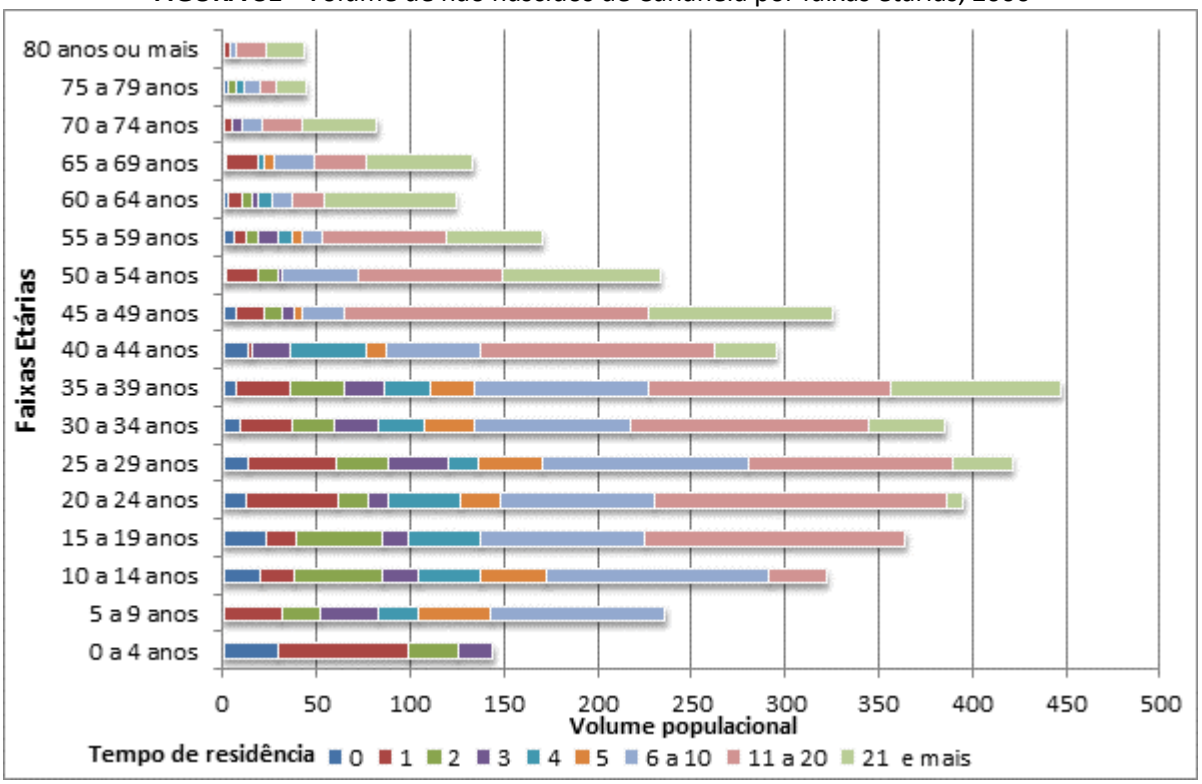
Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

FIGURA 30 - Volume de não nascidos de Ilha Comprida por faixas etárias, 2000



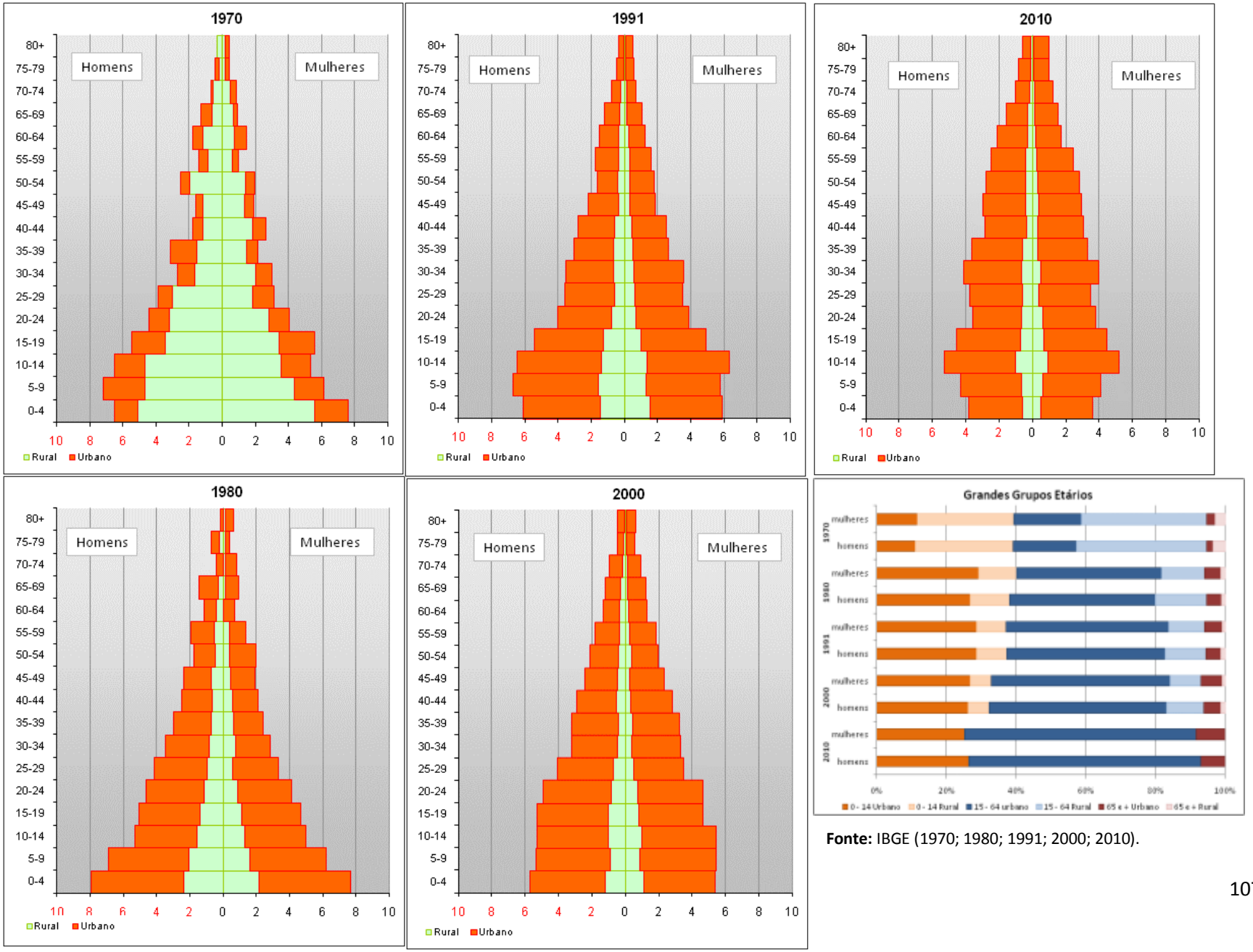
Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 31 - Volume de não nascidos de Cananéia por faixas etárias, 2000



Fonte: IBGE (2000). Microdados da amostra.

FIGURA 32 - Estruturas etárias de Cananéia, 1970-2010



Fonte: IBGE (1970; 1980; 1991; 2000; 2010).

TABELA 6 - Valor adicionado total, por setores de atividade econômica, produto interno bruto total e *per capita* a preços correntes, 2009

Municípios	Valor Adicionado					Impostos (em milhões de reais)	PIB (em milhões de reais)	PIB *Per Capita* (em reais)
	Agropecuária (em milhões de reais)	Indústria (em milhões de reais)	Serviços (em milhões de reais)		Total (em milhões de reais)			
			Administração Pública	Total (2)				
Estado de São Paulo	**14.764,20**	**264.690,26**	**88.830,56**	**631.932,01**	**911.386,46**	**172.967,03**	**1.084.353,49**	**26.202,22**
Bertioga	4,12	74,94	136,09	533,43	612,49	53,49	665,98	15.056,11
Cananéia	16,73	10,43	29,32	69,79	96,95	4,56	101,51	8.203,26
Caraguatatuba	5,41	174,56	214,62	857,61	1.037,57	109,8	1.147,38	11.936,31
Cubatão	0,15	3.004,91	352,89	1.839,63	4.844,69	941,86	5.786,55	44.655,53
Guarujá	25,45	603,23	725,23	2.460,67	3.089,36	339,74	3.429,10	11.131,34
Iguape	35,12	23,3	64,1	183,29	241,7	10,81	252,52	8.231,97
Ilhabela	5,78	33,4	65,65	242,71	281,89	21,81	303,69	11.675,61
Ilha Comprida	1,92	12,46	31,57	78,02	92,41	4,77	97,18	9.631,25
Itanhaém	12,82	107,09	197,64	647,9	767,81	56,28	824,09	9.435,65
Mongaguá	4,57	78,25	105,14	336,42	419,23	28,17	447,41	10.148,23
Peruíbe	13,32	82,19	131,86	476,18	571,69	42,85	614,54	10.653,18
Praia Grande	4,44	351,36	590,7	2.222,77	2.578,57	202,16	2.780,74	11.142,95
Santos	3,67	2.610,76	1.065,58	8.266,72	10.881,15	11.664,99	22.546,13	54.054,76
São Sebastião	9,63	155,33	231,11	1.660,54	1.825,51	1.218,29	3.043,80	41.338,51
São Vicente	6,14	357	693,07	2.335,59	2.698,74	199,62	2.898,36	8.761,79
Ubatuba	12,82	104,35	175,07	671,23	788,4	55,32	843,73	10.404,04

Fonte: Fundação SEADE (2009). Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: jan. 2012.

TABELA 7 A - Finanças Públicas Municipais, Litoral Norte, 2003 - 2009

	Caraguatatuba	Ilhabela	São Sebastião	Ubatuba
População em 2009	98.410	27.363	72.205	77.648
Participação na população da região em 2009	35,7%	9,9%	26,2%	28,2%
PIB em 2009, valor em R$ mil	1.147.380	303.690	3.043.800	843.730
Participação no PIB da região	96,5%	0,3%	2,6%	0,7%
PIB per capita em R$	11.659	11.099	42.155	10.866
RECEITAS				
Evolução das receitas correntes 2003-2009				
Taxa de crescimento das receitas correntes	55%	64%	73%	67%
Taxa de crescimento das transferências correntes	50%	37%	72%	38%
Razão Transf.Corr./ Rec.Corr. em 2009	51%	56%	54%	48%
Receita tributária per capita, valor em 2009 em R$	712	764	1.112	708
Taxa de crescimento entre 2003 - 2009	74%	58%	29%	13%
Transferências correntes per capita, valor em 2009 em R$	1.119	1.632	2.659	1.021
Crescimento entre 2003-2009	9,3%	21%	15%	16%
IPTU per capita, valor em 2009 em R$	328	388	479	427
Taxa de crescimento entre 2003-2009	0%	8%	-10%	-4%
ISS per capita, valor em 2009 em R$	305	130	312	66
Taxa de crescimento entre 2003-2009	640%	59%	0,63	66%
DESPESAS				
Composição percentual da despesa orçamentária em 2009				
Despesa corrente	83%	94%	94%	92%
Investimento	15%	5%	4%	6%
Composição das despesas correntes				
Despesas com pessoal e encargos em 2009	46%	41%	44%	48%
Juros e encargos da dívida	0%	0,30%	0%	0,70%
Outras despesas correntes	54%	56%	52%	55%
Indicadores fiscais, em 2009				
Despesa com pessoal/Receita corrente	36%	39%	38%	39%
Investimento/Receita corrente	16%	5%	4%	5%
Despesas correntes per capita, valor em 2009 em R$	1.886	2.581	3.960	1.702
Crescimento entre 2005-2009	307%	15%	29%	30%
ENDIVIDAMENTO				
Indicadores em 2008				
Total endividamento/Receita corrente	13%	4%	4%	24%
Total endividamento per capita em R$	318	126	234	468

Fonte: Brasil (2012); IBGE (2012); Fundação SEADE (2012).

TABELA 7 B - Finanças Públicas Municipais, Região Metropolitana da Baixada Santista, 2003 - 2009

	Bertioga	Cubatão	Guarujá	Itanhaém	Mongaguá	Peruíbe	Praia Grande	Santos	São Vicente
População em 2009	44.341	124.284	312.504	91.788	45.376	55.743	249.266	432.213	331.581
Participação na população da região em 2009	2,6%	7,4%	18,5%	5,4%	2,7%	3,3%	14,8%	25,6%	19,7%
PIB em 2009, valor em R$ mil	566.002	7.240.530	3.484.351	769.742	395.205	576.598	2.503.105	22.707.451	2.569.829
Participação no PIB da região	1,4%	17,7%	8,5%	1,9%	1%	1,4%	6,1%	55,6%	6,3%
PIB per capita em R$	12.765	58.258	11.150	8.386	8.710	10.344	10.042	52.538	7.750
RECEITAS									
Evolução das receitas correntes 2003-2009									
Taxa de crescimento das receitas correntes líquidas próprias [1]	25%	121%	14%	38%	-1%	28%	44%	32%	47%
Taxa de crescimento das transferências correntes	101%	66%	68%	75%	134%	86%	144%	56%	78%
Razão Transf.Corr./ Rec.Corr.Total em 2009	28%	66%	42%	51%	53%	46%	41%	40%	53%
Receita tributária per capita, valor em 2009 em R$	1.730	1.109	966	618	735	786	895	1.133	391
Taxa de crescimento entre 2003 - 2009	-13%	50%	20%	18%	1%	24%	10%	24%	15%
Transferências correntes per capita, valor em 2009 em R$	1.061	3.594	791	891	1.044	981	879	1.016	721
Crescimento entre 2003-2009	62%	52%	51%	53%	106%	91%	111%	51%	69%
IPTU per capita, valor em 2009 em R$	977	219	553	326	489	417	532	403	184
Taxa de crescimento entre 2003-2009	1%	-22%	4%	-5%	-15%	8%	30%	-5%	0%
ISS per capita, valor em 2009 em R$	264	691	198	80	72	89	71	502	50
Taxa de crescimento entre 2003-2009	57%	168%	57%	259%	226%	253%	109%	71%	50%
DESPESAS									
Composição percentual da despesa orçamentária em 2009									
Despesa corrente	92%	82%	92%	84%	88%	88%	85%	91%	94%
Investimento	6%	11%	7%	12%	9%	16%	14%	6%	4%
Composição das despesas correntes									
Despesas com pessoal e encargos em 2009	49%	61%	50%	50%	56%	52%	50%	47%	44%
Juros e encargos da dívida	0%	1%	3%	0%	0%	1%	2%	0%	0%
Outras despesas correntes	51%	38%	47%	50%	44%	47%	48%	53%	56%
Indicadores fiscais, em 2009									
Despesa com pessoal/RCL	43%	56%	46%	47%	50%	48%	45%	49%	44%
Investimento/RCL	6%	12%	7%	13%	9%	11%	14%	7%	4%
Despesas correntes per capita, valor em 2009 em R$	3.226	4.260	1.740	1.595	1.649	1.831	1.869	2.540	1.403
Crescimento entre 2005-2009	12%	3%	15%	24%	19%	34%	44%	38%	53%
ENDIVIDAMENTO									
Indicadores em 2009									
Dívida consolidada/RCL	10%	41%	81%	30%	4%	15%	21%	26%	14%
Dívida consolidada per capita em R$	349	1.887	1.527	515	75	302	434	626	194

Fonte: Brasil (2012); IBGE (2012); Fundação SEADE (2012).

TABELA 7 C - Finanças Públicas Municipais, Litoral Sul, 2003 – 2009

	Cananéia	Iguape	Ilha Comprida
População em 2009	12.242	28.795	8.770
Participação na população da região em 2009	24,6%	57,8%	17,6%
PIB em 2009, valor em R$ mil	101.510	252.520	97.180
Participação no PIB da região	22,5%	56,0%	21,5%
PIB per capita em R$	8.292	8.770	11.081
RECEITAS			
Evolução das receitas correntes 2003-2009			
Taxa de crescimento das receitas correntes	72%	60%	82%
Taxa de crescimento das transferências correntes	61%	55%	51%
Razão Transf.Corr./ Rec.Corr.Total em 2009	82%	84%	48%
Receita tributária per capita, valor em 2009 em R$	233	147	1.643
Taxa de crescimento entre 2003 - 2009	0%	4%	25%
Transferências correntes per capita, valor em 2009 em R$	609	1.228	1.867
Crescimento entre 2003-2009	53%	76%	56%
IPTU per capita, valor em 2009 em R$	122	65	1.508
Taxa de crescimento entre 2003-2009	-2%	2%	-23%
ISS per capita, valor em 2009 em R$	39	34	18
Taxa de crescimento entre 2003-2009	279%	243%	163%
DESPESAS			
Composição percentual da despesa orçamentária em 2009			
Despesa corrente	91%	94%	91%
Investimento	2%	5%	7%
Composição das despesas correntes			
Despesas com pessoal e encargos em 2009	64%	55%	57%
Juros e encargos da dívida	0%	0%	0,30%
Outras despesas correntes	36%	45%	43%
Indicadores fiscais, em 2009			
Despesa com pessoal/Receita corrente	55%	51%	48%
Investimento/Receita corrente	2%	5%	6%
Despesas correntes per capita, valor em 2009 em R$	1.344	1.337	3.004
Crescimento entre 2005-2009	11%	52%	-19%
ENDIVIDAMENTO			
Indicadores em 2008			
Total endividamento/Receita corrente	81%	53%	31%
Total endividamento per capita em R$	1.295	789	1.325

Fonte: Brasil (2012); IBGE (2012); Fundação SEADE (2012).